



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS - FES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - (PRODERE)**



**EFEITOS DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NA  
RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ NO PERÍODO  
1990 a 2010: IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS FORTES E  
FRACOS**

**JOSIMAR DA SILVA FREITAS**

**Orientador: Alexandre Almir Ferreira Rivas**

Manaus – AM, Março de 2012

**JOSIMAR DA SILVA FREITAS**

**EFEITOS DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NA  
RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ NO PERÍODO  
DE 1990 a 2010: IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS FORTES E  
FRACOS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almir  
Ferreira Rivas

MANAUS  
2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS - FES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - (PRODERE)**



**Efeitos da Intervenção Governamental na Reserva Extrativista do Alto Juruá no período de 1990 a 2010: identificação dos pontos fortes e fracos**

Autor: Josimar da Silva Freitas

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em desenvolvimento regional da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado por:

---

Prof. Dr. Alexandre Almir Ferreira Rivas (Doutor, The University of Tennessee System)  
(Orientador)

---

Prof. Dr. José Alberto da Costa Machado (Doutor, Universidade Federal do Pará – UFPA)  
(Examinador interno)

---

Prof. Dr. Lizit Alencar da Costa (Doutor, Universidade Federal de Viçosa - UFV)  
(Examinador externo)

Manaus, 16 de março de 2012

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

F866e Freitas, Josimar da Silva.

Efeitos da intervenção governamental na reserva extrativista do Alto Juruá no período 1992 a 2010: identificação dos pontos fortes e fracos / Josimar da Silva Freitas - Manaus: UFAM, 2012.

131f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Alexandre Almir Ferreira Rivas

1. Extrativismo-Alto Juruá- intervenção 2. Intervenção governamental – Alto Juruá 3. Avaliação política-extrativismo- Amazônia I. Rivas, Alexandre Almir Ferreira (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (1997) 630\*.28(811.3)(043.3)

É concedida à Universidade Federal do Amazonas permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para finalidades acadêmicas e científicas. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação poderá ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Josimar da Silva Freitas

## **AGRADECIMENTOS**

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, em nome do Governo do Estado do Amazonas -, por proporcionar subsídio financeiro no período de vinte e quatro meses (24) às atividades científicas internas (Manaus/UFAM) e externas (Santa Cruz do Sul – UNISC/Seminário Internacional e Marechal Thaumaturgo – AC/ Pesquisa de Campo). Feito que permitiu ao longo de dois anos desenvolver com sucesso todas as atividades.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBIO, em nome de José Figueiredo e Urbano Lopes, pelo apoio de dados e informações que proporcionaram a construção deste trabalho.

À Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá – ASAREAJ, representado por José Domingos -, pelo apóio informativo.

À Secretaria de Apóio a Produção Familiar – SEAPROF, gestada por Contram Neto, pelo apóio logístico.

À Secretaria de Estado de Educação – SEE, coordenada por Edvan Pinheiro, pelo apóio logístico.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, pelas contribuições científicas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amazonas ( PRODERE/UFAM), pela contribuição científica, convivência amigável e prazerosa entre os caros amigos, sem os quais a trajetória não seria tão proveitosa.

Prof. Alexandre Almir Ferreira Rivas – educador, incentivador, construtivista -, por mostrar o caminho.

Prof. José Alberto da Costa Machado – intelectual colaborador e amigo -, por extrapolar fronteiras do conhecimento.

Prof. Lizit Alencar – paciente colaborador e cosmopolita -, por minimizar diferenças em suas relações sociocientíficas.

Prof (a). Marília Carvalho Brasil – brilhante parceira e amiga -, por mostrar alguns segredos estatísticos.

Adélia Pereira da Silva – minha mãe -, pelas orações e me ensinar valorizar os diversos momentos que percorri nesta vida, sobretudo chegar até aqui.

Para Genivalda de Souza Galvão e Vitória de Souza Galvão Freitas -, duas personalidades que motivaram meu sucesso nesta caminhada.

Enfim, aos demais familiares e amigos que realizaram comigo esse sonho.

AGRADEÇO

Como humanista aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.

Cristovam Buarque

## RESUMO

Este estudo analisa os efeitos da intervenção governamental de duas décadas (1990 a 2010) na Reserva Extrativista do Alto Juruá, cuja abordagem baseia-se no desenvolvimento regional para melhor informar a atuação governamental e as condições de sobrevivência das famílias. Ou seja, para entender sistematicamente as relações entre a instituição governamental e a percepção das pessoas da Reserva, priorizou, sobretudo, o grupo social – elemento que testou migração, saúde, condições de uso da REAJ, ações do ICMBIO, organização comunitária e formas inadequadas de uso entre moradores; o econômico – grupo que apresentou o perfil de créditos e programas efetivados nas comunidades e a produção e seu faturamento em salários mensal; o cultural – instrumento do qual forneceu informações a respeito da escolaridade e avaliação da educação entre as comunidades estudadas; o ambiental – descrição dos impactos sofridos por pressão humana e preservação, tais como desflorestamento, queimadas, caça e pesca inadequada, entre outros problemas. Em busca de compreender o cenário interno da Reserva utilizou-se a matriz de SWOT (FOFA) para perceber as forças e fraquezas, e externas - as oportunidades e ameaças. Nesse sentido, o aparato metodológico orientou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, efetivando-se, portanto, em quatorze das oitenta e uma comunidades registradas. Somando-se a isso, o método dialético além de confrontar os sistemas em sua essência, mediou seu funcionamento a partir a realidade local. De modo geral, a estratégia de relacionar os grupos em destaque a luz de desenvolvimento regional e preservação, certamente culminou no alcance dos objetivos da dissertação, sobretudo a partir do entendimento que se trata de um tema interdisciplinar e complexo quando apresentado seus resultados. Quanto aos efeitos da intervenção governamental, pode-se dizer que em contraponto com as diretrizes, normas e regulamentos que estabelecem o plano de utilização, o estudo revelou que a REAJ não atende os objetivos estratégicos de preservação ambiental e de uso sustentável. A pesquisa apresentou, também, que a formulação de políticas de desenvolvimento deve considerar não só a preservação, mas as comunidades tradicionais pelo compromisso de resguardar os estoques de capital natural, a prestação de serviços ambientais para a Amazônia e a humanidade.

**Palavras-chave:** Reserva Extrativista do Alto Juruá; Intervenção governamental; Amazônia.

## ABSTRACT

This study examines the effects of government intervention in two decades (1990-2010) in the Extractive Reserve High Juruá, whose approach is based on regional development to better inform government action and the living conditions of families. In other words, to understand systematically the relationship between government institutions and people's perceptions of the Reserve, prioritized, especially, the social group - which tested element migration, health and conditions of use of the React, actions ICMBIO, community organization and inadequate use among residents, the economic - the group that presented the profile of loans and programs in the effected communities and the production and sales in their monthly salaries, the cultural - an instrument which provided information about the education and evaluation of education among the communities studied, the environment - description of the impacts suffered by human pressure and preservation, such as deforestation, burning, hunting and fishing inadequate, among other problems. In seeking to understand the inner form of the reserve used the SWOT matrix (SWOT) to understand the strengths and weaknesses, and external - the opportunities and threats. In this sense, the methodological apparatus guided by a qualitative research, making effective, therefore, in fourteen of the eighty-registered community. Adding to this, beyond the dialectical method of comparing the systems in its essence, its operation brokered from the local reality. Overall, the strategy of relating the groups highlighted the light of regional development and preservation, of course culminated in achieving the objectives of the dissertation, especially from the understanding that it is an interdisciplinary and complex issue when presented their results. The effects of government intervention, we can say that, against the guidelines, rules and regulations establishing the use plan, the study revealed that the REACT does not meet the strategic goals of environmental preservation and sustainable use. The survey showed also that the formulation of development policies should consider not only the preservation but the traditional communities by a commitment to protect the stocks of natural capital, the provision of environmental services for the Amazon and humanity.

**Key words:** High Juruá Extractive Reserve; government intervention; Amazon.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Estatística mundial de crescimento de UC's .....	27
Figura 2 – Localização da Reserva Extrativista do Alto Juruá .....	54
Figura 3 – Representação de rios, paranãs e igarapés da REAJ .....	58
Figura 4 – SmartArt – Grupos discutidos no trabalho .....	60
Figura 5 - Desmatamento da REAJ no período de 1990 a 2009 .....	93

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Unidades de conservação federal na área continental e oceânica do Brasil .....	39
Quadro 2 – Modelo de unidades de conservação de proteção integral .....	40
Quadro 3 – Modelo de unidades de conservação de uso sustentável .....	41
Quadro 4 – Reservas extrativistas na Amazônia Legal .....	47
Quadro 5 – Reservas extrativistas na Amazônia Legal .....	48
Quadro 6 – Reservas extrativistas no Estado do Acre .....	52

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Migração e escolha do modelo na voz dos comunitários da REAJ .....	75
Gráfico 2: Ações do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade .....	77
Gráfico 3: Ações prejudiciais aos moradores e nível de organização comunitária .....	78
Gráfico 4: Condições de uso da Reserva a luz de visitas periódicas .....	80
Gráfico 5: Diagnóstico da saúde na REAJ .....	81
Gráfico 6: Avaliação da educação consoante aos moradores das comunidades.....	83
Gráfico 7: Créditos ou programas social efetivados nas comunidades da REAJ .....	85
Gráfico 8: Produção e seu faturamento em salários mensal .....	86
Gráfico 9: Alguns problemas ambientais na Reserva .....	88
Gráfico 10: Situações que prejudicam os moradores .....	89

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Desflorestamento de 1990 a 2005.....	94
Tabela 2: Desflorestamento de 2006 a 2010.....	95

## LISTA DE ABREVIACÕES

AMAJ	Amigos das Águas do Juruá
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASAREAJ	Associação de Seringueiros e Agricultores da REAJ
BR	Rodovias de Responsabilidade Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBUC	Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação
CDC	Conferência sobre a Diversidade Biológica
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CMC	Comitê de Mudanças Climáticas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional do Seringueiro
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MN	Monumento Natural

ONG	Organização não Governamental
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PARNA	Parque Nacional
PMACI	Programa de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPG-7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PRODES	Projeto de Monitoramento de Desflorestamento na Amazônia Legal
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REAJ	Reserva Extrativista do Alto Juruá
REBIO	Reserva Biológica
REFAU	Reserva da Fauna.
RESEX	Reserva Extrativista.
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre.
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural.
SEAPROF	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SOS AM...	Organização Não Governamental Brasileira
SPRING	Sistema de Informação Geográfica
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
SWOT/FOFA	Palavra inglesa que resume os pontos fracos, oportunidades, fortes e ameaças

UC	Unidade de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USA	Estados Unidos da América
WEB	Rede de Alcance Mundial
WWF	É uma ONG Internacional Comprometida com a Conservação da Natureza

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	199
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	219
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA .....	23
1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA .....	23
1.3.1. Objetivo geral.....	23
1.3.2. Ojetivos específicos .....	23
1.4. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	24
1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	24
<b>2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	26
2.1. PERFIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO.....	26
2.1.1. Análise contemporânea e seu reflexo.....	26
2.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL.....	32
2.2.1. Marco conceitual da gestão ambiental.....	33
2.2.2. Áreas no Brasil consideradas protegidas.....	37
2.3. O EXTRATIVISMO E SEU REFLEXO NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS .....	42
2.4. A CONQUISTA DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS PARA AMAZÔNIA.....	45
2.5. DIMENSÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO ACRE.....	49
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	53
3.1. ÁREA DE ESTUDO.....	53
3.2. MATERIAIS UTILIZADOS.....	55
3.3. MÉTODOS E TÉCNICAS.....	55
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO</b> .....	62
4.1. DESCRIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ.....	62
4.1.1. Reserva Extrativista do Alto Juruá.....	62
4.2. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	64
4.2.1. Identificação do perfil dos entrevistados.....	64
4.2.2. Discussão das informações contidas nos questionários.....	65

4.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS IN LOCO.....	68
4.3.1. Análise e interpretação do modelo REAJ na voz de comunitários e gestores.....	69
4.4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS FORMULÁRIOS COM BASE NOS COMUNITÁRIOS.....	74
4.4.1. Grupo 1 - Realidade social da REAJ com base em seus moradores.....	74
4.4.2. Grupo 2 - Perfil cultural da REAJ nos informes dos comunitários.....	82
4.4.3. Grupo 3 - Base econômica da REAJ a luz de seus moradores.....	84
4.4.4. Grupo 4 - Panorama ambiental na percepção das famílias da REAJ.....	87
4.5. A REAJ SOB A ÓTICA DO DESMATAMENTO.....	91
4.5.1. Cenário das áreas desmatadas na reserva.....	91
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>

## **REFERÊNCIAS**

## **ANEXOS**

## **APÊNDICES**

## 1. INTRODUÇÃO

Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação.

Cristóvam Buarque

Neste capítulo, as reflexões aqui discutidas se tornam fundamentais para situar algumas estratégias para a construção do trabalho. Nesse sentido, faz-se a contextualização do objeto de estudo, sua importância em estudá-lo, indica o problema de pesquisa, apresenta os objetivos gerais e específicos com a finalidade de respondê-lo. Por fim, informa a delimitação da pesquisa, a justificava, bem como a estrutura deste trabalho.

### 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Pensar a Amazônia é entender a riqueza geográfica, os recursos naturais, o ecossistema, a biodiversidade, as culturas indígenas, os povos tradicionais, sobretudo, o equilíbrio inerente aos sistemas que se entrelaçam entre cores, imagens e tons que formam a exuberante floresta tropical do planeta. Ao contemplar esses quase 8 milhões de km<sup>2</sup> que corresponde a Amazônia brasileira, é possível discutir sobre sua cultura, o meio ambiente, as experiências de desenvolvimento, e, além do mais, questões socioeconômicas que compuseram sua história.

O clássico exemplo de resistência dos seringueiros, em 1990, resultou na criação da primeira Reserva Extrativista do Brasil, a Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ)<sup>1</sup>. A criação da REAJ significou a expulsão dos patrões e o compartilhamento da gestão territorial entre o órgão federal competente, na época, representado pelo IBAMA e a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá -ASAREAJ (REZENDE, 2010, p. 04).

Conforme Allegretti (2002, p. 29), a bandeira de Reservas Extrativistas representou uma redefinição de duas tradições teóricas que até então caminhavam paralelamente, e muitas vezes em conflito uma com a outra, tal como o desenvolvimento social e a proteção

---

<sup>1</sup> A expressão Reserva será citada repetidas vezes neste trabalho como forma de indicar objetividade.

do meio ambiente. Embora essa reconciliação fosse teoricamente previsível, o que torna a análise deste caso interessante é o fato de ter sido proposta por um movimento social.

Apostou-se muito na Reserva Extrativista do Alto Juruá<sup>2</sup> (REAJ), pois o Plano de Utilização e parcerias do governo Federal com os moradores possibilitaria selar parcerias significativas do ponto de vista de melhoria de qualidade de vida. Vislumbrava-se um foco na racionalidade socioambiental<sup>3</sup>, porém, muitas reclamações oriundas do crescimento desordenado de desflorestamento, aumento da criação bovina, sobretudo ausência do Estado no tocante a programas socioeconômicos, são exemplos de políticas públicas ineficazes que não atendem às necessidades da população. Conforme Morsello & Brito (1999, p. 15-17; 1998, p. 11):

A atuação dos governos como acontece no Brasil, tem promovido a criação de unidades de conservação, mas não se pode dizer o mesmo em relação ao gerenciamento. Por isso, as unidades de conservação no país têm sido caracterizadas por certos autores como ficções jurídicas e parques de papel.

A propósito, este estudo baseia-se nas insatisfações e aspirações dos moradores dos quais se sentem injustiçados com a forma de atuação do Estado para a REAJ e, além de caracterizar a realidade local, apresenta-se propostas a luz de desenvolvimento socioambiental. Contudo, os questionamentos mais comuns de alguns moradores da Resex pairam, portanto, na não observância do Estado Nacional a respeito das propostas elencadas desde sua fundação, a saber: o governo não cumpriu o que prometeu quando se discutiu os planos de ação para a Resex, e, além do mais, a falta de transporte e assistência não permitiu vivermos com dignidade com nossas famílias.

Por outro lado, o número de estudos publicados torna-se pouco diante de tamanho potencial, a exemplo de Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida, ambos da UNICAMP, instauraram acampamento na comunidade Restauração – REAJ, junto com outros pesquisadores da mesma instituição e desenvolveram dissertações e teses, que resultaram em duas obras conhecidas em todo o país: Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá

---

<sup>2</sup>Reservas Extrativistas são áreas de domínio público, cuja idéia se apóia no extrativismo da borracha, castanha, madeira, caça, pesca, agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte, enfim, é uma atividade de coleta de recursos naturais para obter produtos minerais, animais e vegetais.

<sup>3</sup>Expressão cunhada por Enrique Leff para definir a motivação para determinada ação sob a ótica equilibrada de preceitos que amenize conflitos nos sistemas complexos de ordem econômica, social, ambiental e cultural.

– Práticas e Conhecimentos das Populações e Os Milton: cem anos de história nos seringais. Essas obras relatam questões antropológicas, históricas e de biodiversidade.

Posteriormente, em 2009-2010, utilizando os efeitos das obras supracitadas, Augusto de Arruda Postigo, também da UNICAMP, elabora o Plano de Manejo Participativo – Fase I da Reserva Extrativista do Alto Juruá que ainda não foi colocado em prática. Embora os resultados desses trabalhos tenham sido significativos para a sociedade, em especial para a REAJ, muitos problemas ainda precisam ser resolvidos, sobretudo, a respeito da contrapartida do Estado Nacional com vista à qualidade dessas famílias. Para Allegretti (2002, p. 24):

É no contexto de políticas públicas, especialmente nas interfaces entre os aspectos sociais e ambientais das políticas públicas de desenvolvimento que a especificidade do movimento dos seringueiros e da proposta que elaboraram fica mais evidente.

Apesar disso, os desafios que se inscrevem na Reserva Extrativista do Alto Juruá são comprometidos por fenômenos, que por vezes, são vinculados aos efeitos das intervenções governamentais. Estes se relacionam vulneravelmente em detrimento as fracas relações entre Estado e comunitários.

Enfim, considerando as pesquisas realizadas até o mês agosto de 2011 em bases bibliográficas, eletrônicas da WEB e banco de teses da CAPES, CDS/UnB, UFPA entre outras instituições, no entanto, não foram identificados trabalhos científicos que trate da intervenção governamental na Reserva Extrativista do Alto Juruá, sobretudo numa perspectiva que atenda os diversos interesses das famílias inseridas nessas vivências.

## **1.2. PROBLEMA DE PESQUISA**

A pesquisa é baseada nos Efeitos da Intervenção Governamental na Reserva Extrativista do Alto Juruá no Período de 1990-2010: identificação dos pontos fortes e fracos nasceu do reflexo das ações governamentais e, em razão de poucas publicações realizadas na década de 1990. Além do mais, na última década, a ausência de pesquisadores e publicações foi notavelmente percebida, e esse preceito motivou ainda mais responder de forma sucinta os problemas mais frequentes da REAJ.

E ainda, as operações dinâmicas racionais se rompem em razão da falta de objetividade e compromisso do Estado em desenvolver políticas públicas capazes de integrar

grupos, dos quais, o social, o econômico, o ambiental e o cultural tornem-se preciosos a luz do desenvolvimento socioambiental. A interface efetiva de bem-estar dos comunitários (seringueiros, extrativistas, produtores rurais, pescadores e extratores de óleos vegetais) da REAJ é descaracterizada, por vezes exposta, ora pelo o discurso pressionado de organismos internacionais, ora pela inconveniência desmedida de gestores públicos.

A problematização deste trabalho é discutida a partir do viés de externalidades negativas<sup>4</sup> originadas das relações sociedade-ambiente, da vulnerabilidade das políticas públicas e dos fortes impactos causados pelo o homem ao meio ambiente, reflexo da ausência do Estado. Conjuntamente, esses problemas caracterizaram a perda da biodiversidade, recursos naturais, e conseqüentemente, no desequilíbrio socioeconômico<sup>5</sup>. Razão pela qual se resume no seguinte questionamento, a saber: quais os efeitos da intervenção governamental para o gerenciamento da Reserva Extrativista do Alto Juruá-AC? No contexto de transformações históricas, oscilantes, isto é, de equilíbrio e desequilíbrio, ora pela ausência do Estado Nacional, ora pela irracionalidade de todos os stakeholders<sup>6</sup>, a ciência entra em cena para responder questões de diversos níveis.

Pontualmente, é nesse campo de forças contraditórias que as classes de produtores rurais, ribeirinhos, pescadores, seringueiros e extrativistas, legalmente constituídos na Reserva Extrativista do Alto Juruá, se posicionam insatisfatoriamente com a ausência do Estado Nacional. Estes questionamentos expressam, de um lado, discordâncias teóricas legítimas sobre o papel das populações humanas na proteção da biodiversidade em ambientes naturais frágeis, face à crescente importância atribuída as comunidades locais, tradicionais e indígenas, na gestão de áreas protegidas pelo o Estado (PERES & TERBORGH, 1994).

De forma geral, às ações governamentais e o gerenciamento do Estado não correspondem em termos proporcionais e qualitativos as eventuais necessidades dos seguintes sistemas: saúde, educação, incentivos produtivos e alimentar, transporte, saneamento básico, moradia, entre outros. Apesar disso, os orçamentos são incompatíveis com o grau de necessidades de cada família, o que acaba comprometendo o conjunto de normas descritas no

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada por Sven Wunder para se referir às medidas irracionais que ameaçam e/ou causam prejuízos aos sistemas sociais, ambientais, econômicos, culturais entre outros.

<sup>5</sup> Interface vulnerável de relação sociedade-ambiente, onde o déficit de bem-estar humano tende aumentar consideravelmente, portanto, tornando insustentáveis os sistemas que tendem oferecer o mínimo de necessidades básicas para um público alvo específico.

<sup>6</sup> Stakeholders utilizado nesta parte do texto, epistemologicamente, traduz os elementos essenciais para o planejamento estratégico no tocante ao desenvolvimento regional. Isto é, os entes políticos representados institucionalmente pelas três esferas de seus governos, organizações privadas e a sociedade.

plano de uso das Unidades de Conservação (UC). A exemplo do desflorestamento desordenado para construção de pastagens, retirada ilegal de madeira, diminuição da caça e pesca de forma predatória, são os principais componentes de desequilíbrio socioambiental na Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Enfim, a inexistência de um planejamento estratégico eficiente desarticula os sistemas capazes de desenvolver medidas racionais que elevam o potencial de bem-estar humano e preservação ambiental na Reserva. Portanto, surge a necessidade de melhor gerenciamento do Estado com as unidades de conservação na Amazônia.

### **1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA**

Os objetivos que norteiam este trabalho são os seguintes.

#### **1.3.1. Objetivo geral**

- O objetivo deste trabalho é avaliar os resultados das intervenções públicas de duas décadas na Reserva Extrativista do Alto Juruá no período de 1990 a 2010, considerando o modelo implementado pelo Estado no gerenciamento das unidades de conservação na Amazônia.

#### **1.3.2. Objetivos específicos**

Com vistas à construção progressiva dos resultados que atendam ao objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades por meio da ferramenta de SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats); FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças)
- Identificar o nível de conservação e/ou desflorestamento por meio da base de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/PRODES.

Este estudo foi direcionado, entretanto, na perspectiva de responder os questionamentos mais comuns reivindicados pelos moradores da Reserva Extrativista do Alto

Juruá. Agrupando-os, podem-se destacar: os sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos de ordem intervencionista do Estado Nacional.

#### **1.4. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA**

Ao identificar as 12 categorias de Unidades de Conservação existente, e percebendo que todas possuem características em comum, sobretudo no tocante a problemas relacionados à falta de compromisso do Estado Nacional, o presente trabalho se limita a estudar os efeitos da intervenção governamental na Reserva Extrativista do Alto Juruá-AC.

A pesquisa qualitativa subsidia a construção do pensamento por meio da dialética, buscando, sobretudo, a resolução do problema. Apesar de a Reserva Extrativista do Alto Juruá existir juridicamente há 20 anos, as regras existentes no plano de uso ainda não conseguiram romper os velhos estigmas da (in) sustentabilidade.

Nessa perspectiva, o estudo ora proposto oferece suporte a tomada de decisão a partir de situações problemas, bem como alternativas mediadoras dos conflitos ora elencados. Esse feito, além de demonstrar aos gestores públicos do ICMBIO a que ponto chegou o reflexo da intervenção governamental, também auxilia na implementação de novas dinâmicas com vistas à qualidade de vidas dos moradores.

Não obstante, o conjunto de proposições pontuadas pelo pesquisador contribui para a formulação de novas propostas alternativas para a Reserva, antes, porém, é indispensável afirmar que a Resex do Alto Juruá é uma categoria de uso sustentável, e suas práticas mensuradas situa o nível adequado ao modelo, isto é, as políticas públicas apresentadas e experimentadas julgam as duas décadas de gerenciamento do Estado Nacional muito fraco. Portanto, o foco da pesquisa está direcionada para os efeitos da intervenção governamental na Reserva Extrativista do Alto Juruá, considerando aspectos de colaboração do conhecimento dos comunitários e gestores públicos do ICMBIO, além de viabilizar a promoção transparente dos resultados observados e a transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito.

#### **1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO**

Atendendo os parâmetros de desenvolvimento desta dissertação, este trabalho se divide em cinco partes, caracterizadas, portanto, numa estrutura que condiciona as discussões

elencadas em cada capítulo, isto é, cada parte possui sua peculiaridade porque compreende um capítulo com suas dimensões conceituais, sintonizadas a seguir.

A primeira parte é composta pela introdução da qual é dividida em cinco pilares, perfazendo, em sua trajetória, a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos da pesquisa, a delimitação da pesquisa, bem como sua importância em estudá-lo.

A segunda constrói a parte de argumentação teórica deste estudo, assim descrita: perfis das UC's e perspectiva de desenvolvimento, análise contemporânea e seu reflexo, UC's no Brasil, marco conceitual da gestão ambiental, áreas consideradas protegidas no Brasil, o extrativismo e seu reflexo nas Resex's, a conquista das Resex's na Amazônia e a dimensão das Resex's no Acre.

A terceira constitui os procedimentos metodológicos que direciona o desenvolvimento da pesquisa, considerando a área de estudo, os materiais utilizados e os métodos e técnicas.

E ainda, a quarta sistematiza a pesquisa de campo, da qual compreende a pesquisa bibliográfica, documental, relatórios, aplicação de questionários e formulários, entrevistas gravadas e tratamento dos dados. Nessa perspectiva, torna-se indispensável diagnosticar e analisar os resultados da pesquisa empírica referente os efeitos da intervenção governamental na Reserva Extrativista do Alto Juruá.

A quinta é o momento de apresentar as ponderações de todo o estudo, isto é, as considerações finais, as implicações governamentais e seus efeitos, considerando, sobretudo, os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças à luz de medidas socioambientais. Mais ainda, são apresentadas as recomendações e agenda de pesquisa, de forma a apontar as limitações da pesquisa e proposições sistemáticas.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O futuro pode estar na Amazônia. Não há lugar no Brasil tão propício a experiências avançadas em biotecnologia ou procedimentos de integração e reencontro do homem com a natureza. A região oferece todas as precondições para a realização do sonho ambientalista. O caminho para isso, entretanto, não é mais a curta estrada da utopia. Aí estão os fatores emergentes de ordem econômica e política, incluindo aspectos de um novo capitalismo jamais imaginado pelos visionários de ontem.

Jacques Marcovitch

### 2.1. PERFIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

Baseado em fatos históricos, este capítulo faz uma analogia temporal para indicar o crescimento de UC's, ocasião que conceitos e criações tomam conta no início do século XIX ao XXI, e assim, traça-se o perfil das UC's no sentido de demonstrar alternativas que amenize as disparidades mais freqüentes.

#### 2.1.1. Análise contemporânea e seu reflexo

Unidades de Conservação tornaram-se modelos de desenvolvimento e equilíbrio ecossistêmico na visão de ambientalistas e do próprio Estado. Historicamente, no mundo, as diversas criações de áreas protegidas, sobretudo a partir do início do século XX, têm decolado consideravelmente conforme a figura 2, porém, muitos problemas precisam de proposições alternativas.

Nessa representação gráfica da figura 1, há um crescimento acumulado das áreas protegidas<sup>7</sup>. Logo, o lado direito da figura representa escala de zero a 18 milhões de km<sup>2</sup>, e o esquerdo, crescimento acumulado do número de áreas protegidas, o que indica uma escala de zero a 70 mil unidades.

---

<sup>7</sup> Expressão mencionada desde a criação de Yellowstone, Estados Unidos (Século XIX), num contexto de valorização da manutenção de áreas naturais. Desenvolvido numa época de forte urbanização para preservar grandes espaços considerados pela cultura urbana como “vazios”. No mesmo século XIX, o engenheiro André Rebouças copiou a experiência norte-americana, o que, por sua vez, culminaram diversas tentativas e experiências por meio de órgãos, decretos, leis e regulamentos no Brasil até os dias atuais, porém sem muito sucesso.

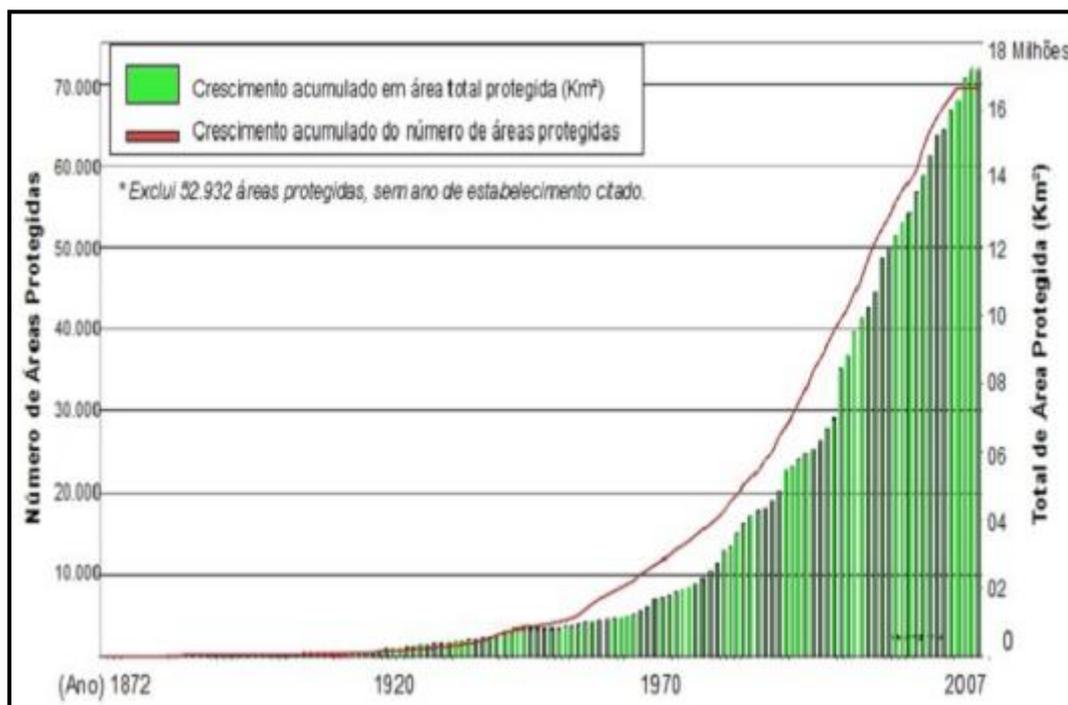


Figura 1: Estatística mundial de crescimento de UC's  
 Fonte: WDPA (2009)

Conforme se observa no intervalo de 1872 a 1920, o crescimento foi praticamente nulo nas duas representações, ou seja, em relação ao número de áreas protegidas e área total protegida em km<sup>2</sup>, ocasião de primeiras e poucas áreas de unidades de conservação criadas. Na sequência, respectivamente no último intervalo de 1970 a 2007, a figura revela aumento considerável, pois basta perceber o condicionamento da curva elevando o número de unidades e o total de áreas protegidas. O que significa destacar forte preocupação com o meio ambiente dos governos e da sociedade. Cabe ainda considerar que as 52.932 áreas protegidas não estão catalogadas para dispor de referências do ano de suas criações, no entanto, é mencionada para indicar o número considerável de áreas que foram desconsideradas por tal evidência.

Considerando as Vulneráveis relações de sociedade-ambiente em unidades de conservação, o Instituto de Recursos Mundial (WRI, 2000) apud (HOROWITZ, 2003, p. 89), diagnosticou que o sistema de áreas protegidas precisa superar sérios obstáculos. O primeiro obstáculo reside nos conflitos com a população local, frequentemente, criados quando do estabelecimento e da existência da área protegida. Por força da lei, as pessoas que residem próximas ou dentro das áreas protegidas devem restringir o uso dos recursos e, às vezes, são removidas da área. Isso leva a comunidade residir e assumir custos da presença da área protegida. O conflito, quando extremo, motiva os habitantes do local à caça e pesca

desordenada, retirada ilegal de madeira, e até mesmo minérios, quando constatados nessas áreas protegidas.

O segundo obstáculo refere-se à instabilidade das instituições que administram as doze categorias existentes de unidades de conservação. As agências são vulneráveis às mudanças políticas, aos cortes do orçamento e às pressões dos setores madeireiro, mineral, pesqueiro, turístico e industrial que reivindicam a abertura da área para exploração e para a instalação de fábricas.

O terceiro obstáculo associa-se ao manejo ineficiente e insuficiente da área protegida. Muitas áreas protegidas necessitam de um manejo intensivo para atender às necessidades das pessoas que usam os recursos biológicos; avaliar os limites sustentáveis de uso; mitigar impactos advindos das ocupações e usos do entorno, da poluição do ar, da água e do solo e das mudanças nas condições climáticas.

O quarto refere-se aos recursos financeiros das áreas protegidas. Em muitos países os recursos alocados nas áreas protegidas são insuficientes para efetivá-las e, em muitos casos, o montante que já era inicialmente reduzido, escasseia-se com o passar dos anos. Da mesma forma, as rendas geradas não retornam à área protegida e não beneficiam o desenvolvimento da comunidade próxima.

O último obstáculo diz respeito ao apoio frágil que as áreas protegidas recebem do público, em consequência da visão estreita que as pessoas têm sobre o significado dessas áreas. Com frequência, as áreas protegidas são vistas como um local exótico para passar as férias ou uma remota área silvestre, mas não um elemento essencial para o desenvolvimento sustentável ou como um componente de amplo valor capaz de contribuir com a sociedade de diversas maneiras.

Somando-se a isso, a teoria territorial de desenvolvimento de Unidades de Conservação, na prática, se consitiu a partir de ligações e políticas econômicas externas, motivadas pelos efeitos dominantes da globalização. Fato que deve-se considerar os interesses locais e as mudanças estruturais oriundas de evoluções tecnológicas. (FRIEDMAN, WEAVER, STOHR & TODTLING, 1979; SACHS, 1980; STOHR, TAYLOR, 1981) alertam sobre a teoria do desenvolvimento, a idéia de território é o resultado de uma história da qual foi sendo configurada entorno institucional, econômico e organizacional, o que lhe proporciona uma identidade própria e possibilita responder estratégicas aos desafios da globalização.

Grosso modo, as regiões, entretanto, ao passar por desastrosas experiências desenvolvimentistas tentam conquistar novos cenários prospectivos, porquanto, é nessa

ocasião que crises paradigmáticas tomam conta das discussões em face das vulnerabilidades existentes nos distintos pontos geográficos. Ou seja, novas teorias e definições eram criadas com o propósito de subsidiar racionalmente novas economias. Desse modo, se observa a chegada do desenvolvimento endógeno<sup>8</sup>, sobretudo a partir de 1920, onde todas as regiões da Europa e da América Latina sistematizam formas alternativas frente aos desafios incógnitos. E, nessa onda, assinala (FRIEDMANN; DOUGLAS, 1978, p. 103; STOHR, 1981, p. 39-72):

Foi no início dos anos 80 que ocorreu a convergência de duas linhas de pesquisa, dando lugar à formação do paradigma conhecido como desenvolvimento endógeno. Uma é de caráter teórico e nasceu da tentativa de encontrar uma noção de desenvolvimento que levasse em conta os efeitos da atuação pública na evolução das localidades e regiões atrasadas. A outra, de caráter empírico, surgiu em decorrência da interpretação dos processos de desenvolvimento industrial em localidades e regiões do Sul da Europa (BECATTINI, 1979; BRUSCO, 1982; FUÀ, 1983; GAROFOLI, 1983; VÁZQUEZ BARQUERO, 1983).

No campo das políticas ambientais, no Brasil, os problemas não são menores, pois a acelerada evolução das unidades de conservação tem marcado diversos territórios, às vezes, sem se importar com o grau de dificuldade humana pertencente aquele ambiente. O ICMBIO, atual representante do Estado Nacional e gestor das unidades de conservação no Brasil, em sua página principal, no link serviços, motiva a criação de novas unidades, afirmando: crie sua Reserva Extrativista.

Notoriamente parece simples, porém, na prática, os tímidos orçamentos não são compatíveis com o grau de necessidades básicas das famílias que moram nesses locais, muito menos com o desenvolvimento sustentável que tanto pregam. Nessa dicotomia de criação de áreas protegidas versus desenvolvimento, residem algumas situações de natureza grave, que políticas governamentais ainda não conseguiram solucionar problemas de ordem socioeconômica. O fato mais provável é que os atores públicos são pressionados em função de ofertas capitalistas, o que caracteriza políticas keynesianas e/ou top-down (de cima para baixo).

Além disso, na abordagem de Cunha & Almeida (2000, p. 315-338), o conservacionismo não se resume a um conjunto de práticas, mas é também uma ideologia. Na

---

<sup>8</sup> Arocena (1995) acrescenta que, o desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população, e de um processo no qual o social se integra ao econômico.

verdade, são razões ideológicas que se manifestam por meio de valores, mitos que se condicionam em rituais costumeiros. Esse mito antropocêntrico do bom selvagem, ecologicamente correto, não se sustenta na realidade objetiva e os países mega biodiversos estão apostando seu patrimônio em idéias equivocadas de conservação (OLMOS et al, 2002, p. 281).

Não obstante, Pádua (2002, p. 07-13) observa por outro ângulo a criação de unidades de conservação no Brasil, sua crítica vai de encontro com a ausência técnica e sem estudo objetivo de interesse público, e acrescenta: a forma de implementação não passa de arranjos políticos ou de interesses pessoais. A síntese de (HARDT; HARDT, 2007, p. 111-135), informa que as maiores dificuldades pairam em sua efetiva implementação.

É nessa corrente ideológica que alguns autores reconhecem as reservas baseadas no extrativismo, pois suas dinâmicas representam apenas preservação de miséria, e não garantem a permanência de biodiversidade, dos recursos naturais e muito menos o bem-estar das populações. A manifestação de Homma (1989) a respeito das Resex's é caracterizada num tom crítico e garante: a atividade extrativista vegetal não permite considerá-la um modelo de desenvolvimento viável para a Amazônia.

Paradoxalmente, o desenvolvimento surge em face do processo de invenção cultural que permitiu o ser humano a enxergar o mundo holisticamente, percebendo suas necessidades, reconhecendo suas limitações, e ao mesmo tempo, podendo ser agente transformador de sua própria realidade. É nesse cenário que o homem supera suas carências, reconhece suas potencialidades, rompe fronteiras, satisfaz suas necessidades e renova seus sonhos e aspirações. Para Furtado (2000, p. 327), existe alguma evidência de que por toda parte, no espaço e no tempo, a invenção cultural tende a ordenar-se em torno de dois eixos: a busca da eficácia na ação e a busca de propósito para a própria vida, esse preceito preconiza, segundo o autor:

O estudo do desenvolvimento numa ótica central de criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada. Porque uma sociedade apresenta em determinado período de sua história uma grande capacidade criadora é algo que nos escapa. Menos sabemos ainda por que a criatividade se orienta nesta ou naquela direção.

Apesar disso, a racionalidade socioambiental é a forma de entender os sistemas complexos em seus pormenores, e seu desenvolvimento aparece em consequência da estrutura ou potencial de seu excedente, fato que valoriza peculiaridades locais, atraindo recursos

externos implícitos registrados nas cadeias e/ou processos produtivos. Para Rodríguez Pose (1998, p. 218) e Alfonso Gil (1997, p. 105):

O novo pensamento institucional sustenta que a relevância estratégica das instituições nos processos de desenvolvimento está em que seu fortalecimento permite reduzir os custos de transação e de produção, aumentar a confiança entre os atores econômicos, estimular a capacidade empresarial, fortalecer as redes e a cooperação entre os atores e incentivar os mecanismos de aprendizagem e de interação. Ou seja, as instituições condicionam os processos de acumulação de capital e, portanto, o desenvolvimento econômico de cidades e regiões.

Por outro lado, o número de unidades de conservação no país cresceu de forma desordenada e sem atenção necessária para manter-se em ponto de equilíbrio. Um exemplo similar, segundo Allegretti (2002, p. 464), acontece na construção da proposta de Reserva Extrativista, pois ficou no centro de diferentes esferas de poder requerendo muita habilidade de seus líderes, inexperientes para lidar com tantas complexidades, em tão pouco tempo. Ainda, conforme a autora, dificilmente uma proposta inovadora como esta teria tido sucesso sem o contexto maior do que se inseriu, o internacional, uma vez que ele propiciou o equilíbrio de forças necessária para contornar a forte oposição organizada nos diferentes segmentos sociais e políticos nacionais.

Por essa razão, é necessário entender as políticas governamentais para cada região, a exemplo das Reservas Extrativista para a Amazônia. Todavia, basta conhecer a realidade local e proceder com mudanças de paradigmas, o que poderá causar efeito significativo e contribuir com o desenvolvimento regional. O compromisso do Estado nacional em favor das comunidades civis organizadas, por meio de medidas eficazes pode garantir melhorias na qualidade de vida dessas famílias.

Logo, medidas estratégicas para as unidades de conservação, além de garantir novos cenários alternativos de desenvolvimento, permitem medidas eficazes a longo prazo para os distintos segmentos de trabalhadores, assim descritos: 1) Planejamento estratégico<sup>9</sup> de cada nova área criada; 2) Zoneamento Ecológico Econômico; 3) Orçamento a longo prazo que possa garantir o plano em ação; 4) Estreitamento dos funcionários das instituições com as populações comunitárias; 5) Acompanhamento, monitoramento, fiscalização e assistência técnica que possam garantir apoio aos sistemas produtivos; 6) Implementação de programas e projetos considerando a realidade local de todos os sistemas que compõem as relações de

---

<sup>9</sup> Planejamento Estratégico – é um processo de analisar uma organização holisticamente, sobretudo as metas, o direcionamento prático e monitoramento, amparado num elemento norteador denominado plano.

sociedade-ambiente, e; 7) Efetivação dos planos de manejos, pois sua abrangência concede fiel raio-x das áreas que compreendem populações humanas, e, além do mais, satisfaz as necessidades básicas. Em conjunto, podem refletir o mínimo de condições para o sucesso das Ucs.

Efetivamente, portanto, podemos dividir essa modalidade de política pública em dois extremos opostos, a caracterizar os pontos fortes e fracos. O primeiro diz respeito a áreas legalmente instituídas, a redução dos impactos aos recursos ambientais, as condições climáticas, e o equilíbrio ecossistêmico. Em contrapartida, as políticas públicas que visam promover o desenvolvimento sustentável das populações, todavia, se constituem em sistemas socioeconômicos, culturais, ambientais e políticos, extremamente vulneráveis, não correspondendo as necessidades básicas da população, o que denota a segunda variável dessa descrição.

Assim, o processo de criação de Unidades de Conservação no Brasil foi considerado à saída para muitos problemas de natureza socioambiental. Pois, a partir da intervenção do Estado Nacional com leis e diretrizes peculiares, novos paradigmas se disseminam com o propósito de reduzir os impactos causados pela ação do homem no ambiente, sobretudo o desflorestamento, a organização territorial, e a presença mais constante do Estado<sup>10</sup>, com mais detalhes na seção seguinte.

## **2.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL**

Contrariamente a crença popular, a hiléia amazônica não é uma terra de riquezas incalculáveis. Melhor diríamos que é uma terra de problemas desconcertantes, ainda para serem resolvidos.

Eugene T. Horn

Este capítulo tem por finalidade apresentar as características das unidades de conservação e áreas protegidas, especialmente as Reservas Extrativistas na Amazônia e Estado do Acre, no entanto, delimitando os principais conceitos.

---

<sup>10</sup> Ao evidenciar o contexto em que situam as realizações dos grandes projetos para a Amazônia, os mecanismos de cooperação entre Brasil e outros países da bacia amazônica, procurou-se identificar interrelações entre as políticas nacionais e os conceitos definidos internacionalmente, em especial o de ecodesenvolvimento, difundido a partir da reunião preparatória da Conferência de Estocolmo, em Founex, em 1971 (Aparecida, 2002).

### 2.2.1. Marco conceitual da gestão ambiental

O reflexo dos sistemas desprotegidos, mal direcionados, sem preocupação com as futuras gerações e o próprio equilíbrio das relações da sociedade-ambiente, foi o ponto de discussão no Brasil e em todo mundo sobre a necessidade de um modelo alternativo para amenizar a devastação das florestas tropicais e subtropicais. A idéia de política ambiental, a princípio seria a primeira estratégia para consolidação da proposta. Na concepção de Monosowski (1989), as políticas ambientais<sup>11</sup> são aquelas que apresentam uma preocupação explícita quanto à proteção e a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

O ensaio de normas ambientais é introduzido a partir do período colonial, momento que o pau-brasil (madeira avermelhada utilizada na tintura de tecido na Europa) se tornava a madeira mais cobiçada e explorada neste período. Além disso, nesta época, as normas eram ineficientes e ao mesmo tempo confusas, logo difíceis de serem cumpridas. Estas normatizações tinham caráter essencialmente comercial, pois ao colonizador o que interessava era a não-destruição total de bens valiosos que poderiam render muito para o comércio e o enriquecimento da Corte (DRUMMOND, 1999). Não obstante, Swioklo (1990, p. 53), entende que estas normas conseguiram de certa forma resguardar parte do patrimônio natural durante o período do Império.

LEFF (1986) direciona as necessidades das relações do homem com a natureza, um olhar preocupante e urgente em face da degradação ambiental que emerge em todo mundo. Nesse olhar, o autor deixa seu recado em função da escassez que assola drasticamente essa interface dos recursos naturais. Para ele a natureza se levanta de sua opressão e toma vida, revelando-se à produção de objetos mortos e à coisificação do mundo.

Na dicotomia da origem e sentido do mundo ambientalista, para Leff (2010), a problemática ambiental do desenvolvimento deu lugar a um movimento, na teoria e na prática, para compreender suas causas e resolver seus efeitos na qualidade de vida e nas condições de existência da sociedade. Condizente com os fatos, Faria (2004) acrescenta:

Esse feito além de sugerir um sistema de classificação mundial para as unidades de conservação foram propostas medidas efetivas para a sobrevivência dos povos que tradicionalmente usam os recursos naturais e foi dado o alerta para o crescente e permanente afastamento do Estado e suas obrigações básicas.

---

<sup>11</sup> De acordo com Franco (2000), o novo ambientalismo é um movimento mais abrangente, que questiona a própria essência do capitalismo, a sobrevivência da humanidade, com uma preocupação mais ampla de pensar o lugar do homem na biosfera e a complexidade da relação homem/natureza.

Contudo, em 1834, a extinção do alvará que garantia à Coroa o Monopólio do pau-brasil, amparou altos índices de devastação das florestas brasileiras, ocasião que donos de terras e escravos consolidaram lavouras e pastos por seu poderio político, pois o estado não fez sua parte, favorecendo, desse modo, a política ambiental tendenciosa elitista e clientelista. A esse exemplo da lacuna do Estado, Swioklo (1990, p. 58) aborda que o Serviço de Criação Florestal Federal (Decreto nº 4.421, que tinha o objetivo de conservação e aproveitamento das florestas), originado a partir de 28 de dezembro de 1921, só teve êxito para sua organização em 1925.

O primeiro Parque Nacional do Brasil foi a idéia de parque que surgiu a partir do exemplo do primeiro norte-americano (Yellowstone) legalmente instituído no mundo, em 1º de março de 1872. Para Luzinger (2007, p. 68), as diretrizes ambientais destes preconizavam a natureza de modo a ser mantida em estado primitivo, promovendo a expansão espiritual das pessoas, baseada na filosofia romântica de Catlin, Thoreau e Marsh (valorizar a natureza a partir da noção de pertencimento e prazer de contemplação), fosse disseminada pelo mundo, sob a designação de preservacionismo.

Assim, as discussões demoraram 62 anos, essa foi a diferença de tempo da criação do Yellowstone para o Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, primeira unidade de conservação federal brasileira<sup>12</sup>. Fato que motivou os Parques Nacionais de Iguçu/Paraná e Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro se constituir legalmente em 1939. Horowitz (2003, p. 121) constatou que:

A criação dos parques nacionais valeu-se das Constituições Federais de 1934 e 1937 e baseou-se no artigo 9º do Código Florestal de 1934, que os definiram como “monumentos públicos naturais que se perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam”. A responsabilidade de gerir os parques nacionais coube ao Serviço Florestal Federal, instituído em 1921 e regulamentado em 1926.

Situando o rigor desses parques, Drummond (1998, p. 127) faz uma analogia do parque norte-americano com as características dos parques em território brasileiro, denotando, desse modo, a diferença no tocante a localização geográfica. Assim, chegando à conclusão que nos EUA os primeiros parques foram criados em lugares remotos do país, enquanto no Brasil, eles se localizaram próximo aos centros mais populosos, concentrados nas regiões Sul

---

<sup>12</sup> Ver capítulo II do Código Florestal (Lei nº 4771/1965) sobre os Planos de Unidades de Conservação.

e Sudeste. Razão pela qual, na época, essas diferentes regiões continham potencial natural capaz de contribuir com informações relevantes, e atrair conservacionistas para essas áreas.

Na década de 1940 as questões ambientais evoluem paradigmaticamente, época que surge o quarto parque nacional, as primeiras florestas nacionais e as reservas biológicas. Na ótica de Salomão (1997), as florestas nacionais<sup>13</sup> foram tipificadas como florestas de rendimento previstas no Código Florestal de 1934, tendo como marco Araripe-Apodi/CE, criado pelo Serviço Florestal, em 1946, e os parques florestais estabelecidos pelo Instituto do Pinho nas regiões Sul e Sudeste, em 1944. Os dez parques florestais criados existentes na década de quarenta foram transformados em florestas nacionais tão logo passaram ao encargo do IBDF e receberam o nome das cidades onde se situavam (HOROWITZ, 2003, p. 122).

A partir da concentração regional das UC's em algumas regiões do Brasil, especificamente nas décadas de 1950 e 1960, novas tendências de parques nacionais seriam criadas com o intuito de proteger integralmente a fauna, flora e belezas naturais. A princípio, com propósitos educacionais e científicos, alguns eventos culminaram no rompimento de concepções atrasadas. É o que Quintão (1983, p.13-28) informa:

Em 1959 aparecem três parques – Aparados da Serra (RS/SC), Araguaia (GO, depois TO) e Ubajara (CE). Dentro deste novo cenário, passam a ser instituídas UC's em locais mais remotos do país, numa tentativa de conter a destruição da natureza trazida pelo o avanço da fronteira agrícola. Em 1961 foram criados mais nove parques nacionais – Emas e Chapada dos Veadeiros (GO), Caparaó (MG/ES), Sete Cidades (PI), Monte Pascoal (BA), São Joaquim (SC), Tijuca (RJ), Brasília (DF) e Sete Quedas (PR). Este último acabaria extinto em 1980, de novo por causa de uma grande hidrelétrica, a de Itaipu.

O contraponto de Drummond (1998, p. 149) é notado no surgimento dessas áreas que, segundo esse autor, elas apareceram para providenciar lazer à classe de funcionários públicos que se instalavam na capital do país. Esses parques surgiram em sequência da interiorização administrativa, promovida com a construção de Brasília, e não como resultado de uma política autônoma interiorização de parques. A principal justificativa citada na época para sua criação foi à oferta área de lazer e turismo para os funcionários governamentais que se transfeririam para Brasília nos anos seguintes (DRUMMOND, 1997, p. 16).

A trajetória em questão das diretrizes ambientais a cada década se intensifica, ora por necessidade de critérios científicos, ora pela escolha geográfica em troca da região afetada por

---

<sup>13</sup> Segundo Drummond (1996), as florestas nacionais com finalidades econômicas, técnicas e sociais, seria uma modernização atrasada das florestas produtivas do código 1934.

unidades de conservação. Esses acontecimentos são visíveis a partir de meados da década de 1970, ocasião que um Plano de Unidades de Conservação do Brasil passa a ser elaborado em dois momentos, respectivamente, em 1979 e o segundo em 1982. O mote que servia de matriz para a decisão partia da identificação de áreas estratégicas que se limitavam a conservação, ou seja, a criação de novas unidades, além de priorizar áreas com espécies de manejo<sup>14</sup> existente. O lançamento deste Plano coincidiu com a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que abrangia de 1975 a 1979 (MORSELLO, 2001).

Por conseguinte, em 1988, o IBDF – órgão representativo do governo federal e sob a prerrogativa de fiscalização, gerenciamento e controle ambiental, estabelece contrato para instituir lei de um sistema nacional de unidade de conservação. O contrato foi firmado com a Fundação Pró-Natureza – FUNATURA, sob responsabilidade de Maria Tereza Jorge de Pádua. Conforme Leuzinger (2007, p. 127), já estava previsto no Programa Nacional de Meio Ambiente, na forma de revisão e atualização do Plano do Sistema de Unidades de Conservação, em suas duas etapas, inclusive a primeira fase do projeto, consubstanciada na revisão e atualização conceitual do conjunto de categorias de unidades de conservação<sup>15</sup>.

Vale ressaltar que em 1979 é possível evidenciar a I Etapa do Plano Nacional de Unidades de Conservação, onde se vislumbrava efetivar 13 propostas de UC's na Amazônia. Motivo pelo qual o movimento de integração da Amazônia, liderado por governos militares da época, queriam integrar a região a todo custo, entretanto, áreas prioritárias foram escolhidas para evitar maiores transtornos de agricultura, pecuária, mineração e etc. Das 13 áreas propostas, 9 foram criadas e efetivamente decretadas até 1982, protegendo mais de 7 milhões de hectares (PÁDUA, 1983).

A respeito da II Etapa do Plano Nacional de Unidades de conservação (IBDF, 1982), lançada em 1982, das 18 áreas propostas somente 4 foram decretadas (PADUÁ, 1997), entre 1982 a 1986. Nesta segunda etapa buscou-se:

A definição de critérios técnicos científicos para a indicação e implantação das UC's, além de nossas categorias de manejo. Apesar dos critérios científicos para a seleção de áreas serem apresentados de forma mais detalhada neste plano, ele embasou a seleção de UC's preferencialmente na Amazônia. A partir de dados relativos às aves, lagartos, borboletas e plantas de áreas consideradas como refúgios e Pleistoceno foram sendo determinadas as diferentes localidades onde deveriam ser criadas as UC's na região. Na Etapa II do Plano também ficou definido o que seria um sistema

---

<sup>4</sup> Os planos de manejo são entendidos como um projeto dinâmico que utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades (Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979).

<sup>15</sup> Mercadante (2001)

de unidade de conservação de um país ou região. O sistema definido dava ênfase pela primeira vez, à proteção da diversidade biológica (LEITE, 2004, p. 49).

E ainda, a Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 ampara o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), portanto, sua criação visa unificar a política ambiental brasileira (...), principalmente na administração das unidades de conservação. Foi esse órgão que concentrou as atividades antes realizadas pelo o IBDF<sup>16</sup> e pela SEMA<sup>17</sup>, além de herdar quadros, recursos e responsabilidades da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) Brito (2000).

Agilmente, o IBAMA em conjunto com a Funatura, em 1990, elaborou uma proposta de Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Este documento fez uma revisão da situação das categorias de UC's existentes e propôs reorganização delas, tentando exemplificar duplicações de funções. O trabalho sistematizava conceitos, objetivos e tipos de categorias das UC's (LEITE, 2004).

O destino desta proposta foi seguir ao Congresso Nacional, no entanto, com características de projeto de lei. Logo, seu sucesso garantiu a criação em 1990 de mais duas novas categorias de UC's. Por meio do decreto de lei 98.863 de 23 de janeiro, em 1990, foi criada a primeira Reserva Extrativista. Num modelo que permitia atividades produtivas e comunidades tradicionais, sob o efeito de contrato de concessão. Posteriormente, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), criada pelo decreto nº 98.914, de 31 de janeiro do mesmo ano. No geral, essas categorias são de domínio privado, porém, suas normas garantem fins para visitação, educação ambiental e pesquisas científicas, sistematizadas no tópico seguinte.

### **2.2.2. Áreas no Brasil consideradas protegidas**

Áreas protegidas no Brasil como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo, portanto, áreas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente

---

<sup>16</sup> O IBDF, criado pelo decreto nº 289/67, congregou o Serviço Florestal, o Conselho Florestal Federal, o Instituto Nacional do Pinho e o Instituto Nacional do Mate (LEUZINGER, 2007).

<sup>17</sup> Brito (2000). O art. 1º do decreto de criação definia que a SEMA era orientada para a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais.

instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação, limites definidos, sobretudo, regime especial de administração ao qual se aplicam garantias de proteção (SISTEMA, 2000).

A Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, referente ao Sistema de Unidade de Conservação – SNUC, em seu conjunto, garante limites em escala federal, estadual, municipal e particular, as áreas naturais protegidas no Brasil e/ou em processo de formação. Segundo o IBAMA (2001), O SNUC além de organizar as áreas naturais protegidas, integra de forma complementar e coerente todas as unidades já criadas ou a criar pelo Poder Público, e mais, associá-las as áreas naturais particulares que satisfaçam exigências estabelecidas.

O SNUC, via de regra, estabelece objetivos claros e específicos, dos quais consistem: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito nacional e regional; preservar e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza e o processo de desenvolvimento; proteger as paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características relevantes de natureza geológica; geomorfológica, espeleológica, paleontológica, e cultural; proteger e recuperar os recursos hídricos e edáficos; recuperar e restaurar ecossistemas degradados; facilitar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica; estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental; a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais; respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as socialmente e culturalmente. Esse discurso é apenas ideológico, pois do ponto de vista de resultados, um fiasco desgastante e preocupante.

Nessa perspectiva, a política ambiental brasileira tem percorrido vários pontos geográficos do país demarcando territórios e instituindo legalmente áreas protegidas, sem contar com os que estão na fila à espera de sanção. Segundo o (ICMBIO, 2011), as 310 Unidades de Conservação Federais, popularmente conhecidas como parques e reservas, são áreas de rica biodiversidade e beleza cênica gerida pelo Instituto Chico Mendes. Criadas por decreto ou lei, o SNUC se divide em dois grupos de Manejo de Unidades de Conservação: as de Uso Sustentável e as de Proteção Integral. De acordo com o Relatório de Conservação publicado em 31/12/2006, pela Diretoria de Ecossistema do IBAMA (IBAMA, 2006 apud TEXEIRA, 2010), apenas 7,23% da área continental do Brasil e 0,39% da área Oceânica brasileira são protegidos por algum tipo de unidade de conservação federal, constantes nos Quadro 1.

<b>Tipo de Uso</b>	<b>Áreas das UC's</b>	<b>% da Área Continental do Brasil</b>
Proteção Integral	28.147.214,93	3,29
Uso Sustentável	33.663.938,75	3,94
Totais	61.811.153,68	7,23
<b>Tipo de Uso</b>	<b>Áreas das UC's</b>	<b>% da Área Oceânica Brasileira</b>
Proteção Integral	407.465,00	0,11
Uso Sustentável	1.013.159,00	0,28
Totais	1.420.624,00	0,39

Quadro 1: Unidades de conservação federal na área continental e oceânica do Brasil  
 Fonte: Adaptado do IBAMA, 2006 apud Teixeira, 2010

Para o IBAMA (1997a) as unidades de conservação de Uso Sustentável aliam o objetivo da biodiversidade de uso direto dos recursos naturais, por limitarem as ações a um nível compatível com o estoque permanente da comunidade vegetal e animal, e por conciliarem a preservação com o uso sustentável de partes desses recursos. As unidades de conservação de Proteção Integral procuram preservar a biodiversidade com a menor interferência antrópica possível. Portanto, limitam as ações ao mínimo necessário e admitem apenas aproveitamento indireto de seus recursos (IBAMA, 1997a).

O Brasil alcançou número considerável em relação às áreas consideradas protegidas no país, nesse ínterim, já somam 836 unidades de conservação divididas da seguinte forma: 310 federais, 526 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), sem notar as estaduais e municipais. Mesmo as (RPPNs) representarem mais de 63% do número total de unidades de conservação, esse quantitativo somam 0,06% do território brasileiro, isto é, 486.423,67 hectares (ICMBIO, 2011).

Mais ainda, o grupo de Proteção Integral equivale a cinco áreas protegidas, assim distribuídas: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural, e refúgio de vida silvestre. O segundo, denominado de Uso Sustentável, abrange 7 unidades respectivamente: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva da fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e, reserva particular do patrimônio natural.

Dentre as prerrogativas que estabelecem as Unidades de Conservação Brasileira, é notório que cada tipo possui característica e objetivos próprios, no entanto, os informes a esse respeito serão discutidos nos Quadro 2 e 3.

<b>Tipo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Posse/ Domínio</b>	<b>Presença Humana</b>
<b>Estação Ecológica</b>	Preservação da natureza e realização de pesquisa científica.	Públicos	- visitação pública proibida; - visitação para fins educacionais e pesquisa científica dependendo de autorização prévia do órgão gestor.
<b>Reserva Biológica</b>	Preservação integral da biota e outros atributos naturais.	Públicos	- visitação pública proibida; - presença humana permitida para medidas de recuperação do equilíbrio natural; - visitação para fins educacionais e pesquisa científica dependendo de autorização prévia do órgão gestor.
<b>Parque Nacional</b>	Preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica.	Públicos	- visitação permitida para recreação, interpretação ambiental, educação e turismo ecológico; - pesquisa científica dependente para autorização prévia do órgão gestor.
<b>Monumento Natural</b>	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de beleza cênica.	Públicos ou Privados	- visitação permitida para recreação, interpretação ambiental, educação e turismo ecológico; - permitido acesso aos moradores e comunidades tradicionais; - pesquisa científica dependente para autorização prévia do órgão gestor.
<b>Refúgio de Vida Silvestre</b>	Proteção de ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente migratória.	Públicos ou Privados	- visitação pública proibida; - permitido acesso aos proprietários e moradores tradicionais; - visitação para fins educacionais e pesquisa científica, dependente de autorização prévia do órgão gestor.

Quadro 2: Modelo de unidades de conservação de proteção integral

Fonte: Adaptado do ICMBIO, 2011.

<b>Tipo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Posse/ Domínio</b>	<b>Presença Humana</b>
<b>Área de Proteção Ambiental</b>	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais.	Públicos ou Privados	- visitação e pesquisa sob restrições e normas estabelecidas se de posse públicas pelo órgão gestor, se privada pelo proprietário.
<b>Área de Relevante Interesse Ecológico</b>	Manter os ecossistemas naturais de importância regional e local e regular o uso dessas áreas.	Públicos ou Privados	- pouca ocupação humana; - visitação e pesquisa sob restrições e normas estabelecidas, se de posse públicas, pelo órgão gestor, se privada pelo proprietário.
<b>Floresta Nacional</b>	Realizar uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas.	Públicos	- existência de populações tradicionais; - visitação condicionada às normas de manejo da unidade; - pesquisa científica.
<b>Reservas Extrativistas</b>	Proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.	Públicos – uso concedido	- populações extrativistas tradicionais; - visitação pública compatível com os interesses locais e conforme o plano de manejo da área; - pesquisa científica.
<b>Reserva da Fauna</b>	Realizar estudos técnicos científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos.	Públicos	- visitação de acordo com o plano de manejo da unidade de acordo com as normas estabelecidas; - pesquisa científica incentivada, com autorização prévia.
<b>Reserva de Desenvolvimento Sustentável</b>	Proteger a natureza, bem como na manutenção da diversidade biológica. Tal uso é regido, como nas Reservas Extrativistas, por contrato de concessão de direito real de uso.	Públicos	- populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais;- pesquisa científica depende de prévia autorização.
<b>Reserva Particular do Patrimônio Natural</b>	Conservar a diversidade genética.		- pequena ocupação humana; - visitação turística e recreativa; - pesquisa científica depende de autorização do proprietário.

Quadro 3: Modelo de unidades de conservação de uso sustentável

Fonte: Adaptado do ICMBIO, 2011.

Portanto, as 12 categorias de áreas protegidas e/ou unidades de conservação, além de pontuarem todas as regiões brasileiras, estas se distribuem em todos os estados da federação, constituindo-se por meio Decreto Presidencial ou Lei, sobretudo com suas peculiaridades e características. As Reservas Extrativistas, em particular, vislumbraram a prática do extrativismo com intuito de reduzir o desgaste ambiental contemporâneo e, por sua vez, implementar uma economia capaz de substituir o desflorestamento na Amazônia, porém sem sucesso, pontuado a seguir.

### **2.3. O EXTRATIVISMO E SEU REFLEXO NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS**

O extrativismo é um conceito romântico e apaixonado de alguns cientistas e ambientalistas que sonham aliar preservação e conservação dos recursos ambientais com práticas extrativistas de pescadores, caçadores e coletores em florestas amazônicas. Considerado de baixa tecnologia, o extrativismo contempla produtos vegetais de diversos e distintos aspectos que compõem as floras tropicais. Nessa dimensão, Cunha & Almeida (2002, p. 19) exemplifica a agricultura dos seringueiros como uma parte essencial de seu modo de vida, tendo uma ordem de magnitude desprezível (1%) em relação ao território total que ocupam, embora sejam seringueiros e também agricultores, e a segunda parte como extrativistas que ocupam o território, sendo assim, reconhecidas por suas técnicas extrativistas.

A organização dos movimentos de seringueiros, subsidiados por pesquisadores/cientistas, pôs em prática um novo paradigma de extrativismo, dessa vez, criou-se o conceito de Reservas Extrativistas. Na óptica de Homma (1993, p. 08) o extrativismo vegetal constitui uma base de desenvolvimento de vulto bastante frágil, que se justifica mais pelo nível de pobreza dos seus habitantes e do mercado de mão-de-obra marginal.

Outras concepções sobre o extrativismo emergem em face de inovações tecnológicas, dada a necessidade de amenizar os conflitos socioambientais por meio de alianças tanto do ponto de vista econômico quanto do ecodesenvolvimento. Ab' Saber (apud 1989) apresenta alternativas para redução de alguns riscos considerados pertinentes por Homma. Logo, sua atribuição origina-se de desenvolvimento de novos produtos e novos mercados para produtos extrativos de áreas de conservação, ou seja, produtos que são vistos pelo consumidor como a um só tempo atraente e compatível com a preservação do máximo de floresta em pé.

Ademais, o debate que entrou em vigor após o entendimento que este seria um modelo viável para o desenvolvimento rural e agrário para a região Amazônica, lamentavelmente após alguns anos os resultados são opostos, pois o novo modelo extrativista declina, contrapondo-se a categoria de uso sustentável definida por interesses governamentais de Estado interno e externo.

Por outro lado, a economia regional extrativista (DRUMMOND, 1996, p. 05-09) não processa os bens que retira da natureza, mas não significa dizer que o extrativismo não é necessariamente sustentável, econômica ou ecologicamente. Voltemos a tópicos mais sociais. Dizer que toda forma de extrativismo é ecológica e economicamente sustentável não é verdade. Além do mais, mesmo a sustentabilidade estritamente ecológica não é suficiente.

Entretanto, o modelo econômico extrativo dos seringais amazônicos respeitou imposições oriundas de seringalistas e padrões compromissados apenas com ganho econômico, desconsiderando, portanto, os seringueiros. É o que relata Afonso (2005, p. 58):

A economia extrativa é semelhante à de outros sistemas de trabalho em que os extratores detêm autonomia para explorar recursos naturais e se vinculam a postos de comércio com os quais se mantêm em dívida crônica. Cada seringueiro explorava pelo menos uma parreira de estradas de seringa, que partiam da clareira residencial e retornavam a ela. Dois ou três seringueiros podiam ocupar o conjunto de estradas que, partindo da clareira, cobriam como pétalas o território de uma colocação, limitado pelas estradas de outras colocações. O posto de comércio, o barracão, adiantava mercadorias a esses trabalhadores isolados na mata, para serem pagas no fim de estação de trabalho, o fábrica, com borracha. Isso significa que seringueiros estavam em débito quase constante com os barracões.

Contemporaneamente o extrativismo e as reservas extrativistas têm sofrido sérias críticas por não imprimir um modelo capaz de garantir condições viáveis a manutenção humana. Para responder melhor essa dicotomia, Homma (1993, p. 10) ressalta que não tem nada contra o extrativismo vegetal e as reservas extrativistas, porém entende que a economia extrativa como depende do processo de desenvolvimento e cujo fim é inexorável ao seu gradativo desaparecimento. Mais ainda, a economia extrativa carrega no seu próprio bojo a semente de sua auto destruição, tal qual a serpente mitológica que se devora engolindo a sua própria cauda.

Muitos cientistas preferem fazer vista grossa a qualidade de vida das populações humanas nos polígonos extrativistas da Amazônia, mesmo reconhecendo as vulnerabilidades socioeconômicas. O que lhes importa é reduzir os conflitos socioambientais por meio do extrativismo, entretanto, esquecem ou fingem que os pobres e/ou miseráveis povos

tradicionais ficarão reféns de especulações arbitrárias provocadas por organismos internacionais com seus respectivos interesses.

As reservas extrativistas, baseadas no modelo econômico do extrativismo, prometiam ser o modelo mais eficiente em unidade de conservação do ponto de vista do conservacionismo e preservacionismo, principalmente com vistas à qualidade de vida das populações humanas. Na concepção de Jatoba; Cidade; Vargas (2009, p. 73), a experiência de gestão compartilhada e com alto grau de preservação da biodiversidade são as reservas extrativistas (Resex's), que, no entanto, apresentam a limitação da fraca sustentabilidade econômica do extrativismo como fonte de sobrevivência das populações que dele dependem.

Além disso, as unidades de conservação de uso sustentável tornaram-se modelo de abandono e de descaso público na Amazônia. Uma das militantes das reservas extrativistas, na época, ao lado do líder sindical Chico Mendes, Allegretti (2008), abre o debate afirmando que os moradores estão sem opção econômica, e optam pela liquidez e bom preço do boi, pois faltam política pública e dinheiro para as Resex's. E ainda, no curto prazo, as chances de mudanças parecem pequenas. Precisa-se de R\$ 210 milhões para aliviar as tensões desmedidas nas Resex's, todavia, apenas R\$ 100 mil perfazem longos caminhos que prometem ser insustentáveis, ou seja, um modelo extrativista extremamente inviável para Amazônia (ALLEGRETTI, 2008).

Nesse sentido, o extrativismo de baixa tecnologia precisa ser repensado para consolidar melhores resultados, e assim, amenizar os conflitos mais comuns nessa relação sociedade-ambiente. Pois o seu foco principal é direcionado apenas a sustentabilidade ecológica, por vezes, eliminando a econômica, ou seja, a agricultura, a criação de gado, a extração madeireira, de minerais, entre outras que persistem na subsistência e excedente produtivo.

As reservas extrativistas, consideradas de uso sustentável, ainda estão longe de alcançar efetivamente desenvolvimento e sustentabilidade, ou melhor, se comportam (in) sustentavelmente por não apresentar resultados consistente e/ou sustentáveis. E, por efeito, as políticas ambientais consoante ao modelo extrativista, propõem amenizar as pressões humanas sobre as unidades de conservação, que por sua vez, tornam-se uma forma mais leve de conflitos ambientais. Assim, as reservas extrativistas foram fundadas com o intuito de defender os anseios e perspectivas de um grupo social, resguardar as fronteiras do desflorestamento imposta por fazendeiros de bovinos e, utilizar os potenciais ambientais racionalmente. Todavia, lamentavelmente, seu declínio é fruto da imprudência.

De modo geral, os resultados finais não atingem o sucesso prometido, o discurso perde credibilidade, e as comunidades sem saber o que fazer convidam a ciência para responder metodologicamente as incompatibilidades entre razão e intervenção. Certamente o sentimento racional e humano são descaracterizados a partir da mensuração do nível de vida das famílias residentes em pontuadas comunidades da Reserva, vistos sistematicamente.

## **2.4. A CONQUISTA DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS PARA AMAZÔNIA**

A luta do poder capitalista (Fazendeiros vindos do Sul e Sudeste) em nome de construção de fazendas bovinas versus seringueiros do Acre, no entanto, de um lado predominava a violência motivada pelo poder capitalista, e de outro a busca de viver em paz e harmonia em suas colocações. No final da década de 1970, movimentos se organizam com o intuito de tornar legais seus atos, de modo a angariar apoio nacional e internacional, e assim, fortalecer seus propósitos. Antagonicamente, a morte de Wilson Pinheiro, primeiro líder sindical dos seringueiros, em 1980, representou uma onda de violência que prometia assustar a classe desprovida de poder político e econômico naquele momento. Conforme afirmação de Cruz (2010, p. 2):

O sindicato de Brasília, mesmo com a perda do líder sindical conseguiu evoluir significativamente, congregando, portanto, Trabalhadores Rurais de Xapuri, cujo número, a princípio, foi de 890 sócio-fundadores, ao passo de alcançar 4.000 na época dos “empates” (movimento que impedia peões e capatazes de fazendeiros derrubarem a floresta para a formação de pastagens. Foi o maior fenômeno de organização popular amazônico.

Mesmo perdendo forte liderança que não temia aos confrontos armados por pistoleiros e capatazes ordenados por fazendeiros, portanto, entra em cena outro líder sindical que cobrava por justiça pela morte de seu parceiro. Sob a liderança de Chico Mendes, em 1984, o seu papel se restringia nos conflitos provenientes de desflorestamentos e fortes repressões dos fazendeiros. Pois, infelizmente, seus dias se tornam imprevisíveis desde as ameaças de morte e confrontos, ocasionando, desse modo, o que se especulava, assassinato quatro anos depois.

Apesar do preço pago pelos seringueiros do Acre, o sonho em construir um espaço digno para amparar suas famílias com respeito, e promoção humana, se tornava meta prioritária diante dos conflitos ocorridos entre fazendeiros e seringueiros. A rigor, esses

desgastes foram à mola propulsora para a criação de Reservas Extrativistas na Amazônia. É o que conta essa nota:

Em 1985, no Brasil estava sendo lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária e todas as atenções da sociedade estavam voltadas para este tema. A proposta de criação das Reservas Extrativistas apareceu, então, como a "Reforma Agrária" para os extrativistas, na medida em que a sua criação deveria ser uma forma de legitimar a posse, e de reconhecer os direitos à terra daqueles que nela trabalhavam e viviam há muitos anos; o segundo grande objetivo das Reservas Extrativistas, a defesa do meio ambiente, estava implícito no primeiro, uma vez que a conquista da terra objetivava manter o extrativismo, e a manutenção do mesmo exigia o respeito à floresta e aos seus recursos (RUEDA, 2009, p. 03).

Nesse sentido, já não dava mais para prorrogar a validação legal de Reserva Extrativista para Amazônia, principalmente nos finais de década de 1980, momento que as discussões se propagam em todo o mundo, sobretudo nas universidades, instituições de pesquisas, setores sociais da sociedade. E ainda, os seringueiros, categoria reconhecida por serem reconhecidamente como os detentores dessa história, em 1986, segundo Allegretti (2002, p. 528), pressionaram o INCRA a:

Preparar um documento sobre Reservas Extrativistas no qual reconhecia as especificidades dessa modalidade de reforma agrária, mas representava um detalhado plano de assentamento incluindo melhoria das condições de produção, educação, saúde, previdência social, habitação, promoção agrária, infra-estrutura física, associativismo, crédito, comercialização. Apesar da irrealidade da proposta, alguns conceitos básicos foram definidos e seriam, nos meses seguintes, retomados: a idéia de divisão das áreas em lotes e da concessão de uso.

E ainda, as reuniões que ocorreram no mesmo período por todos os stakeholders na ocasião, sistematizaram o conceito de Reserva Extrativista, do qual encaminharam ao Programa de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI), caracterizando-a como: área destinada prioritariamente à exploração dos recursos naturais predominantes na Amazônia, tanto para o consumo pessoal quanto para a comercialização, criada a partir da regularização da forma atual de ocupação dos seringais – as colocações. Essa regularização tanto poderá ser por meio de propriedade privada da colocação, como por definição de área pública, para destino exclusivo dos seringueiros.

De acordo com Reydon e Cavalcante (2000), o processo de criação de RESEX, fruto de uma luta política e social dos movimentos locais, deve ser entendido como uma alternativa

à criação de reservas conservacionistas, estabelecendo um novo paradigma de regulação ambiental. Em linhas gerais, as estressantes lutas dos movimentos de seringueiros, refletiram, na década de 1990, na criação das primeiras Reservas Extrativistas (Quadro 4), que, por sua vez, prescreveu urgência racional nas relações socioeconômicas e ambientais, a seguir.

<b>NOME</b>	<b>ESTADO</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>DECRETO DE CRIAÇÃO</b>	<b>ÁREA (HA)</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>PRINCIPAIS RECURSOS</b>
<b>Alto Juruá</b>	AC	Marechal Thaumaturgo	98.863 – 23/01/90	506.186	4.170	Borracha
<b>Chico Mendes</b>	AC	Rio Branco/Xapuri/ Brasiléia/ Assis Brasil/Sena Madureira/ Capixaba	99.144 - 12/03/90	970.570	6.028	Castanha/ Copaíba/ Borracha
<b>Alto Tarauacá</b>	AC	Jordão e Tarauacá	S/Nº - 08/11/00	151.199	-	-
<b>Rio Cajari</b>	AP	Laranjal do Jari/Mazagão/ Vitória do Jari	99.145 – 12/03/90	481.650	3.283	Castanha/ Copaíba/
<b>Rio Ouro Preto</b>	RO	Guajará-Mirim / Nova Mamoré	99.166 - 13/03/90	204.583	431	Borracha/Açaí/ Castanha
<b>Lago do Cuniã</b>	RO	Porto Velho	3238 - 10/11/99	52.065	400	Copaíba Borracha Pescado
<b>Extremo Norte do Tocantins</b>	TO	Carrasco Bonito	535 - 20/05/92	9.280	800	Babaçú / Pescado
<b>Mata Grande</b>	MA	Senador La Rocque	532 - 20/05/92	10.450	500	Babaçú / Pescado
<b>Quilombo do Frexal</b>	MA	Mirinzal	536 - 20/05/92	9.542	900	Babaçú / Pescado
<b>Ciriáco</b>	MA	Cidelândia	534 - 20/05/92	7.050	1150	Babaçú
<b>Tapajós-Arapiuns</b>	PA	Santarém / Aveiro	S/Nº - 06/11/98	647.610	4000	Borracha / Pesca / Óleos e Resinas
<b>Médio Juruá</b>	AM	Carauari	S/Nº - 04/03/97	253.226	700	Borracha / Pesca

Quadro 4: Reservas extrativistas na Amazônia Legal

Fonte: Adaptado de IBAMA/CNPT – Reservas Extrativistas Marinhas

Hoje, o número de Reservas Extrativistas criadas na Amazônia, em termos quantitativos, quase dobrou, pois das 12 (doze) criadas na década de 1990, somadas as atuais, representam um total de 23 (vinte e três) cadastradas na Amazônia Legal, porquanto, o acréscimo das 11 (Dez) simbolizam o precioso significado das RESEX (Quadro 5). Esse efeito quantitativo se deve ao movimento de seringueiros, do qual envolveu outras classes sociais, sobretudo ambientalistas nacionais e internacionais. Contudo, o Estado entende que mesmo com os sistemas vulneráveis presentes nas RESEX's<sup>18</sup>, estes contribuíram para amenizar perdas ambientais nas UC's da Amazônia, porém, esse discurso não tem credibilidade do ponto de vista de desenvolvimento social e preservação ambiental.

NOME	ESTADO	MUNICÍPIOS	DECRETO DE CRIAÇÃO	ÁREA (HA)	POPULAÇÃO	PRINCIPAIS RECURSOS
<b>Barreiro das Antas</b>	RO	Guajará-Mirim	S/Nº - 07/08/01	107.234	400	Borracha
<b>Rio Cautário</b>	RO	Guajará-Mirim	S/Nº - 07/08/01	73.817	300	Borracha
<b>Auati-Paraná</b>	AM	Fonte Boa	S/Nº - 07/08/01	146.950	1.246	Borracha
<b>Rio Jutai</b>	AM	Jutai	S/Nº - 16/07/02	275.533	500	Borracha/Óleos /Pescado
<b>Cazumbá-Iracema</b>	AC	Sena Madureira / Manuel Urbano	S/Nº - 19/09/02	750.794	754	Borracha / Castanha
<b>Soure</b>	PA	Soure	S/Nº - 22/11/01	27.463	1400	Pescado / Crustáceos
<b>Maracanã</b>	PA	Maracanã	S/Nº - 13/12/02	30.018,88	S/Nº	Manguezais / Pesca Artesanal
<b>Chocoaré</b>	PA	Santarém Novo	S/Nº - 13/12/02	2.785,72	2.785	Manguezais / Pesca Artesanal
<b>Mão Grande de Curuçá</b>	PA	Curuçá	S/Nº - 13/12/02	37.064,23	6.000	Manguezais / Pesca Artesanal
<b>Baixo Juruá</b>	AM	Juruá / Uarini	S/Nº - 01/08/01	187.982	1.050	Borracha
<b>Riozinho da Liberdade</b>	AC	CZS / Marechal Thaumaturgo / Porto Walter / Tarauacá / Ipixuna	S/Nº - 18/02/05	325.026	-	-

Quadro 5: Reservas extrativistas na Amazônia Legal

Fonte: Adaptado de IBAMA/CNPT – Reservas Extrativistas Marinhas

<sup>18</sup> As Reservas Extrativistas são reconhecidas como áreas florestais de interesse ecológico e social, que objetivam a curto, médio e longo prazo, explorar racionalmente os recursos naturais, de modo a assegurar as relações socioambientais de equilíbrio a partir de bases sustentáveis, mediante contrato e concessão de uso.

De modo geral, segundo Andrade (2004), os seringueiros conquistaram uma de suas mais importantes vitórias rumo à concretização das reservas extrativistas: a institucionalização do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), pela Portaria nº 647 de 30 de julho de 1987, do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA – incorporando a proposta dos seringueiros do Estado do Acre ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Daí o nascimento, significado, crescimento em solo Acriano, mas não significa confirmar o mesmo em relação a sua eficácia.

## **2.5. DIMENSÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO ACRE**

O velho mundo foi conhecido pelos europeus até o século XV como Eufrásia, por se conhecido pelo surgimento das mais antigas civilizações, sobretudo o continente europeu, africano, asiático e Ilhas Adjacentes, entre outros fatos ocorridos em toda história nesses continentes, pode-se afirmar que o berço da civilização ocorreu na Europa pelos gregos. Analogicamente, as Reservas Extrativistas<sup>19</sup> na Amazônia, oriundas de sonhos e lutas de seringueiros em defesa do meio ambiente e da posse da terra, conseqüentemente seu nascimento ocorre no Estado do Acre.

Os confrontos, muitas vezes desleais, são acentuados por propostas e medidas alternativas que consideravam não só a preservação e valorização ambiental, mas políticas que produziam o panorama crescente de todos os anseios e perspectivas socioeconômicas dos povos tradicionais. De acordo com Cavalcante (2002, p. 45), isto em grande medida, é responsável pelo apoio que esta proposta vem recebendo do trabalho político desenvolvido na década de 1980 por Chico Mendes, cientistas e organizações ambientais de todo o mundo.

Por outro lado, diante de tantas insatisfações da classe de seringueiros no Acre, em detrimento a exploração desequilibrada do desflorestamento, o movimento, portanto, não vislumbrava outra saída senão a proposta de manutenção das florestas, isto é, as Reservas Extrativistas constituíam um modelo de uso sistemático ao estabelecer aliança com preservação e uso racional dos recursos ambientais. Apesar disso, o pronunciamento de Chico Mendes e Raimundo de Barros valorizam o desabafo do grupo de seringueiros em relação ao futuro da Amazônia:

---

<sup>19</sup> De um lado, os seringalistas, fazendeiros e especuladores, de outro, os indígenas, os trabalhadores rurais e seringueiros que aos poucos iam obtendo o apoio das organizações de trabalhadores rurais, das pastorais da igreja católica, dos sindicatos urbanos, dos intelectuais e dos ambientalistas nacionais e internacionais (ANDRADE, 2004, p. 538):

A implantação das Reservas Extrativistas pode ser entendida como a realização da reforma agrária na Amazônia, na medida em que vai garantir a terra, o desenvolvimento econômico compatível com o meio ambiente e a preservação da floresta. Quando se fala em defesa da floresta Amazônica, muitas pessoas pensam que as Reservas Extrativistas são parques florestais para conservação. Mas não sabem, ou não fazem questão de saber, que ela não é uma região desabitada. Na floresta vive há séculos, as populações ribeirinhas, os seringueiros e índios, que tiram seu sustento da mata. Nós queremos um desenvolvimento econômico para a Amazônia, mas respeitando as características da região. Não é devastando e tocando fogo para fazer pastagens ou com projetos de colonização falidos que trazem modelos agrícolas do Sul para o pobre solo da Amazônia, se é isso que deve ser alcançado. (Seringueiros defendem reservas extrativistas - FOLHA DE LONDRINA 15/09/1988, apud ALLEGRETTI, 2004, p. 722).

Como protagonista da proposta de reservas indígenas, Chico Mendes, segundo (CNS, 1993a, p. 01 apud CAVALCANTE, 2002), foi incorporado pelo conjunto dos extrativistas por ocasião do primeiro encontro realizado em Brasília. Este encontro marca, portanto, não só a criação do CNS, mas também as das RESEX, haja vista sua aprovação em plenária. A determinação maior neste momento era, sem dúvida, a luta pela posse da terra. Os seringueiros queriam usufruir do extrativismo, e ao mesmo tempo garantir a posse da terra, de forma a sistematizar o seu próprio meio de produção. Porém, não aceitavam mais “participar com mão-de-obra barata ou semi-escrava” (CNS, 1993, p. 01), conforme a visão que eles possuíam de sua inserção no processo produtivo dos seringais. Assim, o caráter crucial das RESEX's, enfatizou:

“O resgate da importância do homem, numa perspectiva de ocupação do espaço amazônico, associada à conservação do meio ambiente onde são levados em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos das populações locais” (CNS, 1993, p. 06).

Na óptica do movimento de seringueiros, viver em condições subumanas seria compactuar com a velocidade destruidora que o capitalismo causara, portanto, os princípios, e valores seriam desconsiderados a partir desta perspectiva. Em contrapartida, a racionalidade socioambiental se tornava a nova bandeira de luta, logo, o desenvolvimento alternativo econômico estava incluso nas novas alternativas paradigmáticas. É o que relata Leff (1994a):

Este movimento de resistência se articula à construção de um paradigma alternativo de sustentabilidade, no qual os recursos ambientais se convertem em potenciais capazes de reconstruir o processo econômico dentro de uma

nova racionalidade produtiva, propondo um projeto social baseado na produtividade da natureza, nas autonomias culturais e na democracia participativa.

Nesse contexto, alguns autores acham que as diversidades de meios produtivos em Reservas Extrativistas podem significar potencial socioeconômico ao conjunto das famílias pertencentes a esses ambientes. Nesta perspectiva, Almeida (1994, p. 265), caracteriza as Reservas Extrativistas além das inovações nos processos produtivos, notavelmente, no entanto, ao processo e comercialização dos produtos já conhecidos. Estes, a luz de sustentabilidade poderão contribuir com associações e cooperativas, representar aumento de renda as populações envolvidas, bem como reduzir os índices de desflorestamento.

Antagonicamente, alguns especialistas na área, em tese, observaram que o modelo extrativista vegetal tem discurso ideológico sofisticado, salutar, benéfico, porém, na prática, não simbolizam alternativa de preservação consistente, e sim miséria. As Resex's para Cavalcante (2002, p. 49) seriam incapazes de incorporar progresso técnico; de uma inadaptabilidade natural a um sistema de alta escala de produção, ou ainda, de impossibilidade de gerar uma rentabilidade média compatível com os padrões estabelecidos na região.

Neste extremo de discussão, Homma (1989) é um dos autores mais conceituados na maneira de questionar o modelo de criação de Resex, do qual assegura que a instabilidade na atividade extrativista vegetal não permite considerá-la um modelo de desenvolvimento viável para a Amazônia. Entre os estudos publicados por Homma, sinteticamente reproduz um modelo de desenvolvimento econômico que visa estabelecer o extrativismo vegetal como cadeia de fatores econômicos, fadados a fortes indícios de desequilíbrio. O que significa apresentar dois tipos de extrativismo: o de coleta – onde a árvore permanece em pé; e o de destruição total – ações que interferem nas questões socioambientais.

Em particular, as Reservas Extrativistas no Estado do Acre, além de valorizar a história de sacrifício impostas pelos seringueiros de algumas regiões do Estado na época, também impulsionaram abrangência para outras regiões da Amazônia Legal<sup>20</sup>. Apesar dos atritos e despendidos, o estado do Acre conta com cinco reservas institucionalmente reconhecidas, o que revela ganho significativo do ponto de vista de dimensão territorial a

---

<sup>20</sup> A Amazônia hoje é um dos cinco assuntos mais significativos e discutidos em todo o mundo. Essa preocupação surge em face de questões considerada vulneráveis na relação sociedade-ambiente, onde princípios racionais devem inserir-se nas agendas econômicas, sociais, ambientais, econômicas, culturais, e políticas. Nesse extremo, é possível conciliar o potencial regional com políticas socioambientais, e assim, torná-lo viável a manutenção de novos sistemas.

partir das criações desde 1990, e por sua vez, simbolizam construtivismo socioambiental, descritas a seguir (Quadro 6).

<b>NOME</b>	<b>ESTADO</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>DECRETO DE CRIAÇÃO</b>	<b>ÁREA (HA)</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>PRINCIPAIS RECURSOS</b>
<b>Alto Juruá</b>	AC	Marechal Thaumaturgo	98.863 – 23/01/90	506.186	4.170	Borracha
<b>Chico Mendes</b>	AC	Rio Branco / Xapuri / Brasiléia / Sena Madureira / capixaba	99.144 – 12/03/90	970.570	6.028	Castanha / Copaiba / Borracha
<b>Alto Tarauacá</b>	AC	Jordão / Tarauacá	S/Nº - 08/11/00	151.199	-	-
<b>Cazumbá-Iracema</b>	AC	Sena Madureira / Manuel Urbano	S/Nº - 19/09/02	750.794	754	Borracha / Castanha
<b>Riozinho da Liberdade</b>	AC	CZS / Marechal Thaumaturgo / Porto Walter / Tarauacá / Ipixuna	S/Nº - 18/02/05	325.026	-	-

Quadro 6: Reservas extrativistas no Estado do Acre  
Adaptado de IBAMA/CNPT – Reservas Extrativistas Marinhas

Portanto, na prática, as Resex's são cercadas por muitos problemas, sobretudo de ordem social, onde a falta de subsídio e assistência as classes trabalhadoras de extrativistas, produtores rurais e de pescadores do Acre<sup>21</sup>, evidentemente, ainda assustam os moradores dessas áreas que sonham efetivamente com o bem-estar de suas famílias. O discurso governamental não difere do desenvolvimento sustentável, porém, a implementação de alguns projetos e programas sociais comprovam sua ineficácia. Contudo, a atenção a estes povos deveriam romper as fronteiras da pobreza instaladas nesses ambientes, sobretudo pelo o auto valor que seus precursores já pagaram com suas vidas, mas mesmo assim os simples povos tradicionais perpetuam miséria e ainda são estimulados a agredir a natureza por necessidade.

<sup>21</sup> Mário Lima, economista acriano, entende que a proposta de RESEX, baseada no extrativismo convencional impõe um trade off, uma troca compensatória, em termos mundiais: a destruição do futuro de um grupo de homens em troca do futuro da humanidade. Sim, a perda de um grupo de homens submetidos ao holocausto para que o resto da humanidade sobreviva (LIMA, 1992, p.173).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1. ÁREA DE ESTUDO

A Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ), localizada no município de Marechal Thaumaturgo, estende-se por uma área de 506.186 hectares, no extremo oeste do Estado do Acre e faz divisa com o Peru e tribos indígenas, a saber: Ashaninka do rio Amônia, Ashaninka-Kaxinawá do rio Breu, Jaminawa-Arara do rio Bagé e Apolima-Arara do rio Amônia. Segundo o CNPT<sup>22</sup>, a REAJ é reconhecida por ser a primeira Reserva criada no país por meio do decreto presidencial nº 98.863 em 23 de janeiro de 1990.

Com regras e limites impostos, as Unidades de Conservação de todo o país ficaram estabelecidas, que a forma de uso dos recursos naturais deve obedecer às regras previstas na legislação ambiental e, mais ainda, respeitar dois fundamentos que estiveram na ordem de discussão da criação das Reservas Extrativistas: a conservação da natureza e a melhoria das condições de vida dos moradores destas áreas.

A sua história de criação (Figura 2) foi caracterizada a partir da migração de nordestinos, o que conduziu o sistema de trabalho dos seringais, provocando um modelo de vida tradicional, sobretudo a inclusão das causas observadas pelo movimento de seringueiros no Vale do Juruá.

---

<sup>22</sup> O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) é responsável pela co-gestão da Reserva Extrativista, junto com os moradores. Posteriormente, isto é, até 2007 estava sob responsabilidade do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), vindo a substituir-se em 2007 pelo ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade). A região da Reserva Extrativista do Alto Juruá localiza-se em uma área de altíssima biodiversidade, em parte proporcionada pela ocupação humana de baixo impacto que contribui para o surgimento de uma maior variabilidade de espécies. Até o início da década de 2000, cerca de 99% do território da Reserva era coberto por floresta (CUNHA & ALMEIDA, 2002)

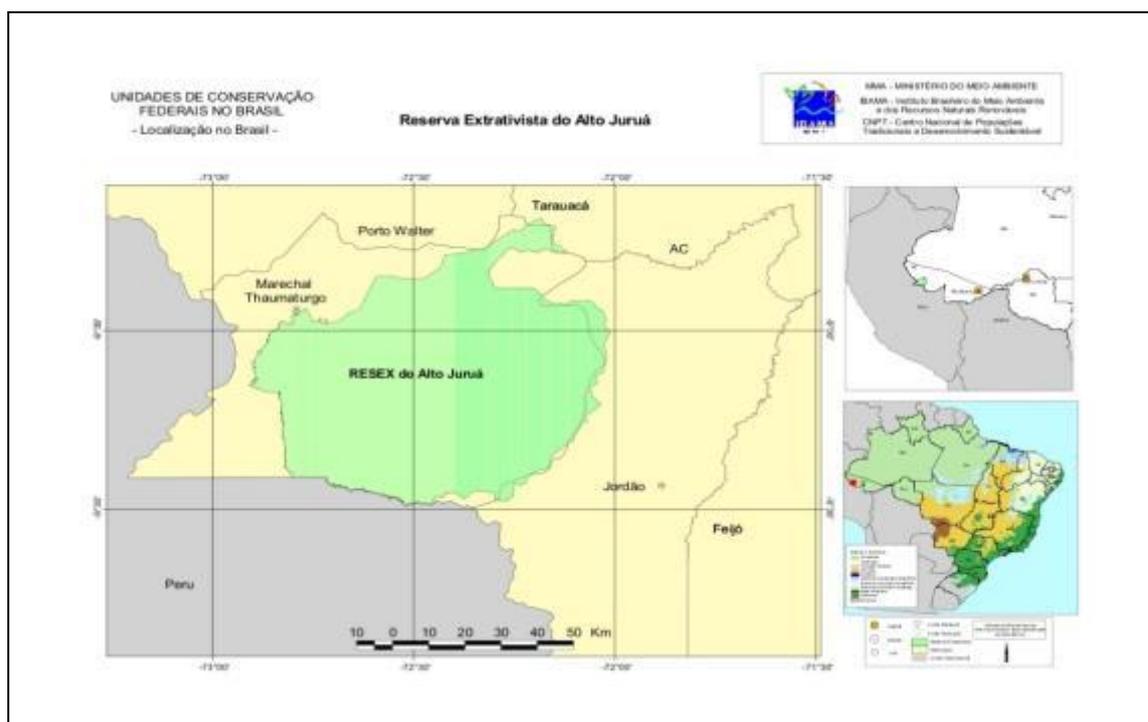


Figura 2: Localização da Reserva Extrativista do Alto Juruá  
 Fonte: CNPT/IBAMA – Cruzeiro do Sul-AC

Nessa óptica, Cunha & Almeida (2002, p. 21) alertam para a existência de uma aparente barreira intransponível para a meta dos seringueiros:

A produção de borracha silvestre a partir da extração em florestas tropicais parece não poder competir quanto ao preço com a produção da mesma borracha em plantações artificiais, seja no sudeste da Ásia, seja na Bahia ou no vale do Ribeira, em São Paulo. A lógica que leva a essa conclusão parece evidente: numa plantação, cabem quatrocentos indivíduos de uma mesma espécie, a *Hevea brasiliensis*, já que em 1 hectare da floresta dos seringueiros encontra-se em média apenas uma seringueira. Em compensação, pode-se achar de duzentas a trezentas espécies diferentes apenas de plantas lenhosas em 1 hectare de floresta, e já foram coletadas na Reserva Extrativista mais de quatrocentas espécies de borboletas distintas em um único dia (CUNHA & ALMEIDA, 2002).

No polígono da REAJ moram aproximadamente 6000 pessoas, dentre elas 2300 crianças de 5 a 15 ano, significando densidades em torno de 1 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2010). Em sua maioria, são famílias que há mais de 20 anos ocupam colocações nos seringais, das quais estão as margens dos principais rios que contemplam a Reserva: Juruá, Tejo, Amônia, Breu e Manteiga.

A partir de 1987, os seus moradores criaram esse modelo de ocupação da terra pautado no uso digno e coletivo, porém resistindo as taxas cobradas por seus patrões. O apoio do

Conselho Nacional dos Seringueiros reafirmou a queda do regime ditador imposto por décadas pelos proprietários dos seringais, sobretudo no que diz respeito à nova atuação política democrática local. Essa onda do novo ambientalismo, a princípio, ganhou autonomia para defender interesses de uma classe que vislumbrava associar exploração racional dos recursos ambientais com preservação, feito que consolidou a criação de um modelo diferenciado de ocupação do território e utilização dos recursos naturais, a exemplo da Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ), a partir de 1990.

### **3.2. MATERIAIS UTILIZADOS**

Alguns instrumentos foram relativamente significantes para proporcionar a pesquisa de campo, aos quais foram à razão preciosa para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido, os formulários, questionários e entrevistas gravadas em áudio, representaram a essência crucial da pesquisa *in loco*, ou seja, o primeiro evidenciou a realidade local dos comunitários (Informados por chefes de famílias) sob a perspectiva socioambiental. O segundo contemplou as ações dos gestores públicos do ICMBIO a luz de políticas públicas e, as entrevistas em áudio, a voz dos moradores da REAJ de forma natural e espontânea.

E ainda, do ponto de vista primário e/ou logístico, alguns elementos foram indispensáveis para subsidiar a trajetória temporal de toda a pesquisa, incluindo, no entanto, desde avião e canoa motorizada para transportar a equipe de pesquisa, ao findar nos materiais de armarinho e produtos tecnológicos. Ao final, esses materiais somados ao suporte humano, consolidaram o desenvolvimento e construção eficaz do estudo proposto.

### **3.3. MÉTODOS E TÉCNICAS**

O estudo foi realizado na Reserva Extrativista do Alto Juruá e, seu desenvolvimento, orientou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa em algumas comunidades da referida unidade. A princípio, a motivação partiu no momento em que conheci de perto a realidade local, isto é, uma viagem que fiz em 2005 foi suficiente para entender as dificuldades e, ao mesmo tempo, as aspirações dos povos tradicionais inseridos na realidade da REAJ. Nessa perspectiva, a amostra torna-se representativa por indicar alternativas amenizadoras dos conflitos socioambientais entre comunitários (REAJ) e gestores (ICMBIO), ou seja, desenhar em longo prazo subsídios que aliarão desenvolvimento social com preservação ambiental.

Somando-se a isso, a pesquisa incluiu em seu conjunto, populações comunitárias e gestores públicos sem se importar com suas crenças, costumes, etnias, enfim, com as diversidades pessoais de cada participante deste estudo.

Nesse contexto, adota-se a dialética por entender que a análise de um programa de desenvolvimento não pode priorizar somente a compreensão dos modos de vida das comunidades, a avaliação de sua realidade, as ponderações das políticas públicas no nível global, regional e local. Mais ainda, na descrição de todos os elementos que estejam implicados diretamente na interrelação de vida dessas pessoas, da intervenção governamental implementada pelo Estado Nacional para a Reserva Extrativista do Alto Juruá, sobretudo do ponto de vista de desenvolvimento, a julgar a qualidade de vida desses atores.

Segundo Edgar Morin (2001), a questão paradigmática vai além de simples questões epistemológica e metodológica, já que envolve o questionamento dos quadros gnosiológicos (pensamento da realidade) e ontológicos (natureza da realidade), os quais se referem aos princípios fundamentais que regem os fenômenos e o pensamento. Nesta discussão, a proposta metodológica torna-se indispensável, portanto:

[...] pede para pensarmos nos conceitos sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para estabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. (MORIN, 1998, p. 192).

Contudo, utilizando a análise de FOFA foi possível estudar a situação da Reserva tanto do ponto de vista interno (Pontos fortes e fracos) quanto externo (Oportunidades e ameaças). Isto é, esse método consistiu em cruzar os cenários da REAJ, portanto, valorizando sistematicamente a sua realidade local, ao passo de confirmar quais objetivos estratégicos adotar de forma a reduzir riscos. A análise descritiva permitiu classificar o grupo econômico, social, ambiental e cultural, a partir de elementos que foram fundamentados nos resultados obtidos.

Por conseguinte as informações tratadas e os textos formulados sistematicamente, as considerações finais, a rigor, prescreveram a verdadeira realidade da Reserva. Isto é, a análise se encarregou de demonstrar o perfil das comunidades estudadas, desse modo, o cenário foi exposto por meio dos pontos fortes (potencialidades a serem exploradas); fracos (vulnerabilidades identificadas); oportunidades (perspectivas a alcançá-las); ameaças (situações de emergência que obriga mudanças de estratégias).

Outra vertente significativa, não menos importante que a primeira, foi identificar na REAJ o nível de desflorestamento por meio do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). Nesse sentido, foram disponibilizadas imagens de desflorestamento da REAJ de 1990 a 2010 a partir do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira via Satélite (PRODES), feito que providenciou a análise descritiva dos resultados espaciais de toda a reserva extrativista no período supracitado.

A luz do objeto espacial investigado, diversos instrumentos – de gestão institucional e regulação tem sido propostos e implementados com vistas à redução do desflorestamento desordenado. De forma a atender os diversos conflitos socioambientais, a Reserva contou com o apoio técnico do PRODES por meio de imagens LandSat - do qual sintetizou diversos pontos de desflorestamento guiados por coordenadas geográficas, bem como a apresentação de informações percentuais caracterizando o desflorestamento aos seus respectivos períodos.

Nessa dimensão, a Reserva Extrativista do Alto Juruá, objeto de referência científica do estudo científico ora proposto, abrange uma população de seis mil (6.000) habitantes divididas em mil e quinhentas (1500) famílias (ASAREAJ, 2009). Portanto, 1,2% do universo da população entrevistada foram representadas por seringueiros, extrativistas, produtores rurais, ribeirinhos e pescadores chefes de famílias. Populações comunitárias que motivaram aplicá-los sessenta e quatro (64) formulários em quatorze (14) das oitenta (80) comunidades pesquisadas as margens dos rios Juruá e os afluentes Tejo e Bajé, a saber: Alegria, Foz do Bajé, Foz do Tejo, Iracema, Maranguape Novo, Maranguape Velho, Nova Vida, Novo Horizonte I, Novo Horizonte II, Prainha, Pedra Alta, Porto das Pedras, Restauração e São Francisco. Dessa forma, 18,7% denotam o percentual de comunidades que fizeram parte desta pesquisa.

A razão percentual do número de comunidades e de envolvidos na pesquisa se fundamentou em dois pilares. O primeiro diz respeito a uma conversa informal com o gestor do ICMBIO local, do qual evidenciou a necessidade de conhecer o perfil de cada comunidade supracitada e, por conseguinte, estreitar as relações com projetos que beneficiem as populações locais. Nesta conversa foram definidas as comunidades e o planejamento de toda a viagem, feito que garantiu resultados significativos nas atividades de coleta de dados. O segundo, proporcionalmente, considerou cada comunidade individualmente, constituindo, desse modo, valor percentual de 10% das aplicações de formulários.

E ainda, apenas um (01) dos quatro (04) gestores do ICMBIO respondeu o questionário, a opção de escolha obedeceu aos critérios de experiência da atuação do profissional na área em estudo, bem como de sua responsabilidade legal pela a Reserva

Extrativista do Alto Juruá em maior período. Logo, a realização deste, aconteceu em Cruzeiro do Sul por ser o escritório regional legalmente instituído pelo Ministério do Meio Ambiente.

De acordo com Almeida (2002, p. 45), a REAJ compreende oitenta (80) comunidades espalhadas nos rios Juruá, Tejo, Bajé, Breu, Caipora, Acuriá e São João. Além dos Igarapés: Paraná do Machadinho, Manteiga e Riozinho, todos na área da Reserva Extrativista do Alto Juruá (figura 3).

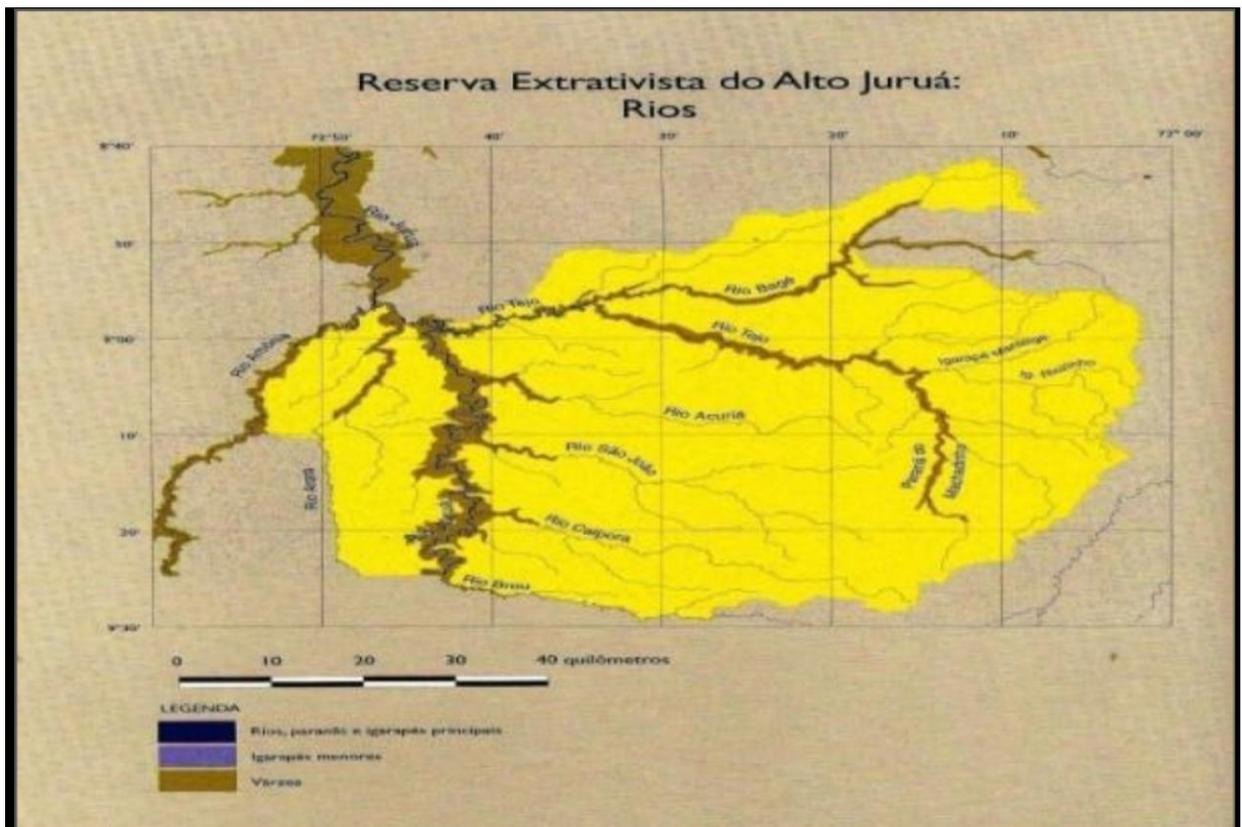


Figura 3: Representação de rios, paranãs e igarapés da REAJ.

Fonte: LAPIG/UNICAMP (Henrique L. Roig e Mauro Barbosa de Almeida).

A respeito dos critérios de inclusão deste estudo, foram colhidas informações por meio de formulários, questionários e entrevistas gravadas em áudio, contemplando, portanto, os moradores e gestores que residem e atuam há 20 anos ou mais na Resex Alto Juruá. Certamente, o cumprimento do período de duas décadas é relativa às pessoas que conhecem o modelo e as políticas implementadas pelos gestores públicos.

Antagonicamente, os critérios de exclusão, relativamente se enquadram a sujeitos que não pertenciam a REAJ, e por motivo de benefício, a exemplo de casas populares construídas pelo o governo federal na última década, migraram para a RESEX Alto Juruá. O que provocou, segundo o INCRA (2010), migração considerável nos finais da década de 1990 e 2000 de mais de 40% da população atual, se comparado ao número de sua fundação.

Conforme o enunciado, a pesquisa semi-estruturada se efetivou por meio de duas vertentes, a saber:

1. Pesquisa bibliográfica, documental, relatórios, aplicação de questionários e entrevistas gravadas em áudio fornecidas pelos gestores do ICMBIO;
2. Pesquisa com seringueiros, pescadores, produtores rurais e extrativistas, dos quais se respondeu formulário e entrevistas gravadas em áudio.

As entrevistas foram feitas pelo pesquisador responsável e mais quatro alunos selecionados dos cursos de agrárias da UFAC, sob orientação e fiscalização do próprio pesquisador. No tocante aos instrumentos a serem utilizados, a exemplo dos questionários e formulários, foram divididos em duas partes, redefinindo-os: a) migrações e questões socioeconômicas, e, b) dados complementares ambientais e perceptivos. Esse conjunto de informações, entretanto, propiciaram uma abordagem qualitativa, pois Ludke e André (1989, p. 85-91) afirmam:

São os que apresentam resultados mais consistentes. Considerando essa fase de coleta, esperam-se obter elementos indispensáveis que contribuam para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento regional, sobretudo pilares sustentáveis.

Inerente ao instrumento anterior, Bauer (2002) salienta: a pesquisa qualitativa é uma forma de pesquisa mais crítica e potencialmente emancipatória. O significativo desta variável qualitativa é que torna o pesquisador um forte conhecedor da realidade do entrevistado. Esse caminho, portanto, defronta o pesquisador com problemas distintos em busca de resposta, principalmente quando formalizadas, serão fáceis de serem identificadas as falas dos entrevistados no contexto histórico da pesquisa. Afinal, a Reserva Extrativista do Alto Juruá, lócus de avaliação, mostrou seu perfil e análise, portanto, caracterizando seus resultados identificados ao viés de desenvolvimento regional.

A pesquisa foi desenvolvida em cinco períodos, dos quais se destacam: 1) uma visita de 15 dias no objeto de estudo, onde foi possível realizar neste período todo o trabalho, obviamente por duas razões, a primeira por conhecer as comunidades arroladas e, a segunda, por contar com uma equipe de cinco (05) integrantes aplicando formulários, questionários, entrevistas gravadas em áudio e fotografias, o que permitiu, portanto, sucesso temporal de toda a coleta; 2) tratamento e análise dos dados da pesquisa de campo; 3) análise de fontes

secundárias, e; 4) construção da dissertação. Dessa forma, após a pesquisa os dados foram revisados e processados por computador, utilizando, como suporte o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), e analisado pelo pesquisador.

As fontes secundárias foram cruciais por levantar informações a respeito de questões socioeconômicas e ambientais. As observações de campo tiveram objetivo de observar o comportamento e as expectativas das populações de extrativistas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, produtores rurais da REAJ e gestores do ICMBIO, sob a luz alternativa de amenizar os conflitos socioambientais mais frequentes.

Diante do aparato metodológico e comportamental, este estudo se limita ao período de duas décadas (1990-2010), entretanto, sua análise teórico-prática identificou iniciativas estratégicas, a julgar o plano de manejo participativo da Reserva no ano de 2011, assunto mencionado nas considerações finais. Acrescentando-se a isso, o desflorestamento foi analisado com base em todas as comunidades da REAJ, pois essa ocorrência foi constatada em função dos dados obtidos do INPE, ou seja, foram aproveitados todos os dados fornecidos a respeito do desflorestamento, logo todas as comunidades foram contempladas no período em estudo.

Por fim, na tentativa de sistematizar os dados provenientes da pesquisa de campo, quatro grupos foram referências cruciais para obtenção dos resultados, principalmente a partir do entendimento que as análises destes permitiriam precisão e objetividade (Figura 4).



Figura 4: Grupos discutidos no trabalho  
Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

Certamente esses grupos se tornaram relevante porque seus resultados sistematizaram elementos fundamentais para permitir os gestores públicos implementar investimentos setoriais, e com isso, os benefícios melhor acomodarão os moradores.

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO**

### **4.1. DESCRIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ**

A seguir são apresentadas as principais características da Reserva Extrativista do Alto Juruá, sobretudo do ponto de vista histórico, da diversidade vegetal, biológica e da região numa perspectiva heterogênea com base em Cunha & Almeida (2002).

#### **4.1.1. Reserva Extrativista do Alto Juruá**

A Reserva Extrativista do Alto Juruá – REAJ foi criada em 23 de janeiro de 1990 com área equivalente a 506.186 hectares, e, além do mais, cerca de 65% dos 7.743,83 km<sup>2</sup> da área total do município de Marechal Thaumaturgo estão no entorno da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Apesar disso, trata-se de uma proposta de reforma agrária dos seringueiros, que motivou em 1985, em Brasília, o primeiro encontro de seringueiros da Amazônia.

Esse ato proporcionou, em 1990, uma política que regularizou as Reservas Extrativistas, prometendo-as efetivar um modelo de reforma agrária diferente das existentes, a exemplo de ocupação e uso dos territórios das populações extrativistas, acesso a terra e respeito às culturas dos povos tradicionais.

E ainda, o modelo Resex na ótica governamental, diferentemente dos projetos de assentamentos do INCRA, valorizava lotes coletivos preocupando-se com as desapropriações feitas pelo IBAMA, e acima de tudo o respeito ao interesse ecológico, a propriedade pública da União, além da oferta mediante concessão de uso aos moradores localizados nesses territórios brasileiros. Certamente outra inovação das Reservas Extrativistas foi tentar conciliar a conservação ambiental com pressão humana.

Além disso, os processos legais conduzidos pelas ações governamentais para Reservas Extrativistas estabeleciam o cadastramento e levantamento socioeconômico da população inserida nesses ambientes florestais. Por conseguinte, um plano de utilização seria discutido e votado entre os moradores no intuito de mediar o conjunto de regras formais, principalmente no sentido de amenizar os conflitos socioambientais e, garantir a exploração racional dos recursos ambientais sem prejudicar as gerações futuras. E ainda, as discussões sobre plano de

manejo, conselho gestor e gestão da REAJ são bem antigas, no entanto, entraram no patamar de obrigatoriedade com a criação do sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, todavia, o plano ainda não foi efetivado.

Pela óptica da biodiversidade é importante destacar a riqueza e potencial estratégico da Reserva Extrativista do Alto Juruá. A descoberta de Cunha & Almeida (2002, p. 21) concluiu que em 1 hectare apenas uma seringueira era encontrada na REAJ. Em compensação, podem-se achar de duzentas a trezentas espécies diferentes apenas de plantas lenhosas em 1 hectare de floresta, e já foram coletadas mais de quatrocentas espécies distintas de borboletas em um único dia.

Mais ainda, a diversidade vegetal da REAJ é considerada por alguns especialistas a mais rica dos sítios alto-amazônicos, ocupando posição privilegiada se comparado com o inventariado do sul do Peru e se aproximando dos mais potenciais do norte do Peru e do Baixo Juruá. As descobertas de Cunha & Almeida (2002, p. 36) evidenciam:

Em sete parcelas de 0,1 hectare examinadas (áreas de 10 por 100 metros quadrados), havia entre 123 e 225 espécies vegetais com mais de 2,5 centímetros de diâmetro à altura do peito. A parcela menos rica tinha 47% de cobertura de bambu; as duas mais ricas aproximaram-se ao máximo na planície amazônica, ao norte; três parcelas incluíram mais de 440 indivíduos, com oitenta a 95 árvores com mais de 10 centímetros de diâmetro à altura do peito (o que equivale a oitocentos a 950 indivíduos por hectare), segundo dados coletados por J. C. Bernacci, M. Smith e D. Vidalenc. Dois hectares amostrados (árvores com mais de 10 centímetros de diâmetros à altura do peito) indicam diversidades acima das máximas sul peruanas (673 troncos, 204 espécies) e próximas às do Baixo Juruá/norte peruano (862 troncos e 271 espécies, 858 troncos e trezentas espécies).

A diversidade biológica do Alto Juruá é por sua natureza espetacular, pois o número de espécies diferentes na hipótese de alguns pesquisadores tornam-se imprecisas pelo o seu grande número. Por sua vez, a Reserva Extrativista do Alto Juruá, para Cunha & Almeida (2002, p. 38) agrega pelo menos cem mil espécies de insetos – as borboletas, as formigas e as libélulas – para estudar sua possível utilidade como indicadores de ambientes bem cuidados ou degradados. Alguns outros grupos de insetos também foram considerados, como abelhas, mutucas e diversos grupos de besouros, mas ainda não chegaram a ser bem estudados.

Em conjunto, a diversidade biológica e cultural são potenciais peculiares identificados na REAJ. A região do sudoeste amazônico é repositório de um material genético muitíssimo variado e que sintetiza regiões tão distantes entre si como a encosta andina e o Baixo Amazonas. Portanto, tanto no plano cultural como no biológico, essa pequena parte do

sudoeste amazônico de que tratamos é uma suma de conhecimentos e de informação genética de uma área muito vasta, que abrange os limites da própria Amazônia e da qual representa uma zona transicional (ALMEIDA & CUNHA, 2002, p. 17).

Em linhas gerais, na década de 1990, pesquisadores buscaram compreender a região, os habitantes, a história, o tempo, as atividades, a classificação animal, os bichos, as plantas e, portanto, a obra de CUNHA & ALMEIDA é interpretada por diversos ângulos, além dos grupos que contemplam a Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ). Nesse sentido, torna-se o estudo mais relevante para a ciência e as milhares de pessoas inseridas na Reserva. Mas para conciliar preservação com pressão humana, é necessário também atenção especial para a área social, respectivamente, na saúde, educação, acesso a alimentação, bens de consumo, transporte, previdência rural, enfim, a valorização humana precisa ser entendida como meta prioritária para sistematizar os demais grupos numa perspectiva racional.

## **4.2. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A seguir são apresentadas as análises e interpretações dos dados obtidos por meio dos questionários encaminhados aos gestores do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO) constante na amostra.

Destaca-se que a decisão conjunta dos três gestores do ICMBIO foi nomear o mais experiente para o preenchimento do questionário. Após essa decisão, o gestor autorizou publicação de seu nome e das informações prestadas.

### **4.2.1. Identificação do perfil do entrevistado**

O gestor participante da pesquisa possui formação acadêmica em gestão pública e, como profissional, seguiu carreira desde 1982 na SUDHEVEA, posteriormente denominando-se IBDF. Somando-se a isso, foi chefe do IBAMA por dez anos (1991 a 2001), coordenador do PPG-7 durante sete anos na Reserva Extrativista do Alto Juruá (1994 a 2001), e por fim, na gestão do ICMBIO gerenciou a REAJ no período de oito meses (2009 a 2010), e, além do mais, cuja função atual é de técnico do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade.

#### 4.2.2. Discussão das informações contidas nos questionários

Existem ações desenvolvidas pelo ICMBIO para a Resex? Quais?

Com base na resposta do questionário constatou-se que existem ações de controle, fiscalização, retirada de gado e construção do plano de manejo, do qual se tornou obrigatoriedade desde 2000 com a criação do SNUC, portanto está em sua fase final. De ordem prática apenas a última ação foi constatada como mencionada, as demais anteriores quando cruzadas com as informações dos moradores perdem credibilidade, contrapondo-se, portanto, aos fatos efetivados na Reserva.

Como são realizadas as visitas técnicas referente ao acompanhamento e monitoramento da REAJ?

Na Reserva Extrativista do Alto Juruá as visitas técnicas ocorrem por meio de parcerias que, em conjunto, destacam-se: o ICMBIO, SEAPROF, SOS AMAZÔNIA E SEANP. A parceria com outras instituições é de extremo significado e resultado, porém, não se percebeu como são executadas essas negociações, pois as esporádicas visitas foram de responsabilidade do órgão gestor (ICMBIO) e não dos demais instituições governamentais e não governamentais destacadas. Embora haja acordos entre essas entidades públicas e privadas, notou-se que estes não ultrapassaram as fronteiras teóricas.

Como ocorre a caça de animais silvestres pelos moradores da Resex Alto Juruá?

Como apregoa o plano de utilização da REAJ, somente caçadas tradicionais e para subsistência, nada para comercialização. A resposta é muita fácil ao se basear no plano de uso, mas as ocorrências de fato desmistificam tal afirmação. Na informação de alguns comunitários, as caçadas, às vezes, rompem fronteiras, uma vez que caçadores externos percorrem longas distâncias sem permissão para realizarem matanças de animais silvestres em território proibido com o propósito de comercialização.

A pesca é permitida em todas as estações do ano nos igarapés e rios pertencentes à Reserva?

Sim, mas alguns cuidados devem ser observados, principalmente a pesca ilegal, pesca com produtos naturais tóxicos e comercialização externa. Nesse sentido, as ameaças tornam-se constantes em detrimento a insensibilidade dos povos que utilizam o rio não só para o transporte, mas também para afazeres domésticos e pesca. Contudo, o reflexo de atos insensatos pode acarretar a diminuição de uma das principais fontes de alimentação em longo prazo, o peixe dos rios de água doce da Reserva.

Quais as condições para o morador extrair madeira na unidade de conservação?

A rigor, todo morador pode extrair madeira desde que obedeça às condições legais de uso prescritas no plano, ou seja, apenas para construção no interior da unidade, tais como: casas populares, galpões, barcos, entre outros. Mas não só isso, a extração madeireira torna-se maior por não haver fiscalização periódica e, de certa forma, por necessidade. Ou seja, alguns chefes de famílias retiram madeira do interior da REAJ para construir moradias no perímetro urbano da cidade de Marechal Thaumaturgo com o objetivo de oferecer condições para os filhos continuarem os estudos e, em casos isolados, invasores sem permissão legal para comercialização.

Existe algum plano de manejo para extração da madeira?

Não, o plano de manejo está em fase final e, em breve, as condições para comercialização estão descritas no plano de utilização. Esse instrumento é considerado a voz e a lei da Reserva, inclusive por valorizar as regras de convivências e uso racional dos recursos ambientais nos planos operacionais, táticos e estratégicos. Além disso, a inclusão de aspectos socioeconômicos, culturais, institucionais e de biodiversidade, compôs o marco histórico dessa área geográfica, a notar, sobretudo, a economia da borracha nos finais do século XIX ao início do XX. Em virtude disso, é importante destacar a importância do Plano de Manejo Participativo – Fase 1 da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Em quais condições os moradores da Reserva desflorestam suas áreas?

De acordo com o plano de utilização apenas 30 hectares são cedidas para cada família, isso significa que pequenos roçados podem ser desflorestados para ínfimos sistemas produtivos. Está área inclui plantações de roçados agrícolas, pequenas pastagens e/ou nenhuma e, além do mais, cada filho que constituir família possui direito de posse de mais trinta, e assim sucessivamente. Essas medidas foram definidas com intuito de aliar preservação com subsistência, sendo estas, na concepção do Estado, a forma de desenvolvimento sustentável.

O que têm sido feito para evitar o desflorestamento de novas áreas?

As medidas adotadas pelo ICMBIO são de fiscalização e monitoramento, porém, o problema se acentua a partir do momento que a insuficiência de capital financeiro, humano, somado a pouca autonomia, justificam dependência do escritório central do ICMBIO em Brasília. De certa forma, a gestão centralizada impede o alcance de metas estabelecidas pela a gestão local do ponto de vista de tomada de decisão.

Há algum programa remunerado para os comunitários manter a floresta em pé?

Não existe nenhum programa remunerado para manter a floresta em pé na Reserva, inclusive as políticas públicas realizadas até o momento não satisfizeram o nível de expectativas das famílias. Logo, uma das principais alternativas de sucesso seria efetivar o valor econômico dos ativos naturais no contexto da biodiversidade, isto pode ser uma ferramenta de decisão de política pública ambiental racional do ponto de vista biológico e ecológico. Essa medida somada a outros projetos e programas públicos podem mudar a história socioambiental da REAJ.

Você conhece programas sociais permanentes na UC? Correlacione-os conforme sua eficácia.

Alguns são bem evidentes, a exemplo do auxílio moradia, auxílio doença e auxílio aposentadoria. São programas constatados em todas as regiões brasileiras, seja ela urbana ou rural, fato, porém, que não os tornam estratégicos para a REAJ. Mais ainda, já que se trata de um polígono e/ou área rural, maiores investimentos em educação, saúde, água potável

(Estrutura de poços semi-artesianos), banheiros com condições higiênicas, sistema de transporte para subsidiar a produção, projetos de incentivos a produção e de piscicultura, manejo madeireiro, enfim, estes são apenas alguns dos programas sociais que fariam diferença nas comunidades.

Quais as regras para os trabalhadores conviverem com esse modelo imposto pelo Estado?

Quando a REAJ foi fundada algumas regras se tornaram imprescindíveis para o alcance dos objetivos propostos, logo, o plano de utilização e futuramente o plano de manejo foram construídos em parceria com os próprios comunitários, devendo ser respeitados. Por repetidas vezes, é importante destacar que os subsídios implementados pelo Estado em todos os grupos discutidos neste trabalho não foram suficientes para garantir obediência aos propósitos do plano de utilização.

Apesar de todas as diretrizes legais imposta na UC, os resultados obtidos são condizentes com os esperados?

Certamente os resultados obtidos não são compatíveis com os esperados, e a inexistência de políticas socioambientais confirmam o nível que chegou essa Unidade de Conservação (Expressão cunhada por alguns ambientalistas e o Estado). Ademais, os extrativistas, seringueiros, pescadores, caçadores, ribeirinhos, produtores rurais, são conscientemente, portanto, que a estrutura governamental não foi capaz de construir sistemas de cunho sustentável.

### **4.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS IN LOCO**

As observações in loco buscaram conhecer na prática a realidade do objeto investigado. Desse modo, realizou-se a visita em algumas comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá, priorizando, nesse sentido, as entrevistas realizadas em áudio e reprodução escrita, além das fotografias apresentadas no apêndice C.

### **4.3.1. Análise e interpretação do modelo da REAJ na voz de comunitários e gestores**

Duas décadas, este é o tempo que representa uma análise apurada do modelo (Unidade de Conservação de Uso Sustentável) que para uns representa um modelo de uso racional e, para outros, o falido desenvolvimento sustentado para os povos tradicionais locais e migrantes que observam as intervenções governamentais neste período (1990 a 2010). Apesar de alguns eventos terem sido significativo na década de 1990, na seguinte (2000), a ausência de políticas públicas foi fortemente criticada pelos moradores tradicionais nos diversos recantos das florestas da Resex, bem como na visão de alguns gestores.

Nesse sentido, um dos gestores que completará 30 anos como servidor público desabafa enunciando fatos que compuseram sua história profissional a frente desta instituição que se denominou SUDHEVEA, IBDF, IBAMA e agora ICMBIO, a saber, neste depoimento:

Como coordenador da UC até 2000 tive a participação direta no Programa Piloto dos Sete Países mais Ricos do Mundo (PPG-7), projeto que viabilizou investimentos nos grupos social, econômico e cultural, dos quais a saúde, educação e incentivos produtivos tiveram mais destaques. Eu digo em especial a agricultura, pois praticamente o extrativismo acabou, pois não existe mais a principal fonte de renda, a exemplo da borracha, portanto as famílias partiram para a subsistência, foco das diretrizes do programa. Com a falência do programa no final da década de 1990, o IBAMA, órgão responsável na época, começou a investir na técnica para subsistência. Sem o PPG-7 e minha saída da gestão a REAJ ficou desamparada, por outro lado, o ICMBIO, criado em 2007, não conseguiu responder com resultados práticos a necessidade das famílias da Reserva e, hoje, ainda se arrasta. Tentativas produtivas e habitacionais estiveram presentes na realidade das famílias, porém, foram politiqueiros os gestos governamentais e não funcionaram adequadamente. Apesar das construções hidráulicas de poços semi-artesiano e 3 barcos motorizados com o intuito de escoar a produção na primeira década da criação da Reserva, são resumidos em dois eixos, o primeiro diz respeito ao desperdício e, o segundo, somente a história destes barcos, pois existe somente história. Às vezes me pergunto qual o objetivo desta Reserva Extrativista, ora pelos os investimentos que são poucos e as pessoas conviverem de forma subumana, ora por pensar que a preocupação ambiental é mais importante que a humana. Brasília não dar atenção para que as famílias sobrevivam com dignidade, pelo contrário, a política clientelista a meu ver é predominante. Quase chorei quando fui a REAJ depois de 5 anos, na década de 2000, ao ver aqueles barracões que utilizávamos para reuniões já não existem mais, eu quase chorei ao lembrar os fatos do passado. Ainda se referindo as ações governamentais, ou melhor, a ausência do governo, lamentavelmente a desordem na unidade na lógica é de conservação, porém, a construção de pastos e criação de gado é o maior status social para os criadores da REAJ. Eu lhe digo que boas intenções são as melhores possíveis por parte do governo e o mundo está cheio, mas na prática são as piores possíveis, basta observar os tímidos

orçamentos e valores oriundos das ações governamentais, isto é, fica muito aquém do mínimo de necessidades das famílias. (J. Figueiredo, 51, ICMBIO, 2011).

Ratificando as informações do entrevistado acima, uma antiga moradora da REAJ não se esquece dos momentos de aflições e da história de luta ao se referir ao modelo de uso sustentável implementado pelo Estado. Logo, as inconveniências provocadas pelos os efeitos da intervenção governamental foram absurdas, prevalecendo, de certa forma, sistemas politiqueros e descompromissados com centenas de famílias presentes nas 80 comunidades da Reserva, portanto, essa nota faz valer a declaração da comunitária:

Nasci e me criei aqui dentro, rapaz, até agora esse modelo não trouxe nada de bom para a minha família, só se vai chegar agora. Aqui não tem um barco no porto para nós, nem casa de farinha, a escola ainda estão prometendo fazer né, mas só promessa, a saúde é outro desastre, os agentes de saúde não pisam aqui nem pra furar um dedo. Quando cai uma pessoa dentro de casa ficamos pedindo canoa com motor e gasolina emprestado dos outros e gastamos 5 horas pra chegar até um posto na cidade, quando tem água. Lá é a maior decepção, o posto não tem remédio e saio pedindo de um e outro para comprar remédios e poder voltar pra casa. Aqui minha família é unida, mas precisamos urgentemente de um barco, casa de farinha, escola pros meninos estudar direitinho, porque os alunos aqui passaram um mês e quatro dias sem ir à escola, digo e provo. Samos quatro aqui dentro de casa e não tenho marido, e nós só ganha R\$ 90,00 por mês do bolsa família mais umas sacas de farinha que agente faz. Compro metade de gasolina para o transporte e fazer nova farinha, e o resto compro umas coisas para casa, às vezes não compro nem o sal que não dá. Já pensei em ir embora com minha família daqui, mas não fomos porque não temos condições de sair. O IBAMA não dar autorização nem pra mim fazer uma casa em Marechal Thaumaturgo pra mim colocar os meninos na escola. O governo não trouxe nada de bom para a nossa comunidade, às vezes temos que dormir cedo por não ter querosone para alumiar a casa. (M. Pereira, 55, Maranguape Velho/REAJ, 2011).

Mais ainda, as críticas feitas pelos os moradores ultrapassam as fronteiras da tolerância, pois as famílias estão desacreditadas com o (in) gerenciamento do Estado e as promessas de seus representantes. Ora, não basta criar modelos para agradar acordos entre estados e/ou criar parques e reservas sem motivação, deve-se, sobretudo, conciliar preservação com presença humana, mas com planejamento em níveis operacionais, táticos e estratégicos, de forma a atender essa dicotomia que até o momento não consolidou aliança. A linguagem da intransigência é semelhante nas comunidades pesquisadas, é o que diz F. Nino, 52, Restauração/REAJ, 2011:

Falar da REAJ é dizer que parece não ter presidente e responsáveis, o governo é ausente, o ICMBIO só ouvi falar mas não anda aqui. Antes, na época dos seringais era melhor, hoje só tem direito vagabundo homem que trabalha não tem. A Reserva é um modelo sem alternativa, é isso que eu tenho a falar de bom. O modelo que temos aqui é como se o governo colocasse um monte de porco num chiqueiro e tivesse todo o controle. A solução hoje é desmatar porque não temos outra alternativa, o boi agente vende em Marechal Thaumaturgo, por isso que prefiro a época dos seringais. O posto de saúde é do Estado, mas quem põe o médico às vezes é a prefeitura. Incentivo agrícola é um sonho, pois não temos de nenhum poder público, olhe que conheci a REAJ com outra cara, no início tínhamos todo o apóio do BNDES através do programa saúde da família. Esta Reserva é uma verdadeira bagunça e ninguém cumpre o que está no plano de uso e estatuto, se cumprisse o que está lá seria uma maravilha conviver em nossa comunidade.

A luta dos movimentos de seringueiros na década de 1970 e 1980 parece não ter sido valorizada pelo o poder executivo do Estado. Hoje, ao retratar a dimensão histórica de líderes e manifestantes sindicais surge o seguinte questionamento: valeu apenas nossa luta que tanto sonhamos e vencemos se comparado ao apoio governamental de duas décadas na REAJ? A pessoa mais indicada para responder esta questão precisa conhecer os fatos que compuseram toda a trajetória histórica, a seguir:

Fui um dos fundadores da Reserva e, sua desapropriação aconteceu em duas indenizações, a primeira quem apresentasse o título da terra, e o segundo pelas bem feitorias da área. O principal conflito das desapropriações foi que não houve técnicos avaliando as terras, caso que deixou sequelas a alguns moradores que brigam por seus direitos até hoje. Na década de 1990 tiveram projetos mais significativos, eu administrei o Projeto dos Sete Países Desenvolvidos – PPG-7 com qualificação profissional e construção de alguns barcos, também como foi o período que mais se desflorestou nos projetos de reforma agrária convencional. A REAJ constituída por esse modelo compreenderia a melhor forma de sintonia do homem com suas necessidades sem degradá-las. A acomodação das políticas públicas tem provocado alguns prejuízos aos povos tradicionais em Unidades de Conservação de uso sustentável. As políticas ambientais estão muito atrasadas, precisa-se de investimento maciço e sair do papel, só discurso de gabinete não resolve, a categoria de uso sustentável é insustentável, sustentável é quando se oferece condições de viver com boa saúde, educação, habitação, renda, assistência técnica e outros benefícios. A ausência de políticas produtivas e alimentar tem causado desordem nos sistemas primários, é vergonhoso quando algumas escolas recebem farinha de mandioca de outras regiões do país quando temos a melhor farinha do Brasil; a péssima educação e saúde são os dois eixos de expulsão das famílias da Reserva para a cidade, porque os pais querem sonhar com a formação de seus filhos e uma saúde que der condições de atendimento básico. (C. Ginu, 52, ex-presidente da REAJ e Gestor da Reserva Extrativista Alto Liberdade/ICMBIO, 2011).

E ainda, a falta de sensibilidade das intervenções governamentais é caracterizada única e exclusivamente pelo modelo preservacionista, todavia, sem se importar com o reflexo causado aos proprietários fruto dessas ações, ou seja, com cada pessoa famílias que luta em função apenas de sobrevivência, porque não veem alternativas funcionais. A figura política do Estado é caracterizada, de certo modo, em seu conjunto, com forte relevância em termos de resultados, porém se demonstrou ineficaz aos acordos legalmente firmados com a Reserva Extrativista do Alto Juruá, sobretudo do ponto de vista de qualidade de vida, ou seja, a manutenção do grupo social, cultural, econômico e ambiental, na voz desse anfitrião:

Tivemos muitos benefícios na REAJ, mas as coisas mudaram no momento em que o governo entra em conflito com as comunidades, a desapropriação provocou o descontentamento e a troca de florestas em pastos de alguns espaços da Reserva. Tentativas do governo existiram, o projeto de assentamento em Thaumaturgo, as margens do Rio Amônia se transformaram em um grande problema e as famílias que tinham migrado voltaram. Outro fato de importância foi à substituição do extrativismo para a agricultura e pecuária, algo que determinou a perda dos recursos ambientais e o controle do governo brasileiro. O Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO), não agiu como deveria, os indenizados se transformaram em fazendeiros e estão lá até hoje criando seu gado. A REAJ ficou esquecida, houve morosidade desde as desapropriações ao acompanhamento técnico pelo governo. A história deste território geográfico tão importante foi selado por três importantes momentos, a saber, dos patrões, de seringueiros e movimentos sociais, posteriormente a fundação da REAJ (A. Paula, 84, ex-presidente da REAJ e atual integrante da AMAJ, 2011).

A falta de políticas públicas consistente no setor primário provocou desordem no grupo ambiental e, por sua vez, desmistificou os demais sistemas de natureza socioambiental no âmbito dos mais de 506 mil hectares da REAJ, ou seja, a falta de alternativas reproduziu crises assistemáticas. De acordo com a fala de V. Torquato, 41, Maranguape Novo - REAJ (2011), enquanto não aparecer outras alternativas do governo para melhorar as nossas vidas, continuaremos desmatando para plantar nosso milho, feijão, arroz e mandioca. E até agora não ouvi falar em outras alternativas que venha substituir o desmate.

Na concepção de alguns, pouco tem sido feito para melhorar as condições de vida das famílias presentes nos recantos da Reserva. Nessa perspectiva, não dá para entender esse modelo como sendo de uso sustentável, porquanto, na teoria, por um simples motivo, concilia-se preservação ambiental com uso sustentável dos recursos ambientais pelas

populações tradicionais, porém, na prática, E. Calixto, 62, Prainha - REAJ, (2011), caracteriza a Reserva da seguinte forma:

O antigo modelo era melhor porque pelo menos não tinha essa perseguição dessa regra que tão colocando hoje. Não pode criar, não tem sistema de poder pescar, e é por isso que sou o modelo antigo, pelo sistema que era muito pior do que agora. Se é para caça tem que ter um sistema, se é para pesca tem que ter um sistema, o cabra não pode tirar madeira, e se tirar, mesmo que seja no roçado de roça que agente vai plantar a árvore tem que aprodecer lá, porque agente não pode aproveitar aquela árvore. Então, agente acha que o pau tem mais valor que o ser humano, porque aquilo que agente tinha que aproveitar, vamos dizer, pra comprar alguma coisa pra casa, não se tem o direito de aproveitar aquela árvore. Isso é o que acontece aqui, e fico aqui porque nasci aqui e me criei aqui. Meu pai vai interar 99 anos e nunca morou fora, e por esse motivo tenho que acompanhar ele e morrer com ele dentro da Reserva. Não tenho plano de morar fora nunca da minha terra natal.

Lamentável esse modelo na voz dos comunitários têm sido um fiasco e, passados duas décadas, medidas práticas e alternativas não foram tomadas com a finalidade de responder as necessidades mais frequentes. Logo, o líder da associação faz um diagnóstico das décadas de 1990 e 2000, e não é nada otimista com o futuro da REAJ, esclarecida nessa nota:

Os moradores retiram a madeira às vezes de forma ilegal por necessidade, e não por richa. No início do plano de uso era mais fácil, portanto, muitos saíram das comunidades por motivo de não existir educação pros seus filhos. No início da Reserva a comunidade Vitória conseguia abastecer a cidade com a produção do café e cana-de-açúcar. Isso entrou em crise em poucos anos. Enquanto o governo não instituir mecanismo de suporte ao desmate, continuarão as queimadas nas comunidades. O ideal de uma política de valoração das florestas seria de pelo menos um salário mínimo para cada família. A REAJ está abandonada tanto pelo poder público federal e estadual e, em poucas décadas, a maioria dessas áreas estarão desertas e pastadas. No ano passado o ministério público decretou que na área da Reserva não poderia desmatar e queimar, e formou fila no escritório de pais de famílias preocupados em como sustentar sua família, e eu respondi: companheiro quem vai dizer quando iremos parar de queimar e desmatar somos nós, se for preciso levantaremos um movimento, mas não precisou, entramos com recurso e ganhamos. Até agora não apareceu uma política que amparasse o agricultor não desmatar. Estou desde 1982 na REAJ, melhorou se comparado com a época dos patrões, mas não temos assistência técnica e muito menos outros incentivos governamentais pra auxiliar na produção. O programa do governo federal que marcou a Reserva foi o programa de casas populares nas comunidades, mesmo assim a maioria dos moradores estão insatisfeitos com as duas décadas desse modelo. (J. Domingos, 55, Presidente/REAJ, 2011).

Por todas as falas apresentadas pelos moradores e gestores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, leva-se a acreditar que, tornam-se indispensáveis sólidos programas sociais, plano de manejo madeireiro, efetividade de incentivos produtivos para o setor primário, valoração das florestas da Reserva, fiscalização, acompanhamento e monitoramento periodicamente. Estes instrumentos visam atender os povos tradicionais de extrativistas, pescadores, ribeirinhos, seringueiros e produtores rurais, que sonham com a efetividade do plano de utilização, portanto, formalizada pelo o Estado e a sociedade civil organizada. Contudo, o desenvolvimento social e preservação ambiental não foram atendidos nestas duas décadas na percepção dos entrevistados, o que indica um modelo maquiado de uso sustentabilidade.

#### **4.4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS FORMULÁRIOS COM BASE NOS COMUNITÁRIOS**

A aplicação dos formulários buscou conhecer na prática a realidade dos comunitários do objeto investigado. Nesse sentido, foram informados questões dos grupos, a saber, o social, cultural, econômico e ambiental, e, além do mais, os grupos foram analisados por meio de uma análise descritiva de forma a atender aos critérios descritos na metodologia. Mais ainda, para se ter informações mais detalhadas da REAJ, a matriz de FOFA entrou em cena para explicar por quatro ângulos (Forças, oportunidades, fraquezas e ameaças) o reflexo da intervenção governamental.

##### **4.4.1. Grupo 1- Realidade social da REAJ com base em seus moradores**

A Reserva Extrativista do Alto Juruá, na década de 1990, vivenciou diversos momentos em sua constituição histórica, a exemplo do projeto de couro vegetal, o de saúde sem limites, as casas de aviamento, os engenhos, as peladeiras, os armazéns e doações de barcos, significaram a parceria da Fundação Marcapasso e do PPG-7. Esses benefícios, em conjunto, constituíram oportunidades de desenvolvimento socioeconômico em várias comunidades, entretanto, todas as ações duraram apenas uma década e, na próxima, muitos problemas agravaram a vida dos moradores (Antônio de Paula, 84, ex-presidente da REAJ e atual integrante da AMAJ, 2011).

Apesar disso, o processo migratório que mobilizou este espaço territorial a partir de sua criação, simbolizou, portanto, crescimento desordenado populacional se comparado o

aumento de 700 famílias cadastradas em sua fundação (7,3 km<sup>2</sup> para cada família) para 1532 (3,3 km<sup>2</sup> para cada família) em duas décadas, significando, nesse sentido, ameaça aos recursos ambientais e a implementação de políticas públicas. Ademais, o modelo escolhido pela população no decorrer de duas décadas nas comunidades pesquisadas, pode ser visto com mais detalhes a seguir (gráfico 1).

Observa-se que o processo migratório representado por colunas verticais e assim cruzados com o modelo anterior ou atual/Resex em linhas na horizontal e suas respectivas comunidades, no entanto, são identificados da seguinte forma: o primeiro é caracterizado por frequências de 0 a 6 e divididos em quatro períodos, e o segundo, a opção de escolhas pelos comunitários envolvidos na pesquisa. Nesse contexto, o primeiro período (Menos de 1 ano) indica que famílias isoladas migram para as comunidades, bem como preferem o modelo anterior de fundação da Reserva, certamente, por não terem vivências na prática.

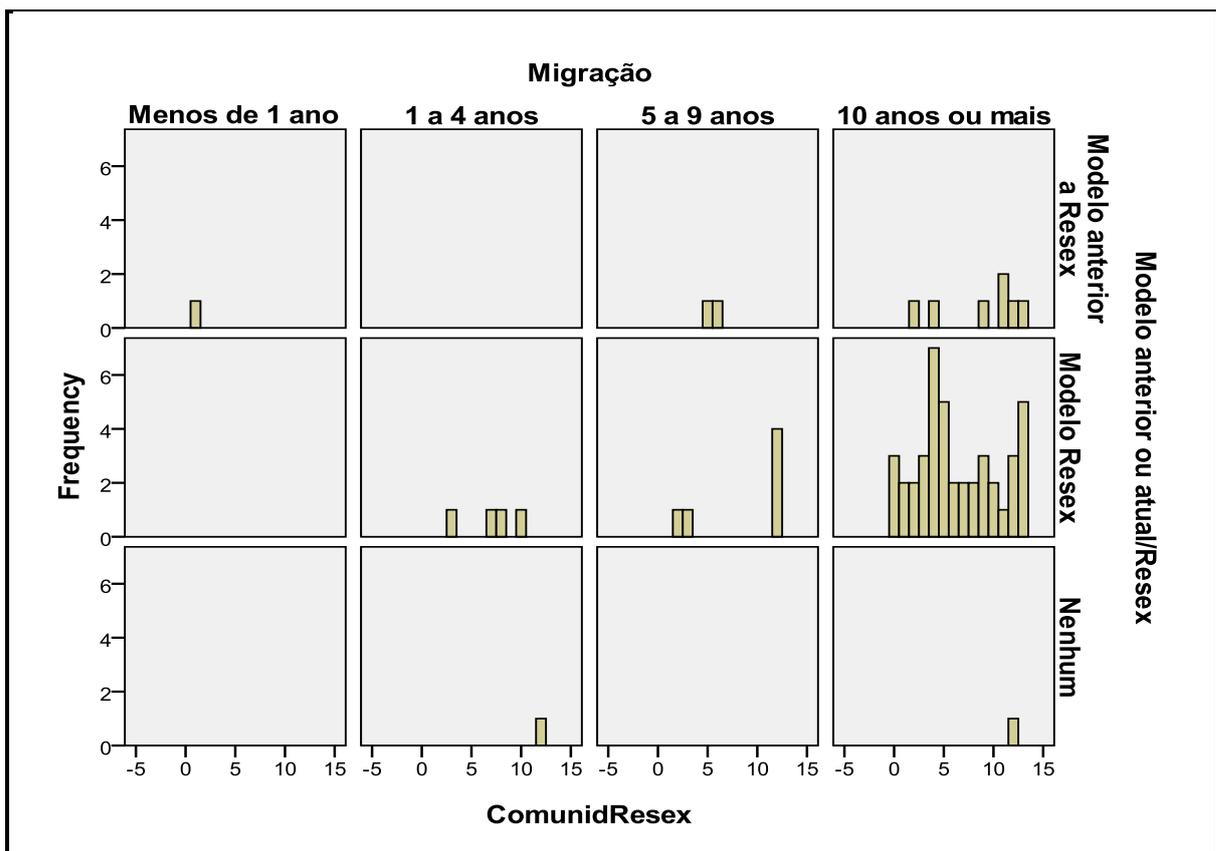


Gráfico 1: Migração e escolha do modelo na voz dos comunitários da REAJ

Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

O segundo (1 a 4 anos), mesmo com pouca experiência na unidade, diferentemente do primeiro período e, em número proporcionalmente maior, optam pelo o modelo atual implementado pelo Estado e, por sua vez, identifica-se que casos isolados de famílias não

consideram nenhum. Os que migraram no terceiro (5 a 9 anos) se dividem nos dois modelos, porém com valores percentuais distintos, isto é, o modelo REAJ foi superior que o anterior na percepção de alguns entrevistados.

O último, correspondente ao quarto (10 anos ou mais) período reconhecido pela experiência vivenciada na Reserva, além de demonstrar maior fluxo migratório se comparado aos demais períodos, também indicou que os dois modelos foram destaques pelas informações concedidas pelos moradores, assim como a insatisfação de algumas famílias quando pontuados os dois modelos. Prevalecendo, principalmente, o modelo atual e intervencionista implementado pelo o Estado na voz dos comunitários da REAJ, nesta constatação, porém, o ponto forte é indicado no contexto da biodiversidade, mas não só isso.

Do ponto de vista das ações do órgão gestor da Reserva Extrativista do Alto Juruá, ICMBIO (Legalmente instituído pelo Estado), não proporcionou condições mínimas que viabilizasse qualidade de vida aos residentes das comunidades da Reserva e, em seu turno, a preservação ambiental, portanto, configurando-se como ponto fraco. Somando-se a isso, a figura a seguir (gráfico 2) noticia as ações desenvolvidas pelo órgão, o grau de satisfação em relação ao transporte e assistência técnica das comunidades.

Observa-se do lado superior direito a legenda correspondente ao transporte com cores azul e verde (barras verticais dos polígonos à direita) apontando as famílias que possuem ou não transporte, bem como o nível de assistência técnica ofertada pelo ente institucional. Nessa discussão, as ações do ICMBIO desenvolvidas por suas políticas governamentais nos polígonos do centro e da esquerda, representam doações de barcos em apenas duas comunidades. Dessa forma, as comunidades arroladas neste histograma tornam-se a base de análise para os três sistemas primários, ou seja, do ponto de vista de satisfação e insatisfação.

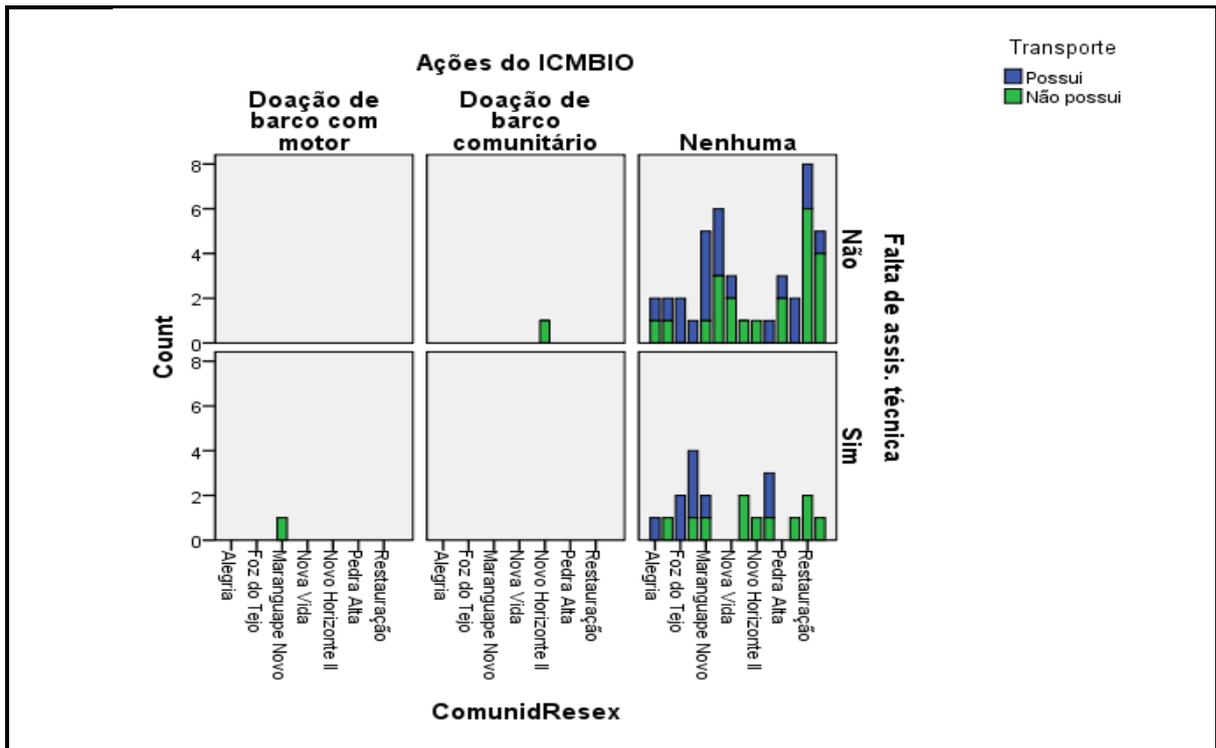


Gráfico 2: Ações do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO)  
 Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

E ainda, os ínfimos projetos vindos da instituição gestora são identificados por doação de barco com motor e doação de barco comunitário, sendo o primeiro na comunidade Maranguape Velho e o segundo na Novo Horizonte II, estes significam casos isolados sobre a existência dessas doações. Por outro lado, a ausência e poucos benefícios provocaram efeitos negativos na cadeia de valores, pois o nível de insatisfação fez com que a maioria dos entrevistados se manifestasse contra as ações implementadas pela instituição gestora.

Nesse sentido, é importante destacar que alguns problemas de transporte e falta de assistência técnica precisam ser resolvidos na percepção dos moradores. Assim, o primeiro relata que pouco foi feito para amenizar o problema de escoamento da produção agrícola, ou seja, quase 50% dos entrevistados afirmaram que não possuem quaisquer meio de transporte e, aproximadamente 40% dependem de barcos comunitários e/ou são proprietários de canoas motorizadas.

O segundo, diz respeito à falta de assistência técnica, outra situação problema que os moradores reclamam, isto é, o Estado precisa subsidiar a produção agrícola também por meio de apoio técnico, valorizando, sobretudo o setor primário. Vale ressaltar que as duas variáveis estão linearmente interligadas quando classificadas em sua essência, haja vista que o transporte para escoamento de produtos agrícolas e/ou a falta de assistência técnica,

compromete, sobretudo, a produção a curto, médio e longo prazo. Por essas razões, afirma-se que os dois elementos tornam-se fracos quando vistos no presente, e ameaçados numa dimensão futura.

Por outra óptica, precisa-se haver sintonia entre as relações comunitárias e organizacional dos moradores, pois sua falta poderá provocar externalidades negativas de ordem prática em outros segmentos, afetando, em certa medida, prejuízos as diversas famílias no desenho da Reserva. Certamente, quando as diretrizes são impostas com a compreensão racional e harmônica entre todos os stakeholders, dificilmente os sistemas que compõem a REAJ se desintegrarão (gráfico 3).

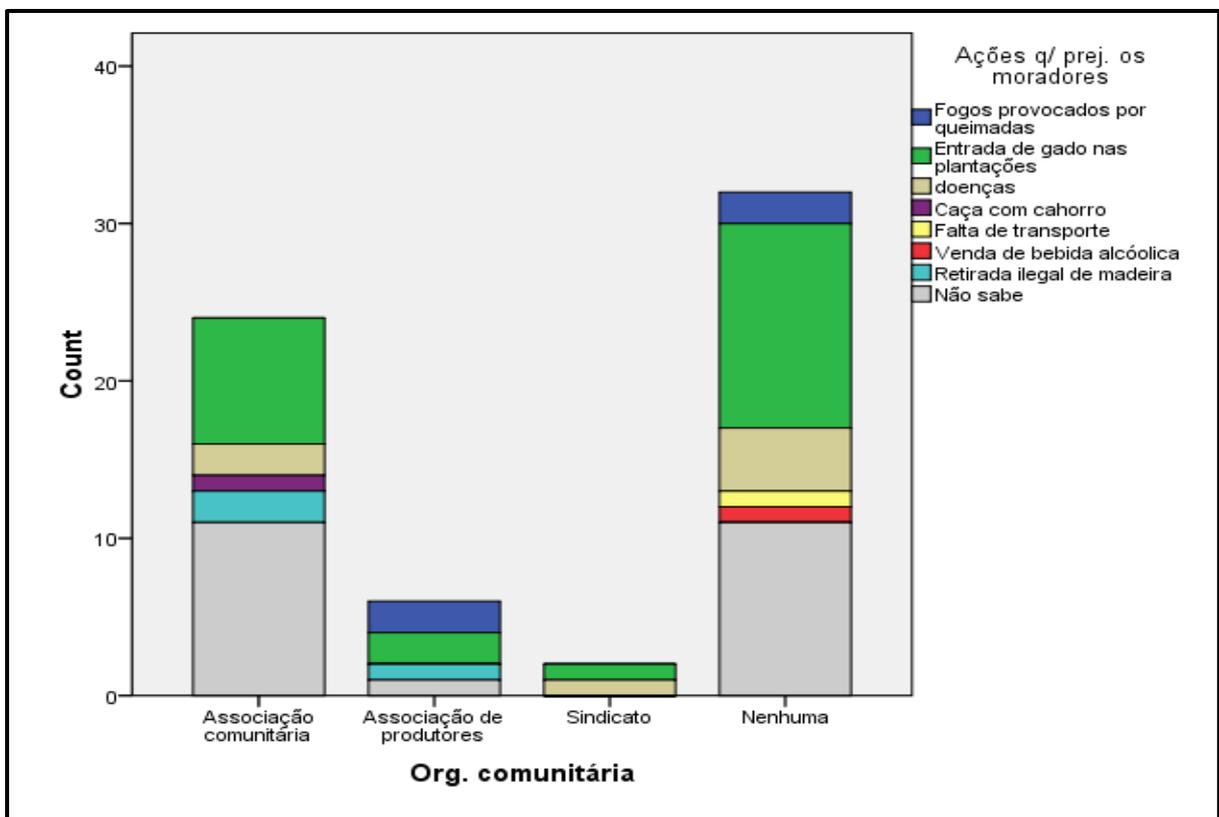


Gráfico 3: Ações prejudiciais aos moradores e nível de organização comunitária

Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

Assim, esse gráfico é representado por barras verticais que, em seu conjunto, apresenta a legenda informando às ações que prejudicam os moradores, as oito cores distintas cujo enfoque o diferencia por sua peculiaridade informativa, e assim, nomeada principalmente pelo grau de complexidade (Situações problemas). Por outro viés, a organização comunitária perfaz o cenário quantitativo, isto é, a frequência de 0 a 40 indica uma escala de 0 a 100 em

termos percentuais, logo, a organização comunitária é classificada pelas respectivas barras verticais ao passo de atender os dois grupos.

Desse modo, observa-se no primeiro muita insatisfação dos moradores a respeito da entrada de gado em suas plantações, seguidos pelos seguintes grupos em ordem decrescente: os que afirmaram que desconhecem qualquer problema, os acometidos por doenças, e os demais (retirada ilegal de madeira, caça com cachorro, venda de bebida alcoólica), pois apesar de se classificarem em patamar de igualdade percentual, estes últimos pontuados, indicam forte ameaça para o sistema produtivo, a diversidade de espécies animais e as relações socioeconômicas entre os comunitários.

Por conseguinte, o segundo, quando perguntado a que organização comunitária pertencia, a resposta foi igual e/ou aproximada de 80% ao alcance de escala dos que não pertencem nenhum tipo de organização social, o que prova a necessidade de medidas corporativistas e associativistas. Nesse sentido, a associação comunitária se destaca quando comparada aos demais tipos de organização existente, pontuando, em seguida, a associação de produtores e sindicato. Diante de tais evidências, do ponto de vista ambiental a REAJ continua ameaça pelo o número de ocorrências que atinge diretamente os moradores, identificados e discutidos acima, e no contexto de organização social, extremamente fraca pelo pequeno número de motivação fornecida, o que implica na efetivação de alternativa, seja ela por meio de consultorias e/ou informações escritas.

Somando-se a isso, a REAJ é composta por vários sistemas de natureza complexa, isto é, a intervenção governamental do Estado com vistas ao desenvolvimento sustentável e valorização dos povos tradicionais, portanto, não conseguiu subsidiar o modelo diferenciado de reforma agrária legalmente instituído, principalmente constituindo contraponto considerável nas formas de uso da Reserva (gráfico 4).

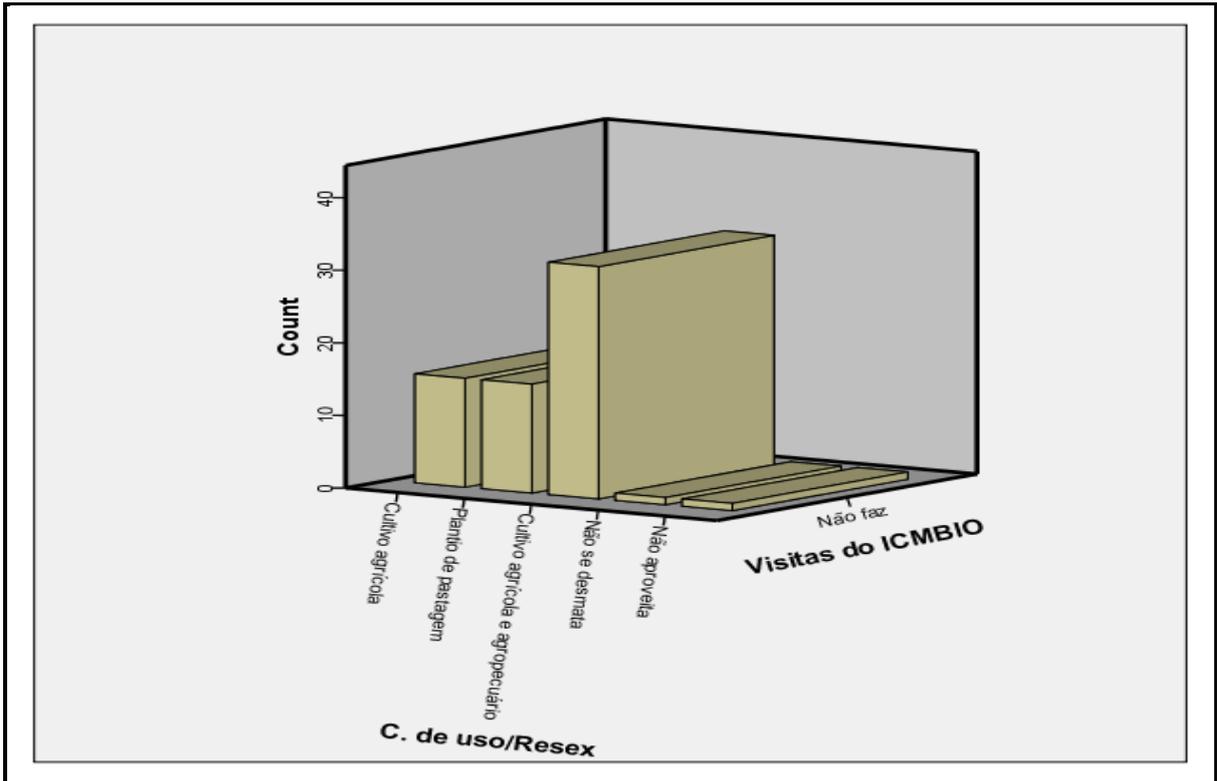


Gráfico 4: Condições de uso da Reserva a luz de visitas periódicas (ICMBIO)

Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

Percebe-se que as condições de uso da REAJ é dividida em cultivo agrícola, plantio de pastagem e agropecuário, sendo que a última forma de uso é o dobro das demais na imagem gráfica, prova que não existe mais famílias trabalhando apenas com uma finalidade, ou seja, o seringueiro tornou-se uma figura do passado e os povos unicamente extrativistas já não existem mais, contrapondo-se as diretrizes do plano de uso da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Certamente, a ausência de estrutura humana, física e financeira, foram os principais gargalos na percepção dos entrevistados, pois garantem que o ICMBIO não faz visitas periódicas de acompanhamento e monitoramento. Este cenário demonstra que cujo uso da terra está associado ao desflorestamento desordenado em função da criação bovina, ora ameaçando medidas de preservação conforme o plano de utilização, ora deixando o órgão gestor se comportar fracamente no sentido de planejamento logístico e estrutural. Reflexo de decisões arbitrárias e descompromissadas com a cadeia de relações sociais, sobretudo aos povos tradicionais.

Por outra dimensão, a saúde é conhecida como um dos grandes gargalos da gestão pública, pois na primeira década alguns comentam que a Reserva obteve mais atenção do que

na segunda, porém num período muito curto. Nesse contexto, tivemos um projeto conhecido por saúde sem limites que prestou bastante serviço a população, mas demorou pouco tempo. A REAJ parece ficar esquecida e houve morosidade desde a década de 1990 aos dias de hoje (A. Paula, 84, ex-presidente da REAJ e atual integrante da AMAJ, 2011). A demonstração abaixo mostra com mais detalhes essas informações (gráfico 5).

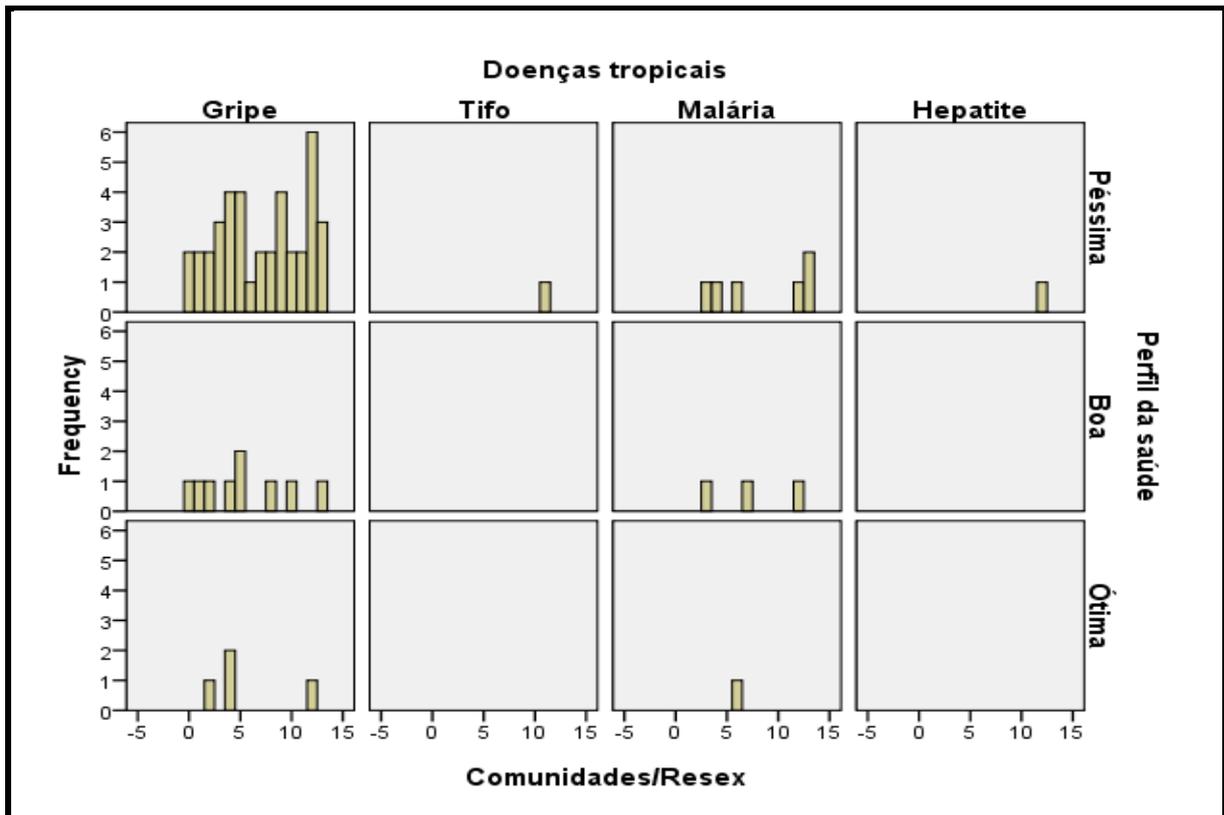


Gráfico 5: Diagnóstico da saúde na REAJ

Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

Apesar disso, observa-se que os efeitos do projeto saúde sem limites e, entre outros programas de assistência a saúde implementados na Reserva, no entanto, não foram capazes de subsidiar o mínimo de atenção aos seus moradores. Desse modo, ao cruzar o perfil da saúde com as doenças mais frequentes dos comunitários, chegou-se a seguinte conclusão: na ordem decedente aparece a gripe, a malária, a hepatite e a tifo. Outro dado interessante, a respeito da qualidade da saúde, foi identificar que a maioria dos entrevistados além de categorizar os serviços de saúde como péssimo, ainda informam o desmonte da intervenção governamental no combate as doenças acima relacionadas. Assim, os pontos fracos são identificados pela deficiência de estrutura física (Quando encontrado) de remédios e profissionais.

Posteriormente, no quesito de boa saúde, poucas pessoas se dizem satisfeitas com os serviços oferecidos de saúde e, evidentemente, a gripe e a malária são problemas que assolam os comunitários que, de certo modo, assim o conceituaram. Em última instância, a indicação ótima pelos entrevistados, é caracterizada por casos isolados que correspondem a frequência de doenças tais como a gripe e malária. Nesta observação, a predominância de casos de gripes e malária são comprovadamente os de destaque nas três categorias, sobretudo o primeiro.

Por tudo, os grupos sociais, por meio das informações dos moradores das comunidades pesquisadas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, ainda passam por diversas situações problema, a saber, poucos investimentos a créditos, aos programas sociais, as ações gerenciais, a falta de transporte para escoamento da produção, as condições de uso, o gerenciamento, a organização comunitária, enfim, os desafios desse grupo pautam-se da necessidade em investimentos em estrutura física, humana, financeira e medidas preventivas. Estes, em seu conjunto, indicam a falência do modelo REAJ do ponto de vista socioambiental.

#### **4.4.2. Grupo 2 – Perfil cultural da REAJ nos informes dos comunitários**

Educação de qualidade é o principal meio capaz de transformar realidades sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas, principalmente quando se considera as diversidades regionais e as experiências desenvolvimentistas. Nesse sentido, a Reserva Extrativista do Alto Juruá insere-se legalmente no âmbito municipal de Marechal Thaumaturgo e, na vertente educacional, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2009), a educação pública estadual alcançou média de 4,1 e a municipal de 3,1. Antagonicamente a média do IDEB, a REAJ, portanto, é vista sob a fiel informação de seus moradores (gráfico 6), identificada no cenário a seguir.

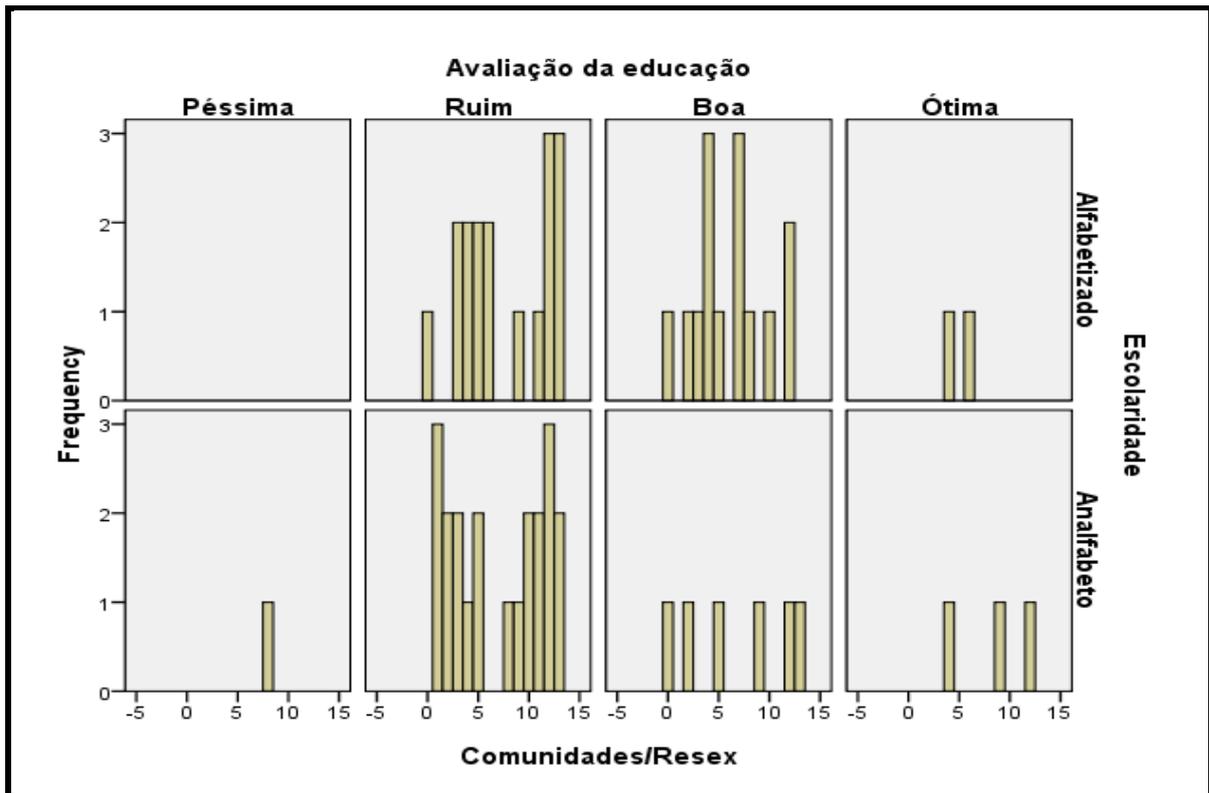


Gráfico 6: Avaliação da educação consoante aos moradores das comunidades  
 Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

Essa estrutura gráfica é composta por barras verticais, da qual indicam escala numérica de 0 a 3 (Divididas por classificação) e o número de comunidades que participaram deste estudo. E, além do mais, a interpretação é motivada pelo viés da escolaridade e avaliação da educação, ambas construídas na percepção dos entrevistados. Então, observa-se na variável escolaridade a divisão proporcional de alfabetizados e analfabetos em algumas comunidades, porém, nas demais, os dados identificados foram desproporcionais, chegando-se a conclusão geral de igual e/ou aproximado de 55% para o número de alfabetizados e de 45% para analfabetos.

Por outro ângulo, quatro características foram apresentadas aos moradores entrevistados, a saber, péssima, ruim, boa e ótima, para perceber o nível educacional da REAJ por meio de suas experiências vivenciadas. Nessa perspectiva, a constatação vivenciada na ordem descendente foi a seguinte: ruim foi notável em treze das quatorze comunidades em número extremamente considerável; boa insere-se em onze comunidades, porém sem expressividade percentual; ótima insere-se em quatro comunidades denotando casos isolados; e por fim, péssima é expressada em apenas uma comunidade com pouca relevância.

A idéia de modificar o perfil de um sistema educacional fraco para oportuno, revelaria, no entanto, a necessidade de formulação de política pública educacional consistente está

embasada na parceria entre os três entes Federativos, o que demanda valorização dos profissionais da área, reforma e construção de novas escolas, subsídio de fardamento escolar aos alunos, material escolar e transporte para o deslocamento (Casa/escola) dos educandos, entre outros.

De maneira geral, a Reserva está contida no município de Marechal Thaumaturgo e, portanto, o sistema público de ensino inscreve-se neste polígono. Todavia, os dados indicados do município pelo IDEB não condiz com a realidade real da educação na REAJ, necessitando, porquanto, de implementação de novos programas e investimentos que sistematize novas perspectiva para esse grupo. De maneira geral, os fracos resultados educacionais caracterizam este sistema ameaçado por políticas públicas clientelistas, o que deixa muitas famílias sem escolhas, isto é, obedientes por sua ignorância.

#### **4.4.3. Grupo 3 – Base econômica da REAJ na percepção de seus moradores**

Apesar da importância do extrativismo para Amazônia, sobretudo a partir dos seringais, hoje, as comunidades da REAJ se desenvolvem por meio da agricultura de subsistência e venda do excedente, pois a cultura do seringueiro estacionou por tempo indeterminado. Ademais, os compromissos do Estado com a Reserva, lamentavelmente, após duas décadas, apenas o crédito moradia teve destaque na maioria das comunidades, esta informação é declarada por J. Rodriguês, 66, gestor/INCRA, 2011: a construção de casas populares contemplou todos os residentes da REAJ maiores de 18 anos sem vínculo empregatício, porém, os não beneficiados foram os que chegaram depois e não participaram dos cadastros e/ou haviam pendências em certas documentações (gráfico 7).

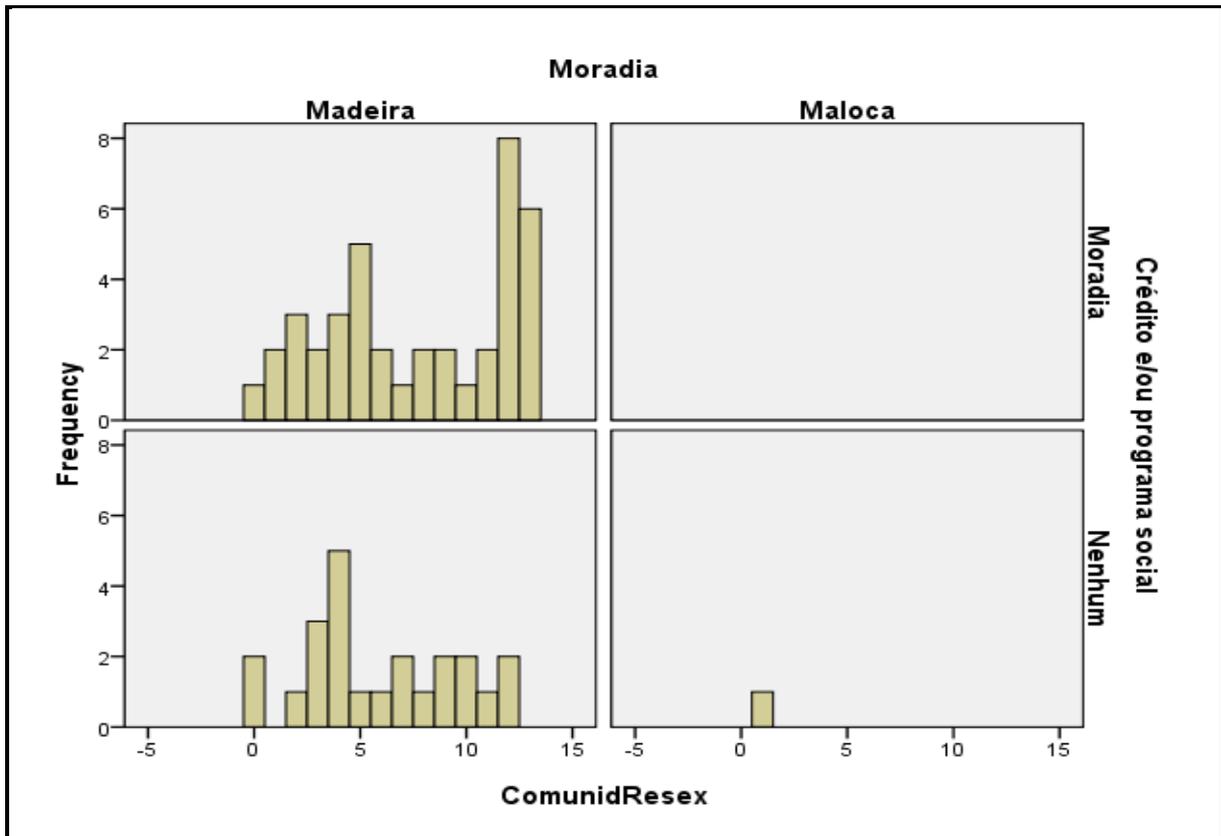


Gráfico 7: Créditos ou programas social efetivados nas comunidades da REAJ

Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

Certamente este crédito contemplou todas as comunidades estudadas na Reserva, entretanto, não significa dizer que todas as famílias conquistaram uma casa de madeira de 48m<sup>2</sup>, coberta de alumínio e sem banheiro no valor de 7.400,00. Obviamente, das quatorze comunidades pesquisadas, apenas quatro foram mais beneficiadas que as outras, a exemplo da Foz do Tejo, Maranguape Velho, Restauração e São Francisco, além das malocas encontradas na comunidade Alegria, Foz do Bajé e Foz do Tejo, mesmo com as deficiências do projeto de casas populares, esse crédito representou oportunidade habitacional significativa para os comunitários contemplados.

Por outro viés, isso é pouco quando se observa a quantidade de famílias que afirmam não terem participado de nenhum crédito e/ou programa social advindos do Estado por meio da REAJ nesses vinte anos passados. Na perspectiva temporal de duas décadas, o comportamento em termos qualitativos e de políticas públicas foi compreendido como fraco por não efetivar o mínimo de necessidades aclamadas pela diversidade cultural dos povos tradicionais cadastrados na Reserva.

Nessa discussão, o setor primário da Reserva não pode ser entendido somente pelo ponto de vista do extrativismo, pois a caça, a pesca, a agricultura, a produção de artesanatos oriundos dos recursos naturais e a criação de animais são os compromissos trabalhistas mais comuns das famílias. Por outro lado, os tímidos investimentos no setor produtivo abrem brecha para a expansão bovina da região, tornando-os a produção agrícola um sistema extremamente vulnerável quando visto em sua essência (gráfico 8).

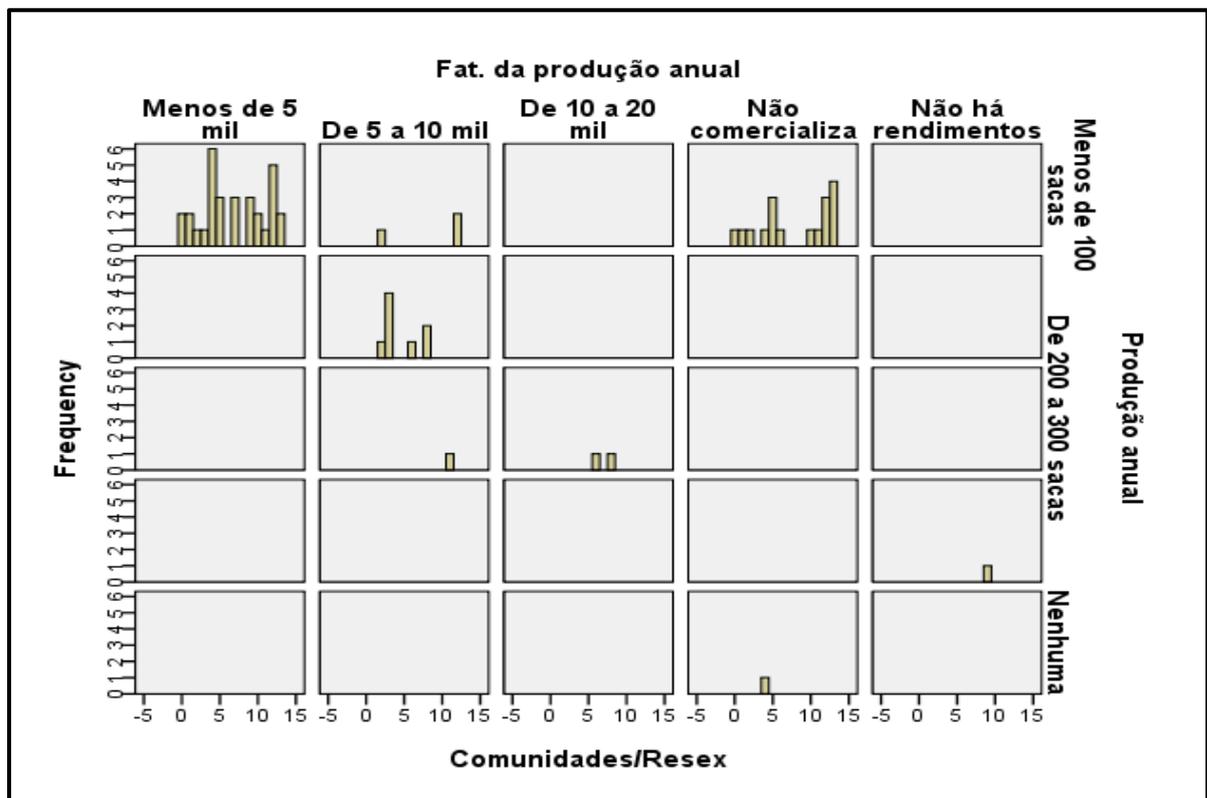


Gráfico 8: Produção e seu faturamento em salários mensal

Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

Neste cenário, tanto a produção agrícola quanto o faturamento financeiro deste sistema estão inseridos nos polígonos em linhas horizontais e verticais para informar o setor primário agrícola das comunidades. Desse modo, o número de sacas produzidas durante o ano em linhas horizontais (Produção) resultam valores em barras verticais (Faturamento da produção), ancoradas, sobretudo, no compromisso do Estado a respeito de implementação de políticas públicas para este setor, portanto, a indicar as comunidades estudadas da Reserva.

Nesse sentido, evidentemente a produção anual da REAJ ficou dividida na seguinte ordem: a maioria dos entrevistados confirmaram que a produção não passou de 100 sacas durante o ano e o ganho não alcançou 5 mil reais no mesmo período e, por sua vez, um

número bem menor de pessoas pontuaram que sua produção é para subsistência e não comercializam, assim como os que declararam não possuir rendimento, porém, todos se enquadram numa média mensal de ½ a menos de 1 salário ao mês; o médio - grupo dos que produzem de 100 a 200 sacas se restringiu ao faturamento anual de 5 a 10 mil reais, ou seja, a média mensal é de 1 a menos de 2 salários ao mês; o pequeno - grupo dos que produzem de 200 a 300 sacas durante o ano faturou em média de 10 a 20 mil reais, confirmando, dessa forma, ganho mensal de 2 e mais salários mensal.

Mesmo entendendo os propósitos extrativistas de criação das Resex's, é importante notar que o sistema produtivo da Reserva Extrativista do Alto Juruá não pode ser desconsiderado, visto que a maioria destes povos exercem função de produtores rurais, seja para a subsistência e/ou comercialização. Não significa retirar o mérito original de unidade de conservação de uso sustentável, mas estabelecer efeito sustentável na cadeia produtiva, todavia, as experiências indicam que a Reserva neste setor é fraca, e precisa, dentro de seus limites, desenvolver alternativas estratégicas.

Enfim, os créditos e programas governamentais estiveram muito distantes das metas estabelecidas, inclusive das necessidades das famílias. O crédito moradia foi fato consumado, mas não significa dizer eficiente, a exemplo de algumas malocas encontradas e problemas na elaboração do projeto, isto é, em nenhuma delas se constatou banheiro. Somando-se a isso, o sistema produtivo clama por socorro imediato, pois sua ausência pode refletir outras situações problemas na cadeia produtiva, a notar, a expansão de pastagens para criação bovina, o que mais uma vez descaracteriza a Reserva de uso sustentável para (in) sustentável.

#### **4.4.4. Grupo 4 – Panorama ambiental na percepção das famílias da REAJ**

A questão ambiental foi o principal motivo da criação da Reserva, pois o Estado oportunamente pegou carona e atendeu a reivindicação dos movimentos organizados de seringueiros e, estrategicamente, normatizou leis e decretos com fins específicos para as Reservas Extrativistas.

Apesar disso, na Reserva Extrativista do Alto Juruá, algumas questões precisam ser compreendidas, sobretudo a respeito da desapropriação que causou conflito e causa até hoje, essa medida por parte do Estado aconteceu na marra, e tentaram reconhecer em cartório as escrituras, porém, somente o levantamento cartorial foi válido, desconsiderando as demais

alegações feitas pelos proprietários (J. Figueiredo, 51, ICMBIO, 2011). Não só isso, as ações irracionais do homem da REAJ agravaram alguns recursos ambientais (gráfico 9).

Assim, a pirâmide gráfica é formada pela frequência numérica vertical do qual compreende as comunidades, onde as condições ambientais dos rios e queimadas são expressas nos dois polígonos do gráfico, assinalando, no entanto, sim e não para as duas variáveis em destaque. E ainda, o número de barras e seu comprimento no sentido horizontal indicam a real situação dos problemas, configurando, em ambos os sentidos, externalidade negativa, isto, em conjunto, fornecem informações a respeito de satisfação ou insatisfação dos entrevistados vistos a seguir.

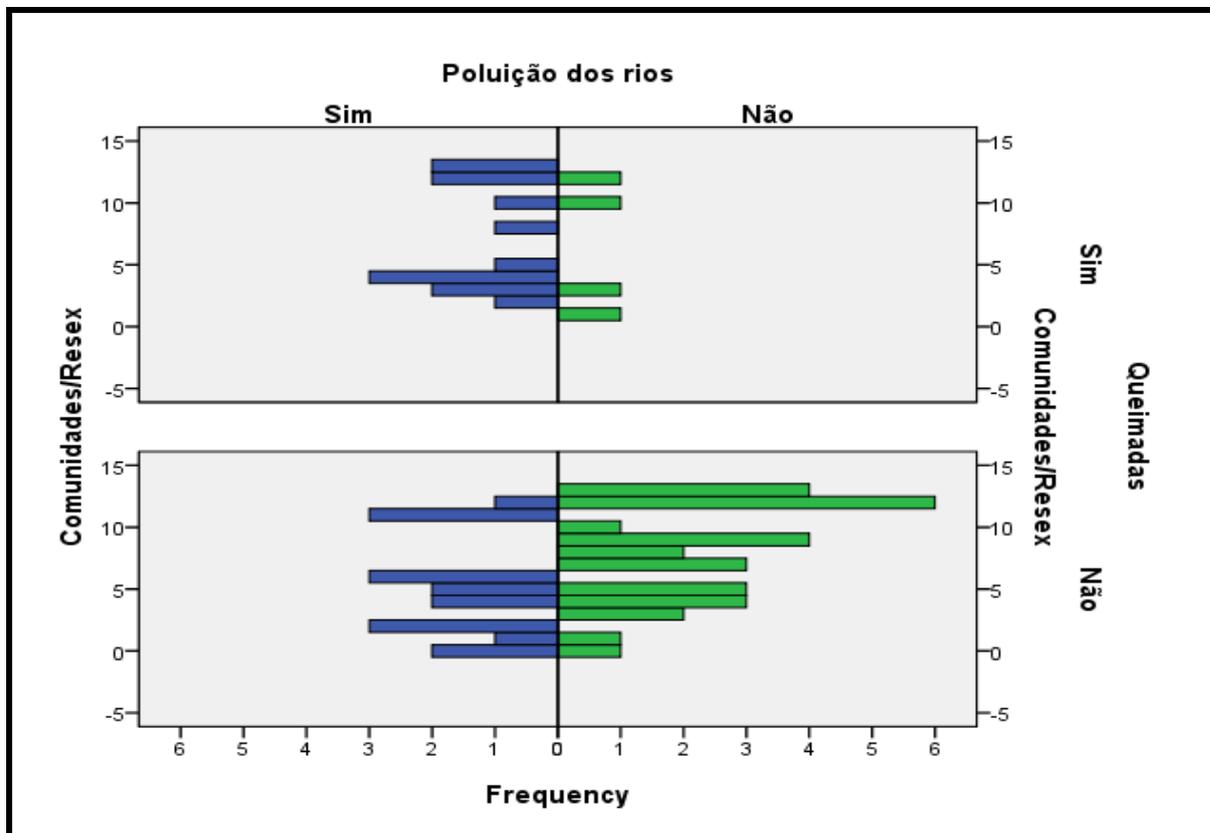


Gráfico 9: Alguns problemas ambientais na Reserva

Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

Contudo, na opinião de mais ou menos 40% dos entrevistados disseram que as queimadas prejudicam não só o clima e a saúde das pessoas, mas áreas não permitidas, tais como lavouras, pastos e nascentes de igarapés. O restante, aproximando-se de 60% não perceberam os efeitos das queimadas no clima, nas pessoas, nem muito menos nas propriedades. Outra ameaça constatada foi à poluição dos rios, pois se estima que em média

35% dos moradores apontaram tal problema, contra 65% que preferiram não indicar a poluição do rio como uma situação problemática.

Essas duas situações além de transmitir desconforto entre as comunidades, a princípio, descaracterizam o conjunto de diretrizes do ponto de vista ambiental, favorecendo, entretanto, a perda da sustentabilidade biológica e ecológica existente neste espaço, além de comprometer os ativos naturais disponíveis que, de certa forma, poderiam se transformar em valor econômico. Somando-se a isso, a apresentação desses problemas passa a classificar a Reserva ameaçada no contexto de saúde pública local, regional e global, para as gerações atuais e futuras pelos efeitos de poluição provocados.

Ora, os problemas ambientais advindos da pressão humana, em sua maioria, são provenientes da falta de controle do Estado e, por conseguinte, seu reflexo implicou em ações pautadas na sobrevivência. Na fala de José Domingos, 55, Presidente/REAJ (2011), a maioria das atitudes ilegais é por necessidade de se alimentar, comprar vestimentas, material escolar, combustível e munição, ou melhor, para suprir necessidades básicas. Nesse contexto, algumas situações ambientais são observadas pelos os moradores (gráfico 10), a seguir.

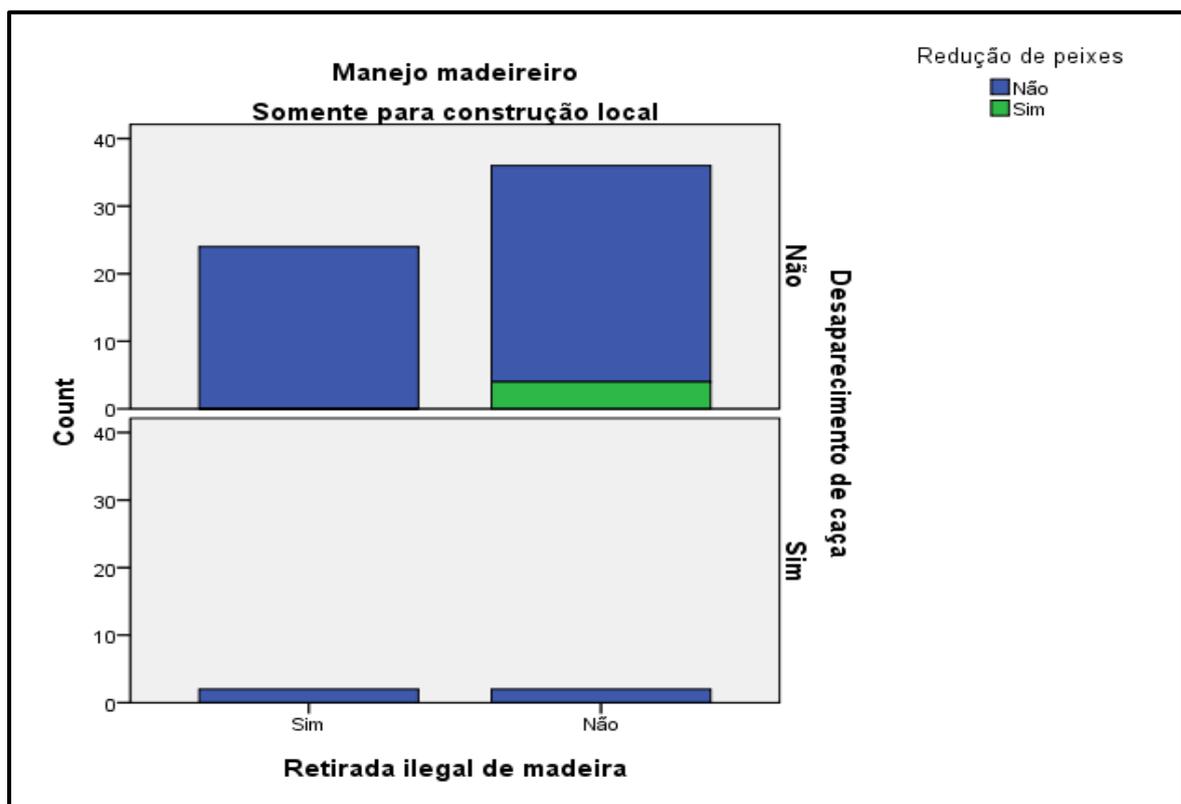


Gráfico 10: Situações que prejudicam os moradores  
Fonte: Elaborado por Josimar Freitas

Observa-se forte preocupação com quatro variáveis, a saber, retirada ilegal de madeira, desaparecimento de caça, redução de peixes e ausência de manejo madeireiro. Nesse sentido, a primeira foi a que apresentou maior número de reclamações, isto é, uma média igual ou aproximada de 50% dos entrevistados indicaram haver ilegalidade na retirada de madeira, enquanto os demais 50% não opinaram. As duas seguintes variáveis aparecem igualadas em termos percentuais, significando, em média igual ou aproximada de 15% de denúncias, contra os 85% que não enunciaram problemas dessa ordem. Por fim, todos afirmaram que não existe qualquer tipo de manejo madeireiro, salvo os casos descritos no plano de uso, ou seja, apenas para construção local.

Afirma-se, ainda, que a ausência de um plano de manejo madeireiro colabora para as atitudes ilegais de moradores locais e regionais, providenciando, entretanto, a expulsão ou morte de animais abrigados na estrutura das árvores, a redução das espécies ameaçadas de extinção, bem como a diminuição de peixes e animais silvestres, ao passo de tais anomalias resultarem numa ameaça imensurável para o conjunto de fatores atrelados a biodiversidade e ao ser humano.

De maneira geral a aplicação da matriz FOFA no contexto dos resultados e discussões, assinalou de maneira conjunta sua relação com os grupos em estudo a partir da identidade de cada elemento observado, portanto, fruto da intervenção governamental. Suas principais características, a realidade do objeto investigado e classificação de acordo com sua relativa potencialidade (Forças), cenário prospectivo (Oportunidades), vulnerabilidades (Fraquezas) e elementos frágeis de uma situação atual que implique a futura (Ameaças). Assim, as constatações reconhecidas pela análise de FOFA na Reserva Extrativista do Alto Juruá foram classificadas conforme sua peculiaridade, ou seja, atendendo o conceito da matriz.

Portanto, as situações ambientais elencadas pelos moradores, certamente, tanto corroboram a necessidade de fiscalização e acompanhamento do ICMBIO, quanto políticas setoriais de longo prazo. Esse feito traria a redução dos conflitos socioambientais, bem como das externalidades negativas para o clima, solo, água, sobretudo, condições de bem estar ao ser humano. Como comprovado, os dias da REAJ passam a entrar em contagem regressiva, predominando, no entanto, políticas várias e descompromissadas aos sistemas pertencentes a esse grupo ambiental.

## **4.5. A REAJ SOB A ÓTICA DO DESFLORESTAMENTO**

Por meio do INPE/PRODES foi possível mensurar o nível de desflorestamento da Reserva Extrativista do Alto Juruá no período de 1990 a 2010, considerando, sobretudo, imagens espaciais LandSat e coeficientes percentuais destacando períodos temporais, ano e área desflorestada em Km<sup>2</sup>. Contudo, as informações cedidas proporcionaram base para uma análise descritiva.

### **4.5.1. Cenário das áreas desflorestadas na Reserva**

A região Amazônia nas duas últimas décadas sofreu diversas transformações de origem antrópica. O crescimento desordenado de áreas desmatadas para a construção de pastagens, a mineração – incluindo todas as formas de escavação, e construção de infraestrutura – barragens, estradas e entre outras, foram as principais causas de desequilíbrio dos recursos ambientais.

Não diferente das demais regiões da Amazônia, a Reserva, de certo modo, herdou o desmate para a construção de pastagens e retirada ilegal de madeira, período que desencadeou expansão gradativa de focos de desflorestamento nas comunidades da REAJ. Somando-se a isso, (WWF & IBAMA, 2005) informaram:

No início da criação da Reserva a extração de madeira pelos proprietários de seringais que ainda não haviam sido indenizados estiveram em ascensão; a passagem pela deficiência de recursos humanos, físicos e financeiros tornaram-se agravantes para a gestão da UC – os moradores consideram a bovinocultura uma forma de status, portanto a evolução da pecuária; a caça com o aumento da população providenciou o abate de animais silvestre para subsistência e comercialização; não há plano de manejo, mas seu ambanamento provém do plano de utilização.

Em contrapartida, as incompatibilidades de planejamento e execução são situações problemas claras e esclarecidas, logo, precisando de medidas sistemáticas. Essas ocorrências descritas pela instituição governamental e a não governamental, indicam, de fato, o desequilíbrio ambiental da Reserva. Conforme o Plano de Manejo REAJ (2010), em 1991 uma família utilizava em média de forma direta para a agricultura e criação de gado, roçados ou campos, 2,57 hectares, porém, cerca de 15 anos depois essa média subia para 11,78

hectares por família. E ainda, para elucidar com mais precisão os dados sobre desflorestamento, a imagem espacial (figura 5) informa a seguir.

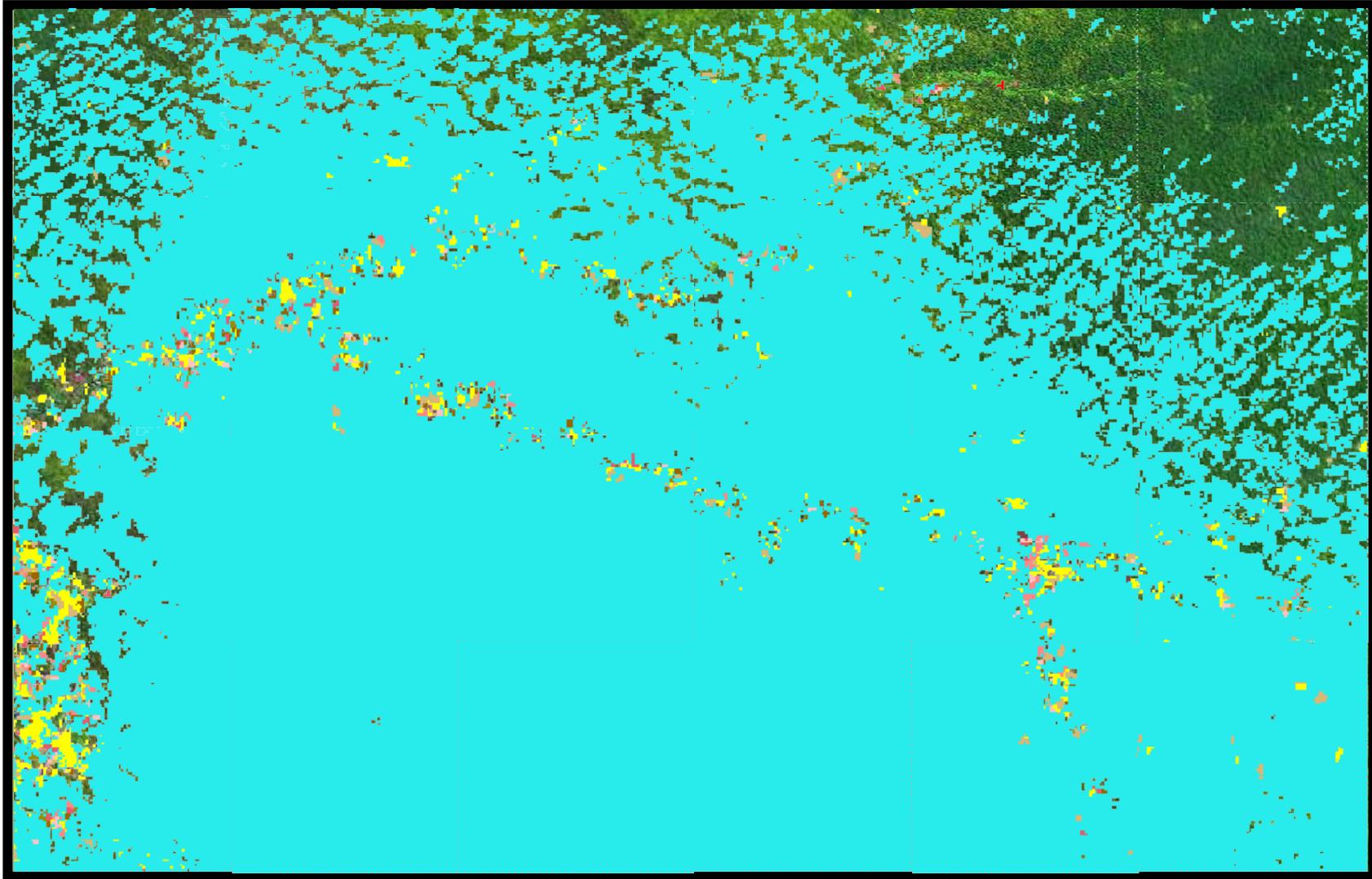


Figura 5: Desmatamento da REAJ no período de 1990 a 2009

Fonte: INPE/PRODES

S09:12:00 072:42:00



Verifica-se que mesmo com os investimentos oriundos de ações governamentais e não governamentais na década 1990 (Programa dos Sete Países mais Ricos do Mundo – PPG-7 em parceria com o Estado Nacional), portanto, não foram suficientes para manter a preservação dos recursos ambientais. Certamente, as comunidades e ou colocações obtiveram índices até 1997 de desflorestamento superior aos períodos posteriores, contrapondo-se, entretanto, as metas estabelecidas pelo Estado e, sobretudo, aos tímidos investimentos na década seguinte, a exemplo do crédito moradia.

Nessa perspectiva, a razão da alta de desflorestamento até 1997 nas oitenta comunidades da Reserva esteve associada às vulneráveis relações dos gestores públicos com as famílias cadastradas no âmbito da REAJ. O distanciamento, a inexistência de políticas públicas consistentes, fiscalização e controle, foram à causa de desflorestamento desordenado. Assim, os pontos amarelos espalhados as margens dos rios e colocações caracterizam a identidade espacial da REAJ neste período, ou seja, 0,2% representa a média de desflorestamento, bem como a perda de 9,4 km<sup>2</sup> de floresta e recursos naturais por ano, totalizando, inclusive 65,5 Km<sup>2</sup> (Tabela 1).

<b>Reserva Extrativista do Alto Juruá/Marechal Thaumaturgo-AC – Criada em 1990 – Área: 5.652,8 km<sup>2</sup></b>						
	<b>Incremento</b>					
<b>Desflorestamento até 1997 (área,%)</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
65,5 km <sup>2</sup>	24,1 km <sup>2</sup>	1,8 km <sup>2</sup>	11,2 km <sup>2</sup>	1,1 km <sup>2</sup>	5,9 km <sup>2</sup>	5,5 km <sup>2</sup>
1%	0,4 %	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%	0,1%
<b>Total desflorestado: 115,1 km<sup>2</sup> = 1,8%</b>					<b>Floresta: 5.537,7 km<sup>2</sup></b>	

Tabela 1: Desflorestamento de 1990 a 2005

Fonte: Adaptado de INPE/PRODES

A partir do segundo período observa-se pequena mudança nas relações dos comunitários com o meio ambiente local, com exceção a 2000, ocasião de maior índice de desflorestamento desde a criação da Reserva. Essa notação torna-se verdadeira quando observado os 0,4% equivalente aos 24,1 km<sup>2</sup> de práticas ocorridas pelas vulneráveis relações

dos gestores públicos com os comunitários da REAJ. Em 2001 a queda do desflorestamento foi considerável, descendendo para 1,8 km<sup>2</sup> ao se referir a área pressionada, valor que o INPE desconsidera em termos percentuais, isto é, número bastante significativo quando visto a luz de medidas predadoras.

Por conseguinte, em 2002, a média de desflorestamento herdou o primeiro período, ou seja, 0,2% significam 11,2 km<sup>2</sup> em extensão territorial utilizado para pastagem e cultivo agrícola, porém, em contraponto com as metas estabelecidas pelo plano de utilização que, por sua vez, limita 15 hectares para cada família. E ainda, 2003 representou menor índice de desflorestamento em todos os intervalos em estudo, indicando, no entanto, poucos focos informados pela figura supracitada, isto é, apenas 1,1 km<sup>2</sup> de área.

Obviamente, tanto as informações espaciais quanto os dados percentuais referente aos anos de 2004 e 2005 mostram-se semelhantes, porquanto o primeiro denota 5,9 km<sup>2</sup> e o segundo 5,5 km<sup>2</sup> em área desflorestada, refletindo, em ambos os casos valor de 1% desflorestado. Todavia, ao considerar o ano de 2003 com os dois seguintes nesta discussão, nota-se aumento de mais de 500% de desordem ambiental. Condizente com os dados discutidos no primeiro período e metade do segundo (1990 a 2005) convém noticiar que o desflorestamento total causou diminuição de 115,1 km<sup>2</sup>, constituindo, sobretudo, razão de existência de 5.537,7 km<sup>2</sup> de área preservada.

Consoante a segunda parte do qual corresponde ao último período, certamente é condicionado ora pela análise espaço-tempo, ora pelo o incremento de desflorestamento (Tabela 2). Nessas circunstâncias, percebe-se queda acentuada destes últimos intervalos se considerado os anteriores, a exemplo de 2006 e 2007, onde o desflorestamento atingiu média de 1,53 km<sup>2</sup>, distribuídos, semelhantemente, em 1,7 km<sup>2</sup> e 1,8 km<sup>2</sup>.

<b>Reserva Extrativista do Alto Juruá/Marechal Thaumaturgo-AC – Criada em 1990 – Área: 5.652,8 km<sup>2</sup></b>				
<b>Incremento 2006</b>	<b>Incremento 2007</b>	<b>Incremento 2008</b>	<b>Incremento 2009</b>	<b>Incremento 2010</b>
1,7 km <sup>2</sup>	1,8 km <sup>2</sup>	8,5 km <sup>2</sup>	0,0 km <sup>2</sup>	18,7 km <sup>2</sup>
0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,3%
<b>Total desflorestado: 30,7 km<sup>2</sup> = 0,5%</b>			<b>Floresta: 5.507,1 km<sup>2</sup></b>	

Tabela 2: Desflorestamento de 2006 a 2010

Fonte: Adaptado de INPE/PRODES

Diferentemente dos dois intervalos discutidos acima, 2008 obteve médias pertinentes se comparado a década de 1990, onde 0,2% insistentemente manifesta nível de desflorestamento de 8,5 km<sup>2</sup> que, por sua vez, desencadeia externalidades negativas para o clima e seus efeitos afetam a qualidade de vida humana. Num panorama preservacionista 2009 se destaca entre os demais anos por não apresentar nenhum índice de desflorestamento, pois tanto o valor percentual quanto a área em km<sup>2</sup> foram iguais a zero, superando, dessa forma, os demais anos neste estudo.

Em contrapartida, verifica-se forte alteração em 2010, podendo afirmar que apenas o ano de 2000 conseguiu superá-lo com margem percentual de 1% = 24,1 km<sup>2</sup>. Evidentemente, a marca desflorestada estacionou em 3%, configurando, a rigor, sinônimo de 18,7 km<sup>2</sup>, logo, a diferença de 1% equivale a 5,4 km<sup>2</sup>. Consoante a segunda parte do segundo período, mesmo havendo o último intervalo com alto índice, ainda assim, torna-se menor que a primeira parte, e, além do mais, 0,5% configurou os 30,7 km<sup>2</sup> de desflorestamento, restando, portanto, 5.507,1 km<sup>2</sup> de área preservada até 2010.

Em síntese, os dados espaciais permitiram observar a REAJ em dois ângulos, assim distribuídos, o A diz respeito à figura que contempla os focos de desflorestamento informados na legenda com respectivas cores e anos, e o B, a amostragem dos dados numéricos abordando valores percentuais e área em km<sup>2</sup>. Apesar disso, a média geral de desflorestamento nesta análise foi de igual e/ou aproximado a 0,2%, o que significa notar perda de 12,2 km<sup>2</sup>. Mais ainda, exatos 2,3% equivalem a 145,8 km<sup>2</sup> de área desflorestada em toda Reserva.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação cumpriu os dois objetivos enunciados, que foi o de sistematizar informações ao longo das duas últimas décadas, período ao qual se construiu um estudo com base social, econômica, cultural e ambiental na Reserva Extrativista do Alto Juruá, cuja identidade resultou em políticas públicas insuficientes e ineficientes, das quais influenciam o presente e, obviamente, continuarão impactar o futuro.

O estudo enfatizou que as políticas ambientais evoluíram significativamente no decorrer de algumas décadas, a notar o crescimento das unidades de conservação a partir da década de 1970, onde o total de áreas protegidas se desenhou gradativamente, concretizando, desse certo modo, o sonho de ambientalistas e do Estado, menos o bem-estar dos povos tradicionais. A proposta de Reserva Extrativista promulgou o acesso aos recursos ambientais pautada nas aspirações dos seringueiros que pretendiam ter o direito de posse e uso dos recursos ambientais disputado por grileiros.

Apesar das árduas lutas envolvendo vários segmentos da sociedade, inclusive ambientalistas sociais, redes internacionais, partidos políticos, sobretudo os seringueiros, a década de 1970 foi marcada por muito sangue no estado do Acre, pois a opressão dos grileiros do Sul e Sudeste do país não se importou com a perda dos recursos ambientais, nem muito menos com as mortes provocadas em função do capital e trabalho.

O fenômeno Reserva Extrativista foi agraciado por diversos organismos nacionais e internacionais, e a onda da preservação ambiental e uso racional dos recursos naturais foi a maior aliança efetivada com os povos tradicionais. Nessa ocasião, o novo modelo de reforma agrária extrativista se portou como símbolo de qualidade de vida, ganhou cenário e aceitação global e ficou submetido às prerrogativas legais do Estado, ou seja, obediência ao plano de utilização e implementação de projetos e programas do qual beneficiem os moradores.

A Reserva Extrativista do Alto Juruá é, certamente, um dos exemplos mais claros deste fenômeno, basta associar sua origem – conflitos sociais. Por outro lado, as novas formas de relação do homem tradicional com os sistemas ambientais prometiam ser a saída viável para o desenvolvimento regional, porém, o fiasco de ordem financeira e de (in) gerenciamento. A partir de bases sustentáveis do ponto de vista tecnológico, social e organizacional, na forma de explorá-los, estava ancorado o sonho de um grupo de militantes sociais, ambientalistas e o Estado.

Ora, por definição o movimento social rural da REAJ deveria ser constituído de seringueiros, pescadores artesanais, extrativistas de outras matérias primas regionais – a exemplo do côco de babaçu de onde se extrai óleo comestível, produtores agroflorestais e ribeirinhos, porém, tais denominações foram ignoradas na medida em que os efeitos da intervenção governamental não satisfizer os objetivos submetidos. Ao final das duas décadas de fundação, os comunitários se declaram impacientes com a forma de tratamento oriundos do Estado, logo, a visão do homem extrativista metamorfoseou-se em função das vulneráveis relações, uma vez que as fronteiras capitalistas não permite deixá-lo apenas com uma função trabalhista, mas com status bovino e, por conseguinte, agrícola.

Hoje, duas razões justificam o stress dos comunitários inseridos no âmbito da REAJ, no entanto, do ponto de vista de qualidade de vida, efetivamente pouco foi feito para reduzir a fome (Pouco investimento no primário), as doenças (Programas de assistência familiar não foram identificados, entre outros), a educação (Pouca estrutura física e humana), o saneamento básico (Nenhum sistema de poço artesiano e fossa séptica). Enfim, esta unidade de conservação é considerada de uso sustentável, entretanto, onde se encontra essa sustentabilidade? Notavelmente o contraponto é pertinente entre teoria e prática, caminhando, certamente, em direções opostas.

A segunda razão reside de fato na preservação ambiental, objetivo estratégico do Estado Nacional, e também de organismos internacionais, onde as pressões financeiras reservam lugar de destaque na agenda de regiões estratégicas, a exemplo da Amazônia brasileira. Nesse sentido, muitos consideram os povos tradicionais como os verdadeiros guardiões das florestas, porém, na prática, o valor dos recursos ambientais se mostram mais valiosos que estes povos, aumentando, portanto, a pobreza e o desrespeito aos diversos povos tradicionais. Na óptica ambiental, há de se considerar que as pressões institucionais reduzem as pressões humanas, mas não significa dizer respeito digno as famílias trabalhadoras e sofridas encontradas na Reserva Extrativista do Alto Juruá de uso (in) sustentável.

## **IMPLICAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

Nesta discussão, é importante sintetizar o compromisso do Estado com a Reserva Extrativista do Alto Juruá, sobretudo a partir da compreensão do alcance das metas e objetivos propostos, cujas bases teóricas encontram-se sistematizadas no plano de uso da

Reserva. Estes constituem, também, elementos comprobatórios do problema apresentado na introdução.

Recapitulando, o problema de pesquisa desencadeou estudo detalhado sobre a interface racional baseado nos efeitos das intervenções governamentais na REAJ que, do ponto vista de desenvolvimento socioambiental, cuja idéia se sustenta no manejo adequado do ambiente (solos, águas e florestas) e do bem-estar das famílias (saúde, educação, alimentação, moradia, saneamento básico e/ou subsídios primários).

Consoante as informações dos comunitários, o planejamento ineficaz do Estado, principalmente de forma operacional, tática e estratégica, significou atraso aos projetos das famílias localizadas em diversos pontos geográficos da Reserva, ora por ignorar institucionalmente as diretrizes específicas na época de sua fundação, ora pela não observância de programas e projetos estratégicos que viabilizassem condições alternativas de desenvolvimento humano.

Mais ainda, na perspectiva de planejamento, a cadeia se fragmenta a partir da constatação que o capital financeiro, humano e estrutural foram incompatíveis com as demandas apresentadas pelos povos tradicionais da Reserva. Por isso que o emprego racional destes elementos tornaria harmoniosa a relação de todos os stakeholders envolvidos no projeto e, além do mais, facilitaria o alcance das metas pré-estabelecidas a luz de políticas socioambientais. Antagonicamente ao exposto, a Reserva garantiu lugar de destaque na ocasião que não conseguiu priorizar políticas públicas consistentes, apresentado, após vinte anos, desequilíbrio de ordem econômica, social, ambiental e cultural, isto é, nenhuma política pública foi eficaz, apenas imediatista e descompromissada com a qualidade de vida dos moradores.

Assim, duas questões se desmembraram da situação problema para responder veementemente as intrínsecas relações entre sociedade e ambiente: uma referente as condições endógenas (Internas), e outra as condições exógenas (Externas). Nesse sentido, a primeira para explicar a proposta de criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, no entanto, não diferente das demais, vislumbrou sonhos de seringueiros e pequenos agricultores, onde a atividade econômica do extrativismo, a forma de uso dos recursos naturais, sobretudo a equidade social, em seu conjunto, simbolizaram a transição de um regime ditador (Coronéis de barranco) para um regime democrático e institucionalista (Chefe de Estado).

A segunda, vista como a inserção da aliança social ao debate ambiental, perfazendo, desse modo, novo marco nas políticas de cunho governamental e ambientalista brasileira. Portanto, por esse viés, a proposta foi bem sucedida por amenizar conflitos oriundos da

pressão humana, marcar áreas protegidas contemplando povos tradicionais, e proteger recursos ambientais e ecossistêmicos estratégicos da Amazônia para o planeta.

Em síntese, quatro instrumentos mensuraram sistematicamente as relações entre as intervenções governamentais e seu reflexo na REAJ, a saber, endógenos: (i) pontos fortes e (ii) pontos fracos; e exógenos: (iii) oportunidades e (iv) ameaças.

### **(i) Pontos fortes**

Os pontos fortes da REAJ representam potencial relevante na medida em que suas forças são razão de existência. Desse modo, a importância biológica atinge altos níveis de predominância, pois a UC contém diversidade e quantidade espécies, o que comprova níveis relativamente altos de biodiversidade. A diversidade estrutural é outra fonte energética por contribuir significativamente à representatividade dos sistemas de UC's e, além do mais, com padrões históricos, serviços e benefícios significativos as relações sociedade-ambiente.

Do ponto de vista socioeconômico, as comunidades locais dependem dos recursos ambientais da Reserva para sua subsistência, a exemplo de ervas para uso do Daime, medicina caseira, e entre outros. Por outro lado, o valor educacional e/ou científico constrói novos horizontes de desenvolvimento ao passo de reconhecer espécies do ecossistema, identificar ervas e plantas medicinais, construir fórmulas da qual resgate dignidade humana a partir de metodologias que garanta qualidade de vida.

Somando-se a isso, a Reserva Extrativista do Alto Juruá possui amparo legal por meio do SNUC, onde a demarcação de fronteiras é adequada para o conhecimento dos limites da Reserva de forma coerente aos objetivos. Os conflitos, portanto, com as comunidades locais são resolvidos de forma a atender acordos, ora pela organização interna, ora pela tomada coletiva das decisões. E por fim, existe um plano de manejo participativo – fase I (2009-2010), do qual foi aprovado em dezembro de 2011, porém, ainda, a contar com sua efetivação.

### **(ii) Pontos fracos**

Neste ponto são discutidos os diversos problemas que configuram os pontos vulneráveis da Reserva, pois cujas situações foram identificadas neste estudo. Nesse sentido, a REAJ não é uma fonte de desenvolvimento sustentável para as comunidades locais, pois os

sistemas socioambientais não correspondem ao mínimo de bem-estar para as populações residentes, discutidos e comprovados, portanto, nos específicos grupos em destaque do capítulo 4. Na óptica de fiscalização, a aplicação da lei é baixa e existem atividades ilegais de difícil monitoramento, sobretudo pelo reduzido número de funcionários, equipamentos, capacitação, treinamentos e recursos financeiros, o que, por sua vez, acentua ações críticas de implementação à lei.

Além disso, o meio de comunicação e informação entre ICMBIO e moradores é extremamente limitado, pois os telefones e internets encontrados nas comunidades pouco funcionam por problemas técnicos, restando o rádio como principal veículo de informação. Por outro lado, não há instalações suficientes adequadas para a realização de ações críticas de manejo, a infra-estrutura não é apropriada para visitantes turistas e pesquisadores, ou seja, não é adequado para realizar ações críticas para garantir seu uso em qualquer nível temporal.

Constatou-se, certamente, que os recursos financeiros dos últimos vinte anos não foram suficientes para realizar ações necessárias para o desenvolvimento humano e preservação ambiental. Nesse sentido, a previsão financeira em longo prazo não foi estável, ocorrendo, de certa forma, nítidos distúrbios nos grupos analisados no capítulo 4. Ocorre que os impactos nas atividades legais são monitoradas e registradas de forma imprecisa, no entanto, vista do ponto de funcional, o ICMBIO está muito ausente, as informações a respeito das pesquisas científicas não chegam de forma sistematizada, e o conhecimento tradicional reflete diretamente nos resultados finais.

Neste contexto, recuperação de áreas, implantação e manutenção de infra-estrutura, prevenção, detecção de ameaças e aplicação da lei, cujos atos estiveram restritamente baseados no plano de utilização. Ou seja, pouco aumento de infra-estrutura, poucas atividades com as comunidades, enfim, todas as incompatibilidades ocorridas nestas duas décadas, principalmente na segunda, onde estes estiveram ligados diretamente ao pequeno número de investimentos financeiros.

### **(iii) Ameaças**

Logo após a fundação da REAJ, ainda em 1990, ocorreu o primeiro evento de ordem demográfica, isto é, 700 famílias foram identificadas por meio do cadastro realizado, ao passo que o próximo alcançou 800 e, duas décadas depois, foi possível comprovar aumento populacional desproporcional ao tamanho da Reserva, porquanto, 1532 famílias foram

contabilizadas ao final de duas décadas. Nessa dimensão, os impactos causados pela pressão humana dificultam tanto a gestão das políticas públicas governamentais quanto os sistemas socioambientais.

A extração ilegal madeireira (gráfico 10) é um forte indício de pouca presença do órgão gestor na REAJ, face a tal circunstância, não se comprovou visitas periódicas (gráfico 4) com vista ao atendimento básico aos comunitários, apesar disso, porém, explicar os poucos recursos disponíveis não justifica veementemente a perda de árvores com altos índices de extinção. Raciocínio semelhante se aplica a derruba de áreas maiores em busca da criação bovina, o que para muitos, queimar e construir pastagens eleva o potencial de poder e adquirir-se status.

Outra situação que desestabiliza as funções de floresta de manutenção a biodiversidade, reside de fato na caça de animais silvestres, estando, portanto, atrelado ao aumento da população. Isto é, em sua maioria o abate destes é para subsistência, e a minoria, são os casos de caçadores invasores que utilizam essa prática para comercialização. A pesca está inerentemente associada à caça pelo viés demográfico, pois a pressão humana tem reduzido seu número e afetado a reprodução das espécies (gráfico 10).

É interessante registrar que depois de duas décadas a situação fundiária ainda não foi regularizada, e o risco da expansão pecuária (figura 6) pode crescer e assustar o tramite objetivo da preservação e a maioria dos povos tradicionais envolvidos nesta região em estudo. Ou seja, o fato desta área possuir potencial estratégico de recursos ambientais, a exemplo dos estoques de capital natural disponíveis, significa, no entanto, mais compromisso de todos os stakeholders.

E ainda, externalidades negativas provocadas pela poluição local e regional e a acidificação, implicam linearmente ao aumento do escoamento das águas, resíduos de nitrogênio, e as inundações decorrentes de práticas de manejo e do uso de solo nas áreas vizinhas. Então, reconhecer os limites das flutuações no tempo devido a mudanças climáticas globais aciona a necessidade de associar práticas racionais antrópicas ao meio ambiente.

#### **(iv) Oportunidades**

A Reserva extrativista do Alto Juruá oferece oportunidades de desenvolvimento da comunidade mediante uso sustentável de recursos ambientais, mas não se pode, porém, afirmar que suas atuações dinâmicas disponíveis celebram resultados do ponto de vista

sustentável, obviamente, (in) sustentáveis. Quando se considera outra de suas peculiaridades, os objetivos da Reserva incluem a proteção e a conservação da biodiversidade, que a faz única frente às demais regiões do planeta e, por vezes, do ponto de vista da intervenção governamental, parece constituir-se verdadeiro obstáculo.

O plano de manejo, mesmo no campo teórico, contempla importantes e principais objetivos específicos a luz de políticas de proteção e uso sustentável, assim arrolados: a proteção da biodiversidade, a conversão do uso do solo, o turismo e recreação, enfim, o modelo e a configuração da REAJ condizente a biodiversidade, adiciona, sobretudo, aspectos culturais e econômicos que elevam seu potencial estratégico de desenvolvimento regional em longo prazo.

Nesse sentido, os dados ecológicos podem servir de referência para atrair recursos financeiros para ações críticas de manejo nos próximos anos, e, além do mais, suas práticas administrativas propiciam efetivar o plano de manejo do ponto de vista eficiente. Ou seja, a REAJ possui capacidade para a captação de recursos financeiros externos, ora por intermédio de negociações entre chefes de Estado, ora com a participação de entidades parceiras não governamentais.

De todas as alternativas citadas, a valoração da natureza via economia dos serviços ambientais, proporcionaria o compromisso de valorização dos povos tradicionais e o reconhecimento do papel das comunidades extrativistas no equilíbrio ambiental. Haja vista que a Reserva oferece ativos naturais no contexto da biodiversidade, dos quais permitem relacionar valor econômico com estratégia de defesa, a partir do enfoque racional a gestão socioambiental.

## **RECOMENDAÇÕES E AGENDA DE PESQUISA**

Constata-se que o modelo Reserva Extrativista do Alto Juruá não atende os requisitos práticos constatados e discutidos durante a pesquisa de campo, em especial a qualidade de vida dos moradores analisados a luz dos grupos econômico, social, cultural e ambiental, pertinentemente discutidos no capítulo 4. Todavia, na realidade, o efeito dominó alcançou principal alvo de defesa governamental, pois a preservação ambiental foi o motivo de criação das Reservas Extrativistas, porém, sem sucesso ao considerar seus objetivos submetidos (Figura 6), ou seja, a irracionalidade adentrou na REAJ e provocou descaso de natureza

humana, e do outro viés, a intervenção governamental foi responsável pelo desequilíbrio socioambiental.

Salienta-se que o modelo implantado precisa considerar em primeiro turno a política da boa vizinha, ou seja, se esse evento não se tornar prioritário por parte do Estado quão distante estará à sustentabilidade. Ainda nesse sentido, os recursos financeiros disponíveis não permitem implementar alternativos programas para a categoria de seringueiros, produtores rurais, ribeirinhos, pescadores, caçadores, extrativistas, enfim, conciliar estes com preservação ambiental.

O desafio da REAJ no tocante aos efeitos da intervenção governamental é experimentar uma política pública consistente que reconheça o papel destes povos tradicionais. Logo, no entendimento que estes são os verdadeiros mantenedores do estoque de capital natural e de serviços ambientais, é necessário que sejam remunerados de forma a atender medidas preventivas e em longo prazo. Nesse contexto, os serviços ambientais compreendem não somente o cuidado com os recursos ambientais, mas aos diversos produtos que podem ser medidos e comercializados.

E ainda, o Estado do Acre cria a lei 2.308/2010 que dispõe normas que valorizam os recursos hídricos, beleza cênica, regulação do clima e conservação dos solos, consagrados, portanto, no protocolo de Quioto. Estes instrumentos de serviços ambientais tornam-se elemento extremamente importante quando visto do ponto de vista de parceria entre governo federal e estadual. Assim, o Acre já fez a primeira experiência com a venda de créditos de carbono para a Flórida-US (2011 e 2012). Ou seja, considerando como ponto forte essa lei, medidas sistematizadas com a Reserva contribuiriam diretamente com as questões ambientais da região e de todo planeta, mas é preciso sair de políticas de foco clientelistas e casar racionalmente o desenvolvimento social e preservação ambiental, fruto do sonho do movimento de seringueiros desde a década de 1970.

Sugere-se, também, que seja ampliado o número estudos a respeito da Reserva Extrativista do Alto Juruá no sentido de mensurar alguns problemas evidenciados durante o processo de coleta de dados. Desse modo, foi possível perceber o grau de insatisfação entre os comunitários da margem direita do Rio Tejo e indígenas de denominação Kuntanawa, pois o problema reside na ocupação de espaços territoriais, onde famílias históricas estão instaladas há décadas nessas áreas e temem desapropriação.

Da mesma forma, discute-se a construção de uma ferrovia que ligará o município de Cruzeiro do Sul-Acre/Brasil a Pucalpa-Ucayali/Peru. Significa reconhecer, também, os impactos que porventura essa estrada venha causar, pois duas unidades de conservação farão

limites nesta passagem, a Reserva Extrativista do Alto Juruá e o Parque Nacional da Serra do Divisor. E por último, a situação das desapropriações dos seringais pelo Estado, cujos dividendos não contemplaram a maioria dos proprietários, sobretudo a resistência destes atores no tocante a saída. Como resultado, pode-se observar a formação de fazendas bovinas as margens do Rio Juruá na REAJ. Assim, as observações identificadas na pesquisa e discutidas nos dois últimos parágrafos serão abordadas em estudos futuros.

## REFERÊNCIAS

- AB' SABER, A. **Exploração da Amazônia com o máximo de floresta em pé.** In revista IEA/USP, São Paulo, 1992.
- AFONSO, H. **O Alto Juruá Acreano: história, povo e natureza.** Centro de documentação e informação coordenação de publicações (Câmara dos deputados), Brasília, 2005, p. 58.
- ALFONSO, G. J. **Instituciones económicas: contornos de la triada básica.** Economistas, número 73, 1997, p. 105.
- ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais – Chico Mendes e o Movimento de Seringueiros.** UnB-CDS, Brasília, 2002, 872p, p. 24-528.
- ALLEGRETTI, M. H. **Reservas extrativistas no foco da crítica - Jornal econômico.** Disponível em <<http://www.valoronline.com.br/>>. Acesso em 12 d agosto de 2011.
- ALMEIDA, M. W. B. **As Reservas Extrativistas e o valor da biodiversidade.** In: ARNET, Ricardo (ed.). O destino da floresta: reservas extrativistas e o desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Curitiba: Relume-Dumará, (Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais), 1994, p. 265.
- ANDRADE, M. P. **Amazônia: seringueiros, recursos, mercado e direitos.** (Tese de doutorado em engenharia agrônoma, Instituto Superior de Agronomia), Universidade Técnica de Lisboa, 2004, p. 538-727.
- ALMEIDA, B. M & CUNHA, C. M. **Enciclopédia da Floresta (O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações).** São Paulo: Companhia das Letras, ed. Shwarcz LTDA, 2002, p. 17-45.
- AMEND, S. **Parque Nacional El Ávila.** Caracas:GTZ – Instituto Nacional dos Parques, 1991.
- AMEND, S; AMEND, T. Habitantes em los parques nacionales: una contradición insolubre? IN: AMEND, S; AMEND, T. (Coord.) **Espacios sin habitantes? Parques Nacionales Del Sur.** Caracas: Editorial Nueva Sociedad/IUCN, 1992.
- AROCENA, J. **El desarrollo local: um desafio contemporâneo.** 1. Ed. Montevideú: nueva sociedad, 175p, 1995.
- ASSOCIAÇÃO DE SERINGUEIROS E AGRICULTORES DA RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ – ASAREAJ. **Informações sobre a Reserva Extrativista do Alto Juruá.** Marechal Thaumaturgo-AC, 2010.
- BAUER, M. W. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- BECATTINI, G. **Dal settore industriale al distretto industriale:** alcune considerazione sull'unita di indagine dell'economia industriale. Rivista di economia e politica industriale, n.1, 1979, p.7-21.

BRASIL. Lei nº 98.863 de 23 de janeiro de 1990. **Criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá - REAJ**. Republica Federativa do Brasil, confere o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. In: ciência ambiental – Primeiros Mestrados. Programa de pós-graduação da USP. São Paulo, 1998, p. 11.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo, ed. Annablume, Fapesp, 2000.

BRUSCO, S. **The emilian model: prodictive decentralization and social integration**. Cambridge journal of economics, v.6, 1982, p.167-184.

CÂMARA, J. B. D. **Análise da área de proteção ambiental da bacia do rio São Bartolomeu como instrumento de planejamento ambiental**. Brasília/DF, UnB-CDC - Dissertação de Mestrado, 1993, 120p.

CAVALCANTE, S. C. F. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas** (Tese apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp). Campinas, IE/Unicamp, 2002, p. 45-49.

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS-CNPT. **Responsável pela co-gestão da Reserva Extrativista**. Cruzeiro do Sul-AC, 2008, 3p.

CONSELHO NACIONAL DO SERINGUEIRO – CNS. **Relatório socioeconômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Rio Branco: Mimeo, 1993, p. 01-06.

CRUZ, M. **Há 30 anos mataram Wilson Pinheiro, em julho de 1980 com um tiro na nuca, pelas costas**. Oautoacre.com, 2010, p. 02.

CUNHA, M. C. & ALMEIDA, M. W. **“Indigenous people traditional people and conservation in the Amazon”**. Deadalus, 2000, p. 315-338.

CUNHA, M. C. & ALMEIDA, M. W. **“Populações Tradicionais e Conservação”** In CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: ISA/Estação Liberdade, 2001.

CUNHA, M. C. & ALMEIDA, M. W. Enciclopédia da floresta (**O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações** (Org.). Câmara brasileira do livro, São Paulo: Companhia de Letras, 2002, p. 19-21.

BRASIL. Decreto Federal nº 98.914. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN**. Constituição Federal, art. 84, inciso IV, Brasília/DF, 31 de janeiro de 1990.

DEBETIR, E. A. **Gestão de unidades de conservação sob influência de áreas urbanas: diagnóstico e estratégias de gestão na ilha de Santa Catarina – Brasil**. PPGEC. Florianópolis/SC, 2006, p. 10.

DIEGUES, A. C. S. **Populações Tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB-USP (Série Documentos de Pesquisa nº 01), 1994, 81p.

DRUMMOND, J. A. **A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista simpático ao conservacionismo.** Ambiente e Sociedade, Campinas, n. 3 e 4, 1988, p. 127-149.

DRUMMOND, J. A. **A extração sustentável dos produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas.** Estudos sociedade e agricultura, vol. 11, 1996, p. 05-137.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro.** Niterói/RJ: EDUFF, 1997.

FARIA, H. H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo o instituto florestal de São Paulo, Brasil.** Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente-SP, 2004, 401p.

FERREIRA, I. V. **Uma política nacional para as áreas protegidas brasileiras.** IN: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais do IV CBUC. Rede Nacional Pró- Unidades de conservação/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Volume II – Seminários, Curitiba-PR, 2004, p. 172-176.

FRIEDMAN, J.; DOUGLAS, M. **“Agropolitan development: towards a new strategy for regional planning in Asia”.** Dalam Fú Chen he Dan Kamal Salih (eds.), growth polo strategy and regional development policy, Toronto, Pergamon Press, 1978, hal. 163-192.

FUAÀ, G. L. **Industrializzazione nel nord est e nel centro.** In: FUAÀ, G. Zachia, C., eds. Industrializzazione senza fratture. Bologna: II Mulino, 1983.

FURTADO, C. **A economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII.** São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2000, p. 327.

GAROFOLI, G. **Le aree sistema in Italia. Politica.** Ed. Economia, v.11, 1983, p. 2-34.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. Reflexões sobre políticas ambientais e urbanas no âmbito do planejamento e gestão de unidades de conservação. In: ORTH, D. M.; DEBETIR, (Org.). **Unidades de conservação: gestão e conflitos.** Florianópolis: Insular, 2007, p. 111-135.

HOMMA, A. K. **Reservas Extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia? Pará desenvolvimento,** Belém, n. 25, 1989.

HOMMA, A. K. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades.** Empresa brasileira de pesquisa agropecuária. Centro de pesquisa florestal da Amazônia oriental. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993, p. 08-10.

HOROWITZ, C. **A sustentabilidade da biodiversidade em unidades de conservação de proteção integral: Parque Nacional de Brasília.** UnB-CDS, Brasília, 2003, 351p, p. 89-122.

IBDF. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil**. II Etapa. Brasília, IBDF, 1982.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Marco conceitual das unidades de conservação de uso indireto**. Brasília: IBAMA; GTZ, 1997 a.

IBAMA/DIREC. **Seminário sobre corredores ecológicos no Brasil**. Brasília: MMA/DIREC. Nota técnica – Coordenadoria geral de ecossistemas. 28 a 30 de novembro de 2001.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, apud TEXEIRA, 2010. **Relatório das Unidades de Conservação Federais**, 2006. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siuweb/listaUc.php>>. Acesso em 23 nov. 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados demográficos da Reserva Extrativista do Alto Juruá – REAJ**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 30 de agosto de 2011.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE. **Unidades de Conservação**: planos de manejo / decretos de criação. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/>>. Acesso em 23 de julho de 2011.

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Ministério da Educação e Cultura: resultados e metas do IDEB**. Disponível em: <<http://www.portaldeb.inep.gov.br/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Gestor responsável pela **implementação das casas populares na Reserva Extrativista do Alto Juruá**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

JATOBÁ, S. U.; CIDADE, F. C.; VARGAS, M. G. **Ecologismo, ambientalismo e ecologia política**: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado. Brasília, v. 24, n.1, 2009, p.73.

LEFF, E. **Ecología y Capital**. UNAM. México D. F., 1986.

LEFF, E. **Ciências sociais y formación ambiental**. Barcelona: Gedisa, (org.), 1994.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis/RJ, ed. Vozes, 8ª edição, ISBN 978-85-326-2609-7, 2010.

BRASIL. Lei nº 98.863. **Reserva Extrativista do Alto Juruá – RESEX**. Constituição Federal, art. 64, inciso IV, Brasília/DF, 23 de janeiro de 1990.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18/07/2000. Institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Brasília: MMA/SBF, 5ª ed., 2002, 56p.

LEITE, F. J. **As unidades de conservação estaduais: uma análise da realidade goiana.** UnB-CDS, Brasília, 2004, 202, p. 49.

LEUZINGER, D. M. **Natureza e cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais.** UnB-CDS, Brasília, 2007, 357p, p. 68-127.

LIMA, M. J. **Reservas Extrativistas** - elementos para uma crítica. São Paulo em perspectiva, São Paulo, n. 6 - jan./jun., 1992, p. 168-174.

LUDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1989, p. 85-91.

MILANO, M. S. Apresentação. IN: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C. & DAVENPORT, L.; RAO, M. (Orgs.) **Tornando os parques eficientes: estratégia para a conservação da natureza nos trópicos.** Tradução de Maísa Guapyassu. Curitiba: UFPR & Fundação Boticário de Proteção a natureza, original inglês, 2002, p. 9-10.

MILLER, K. R. & MCNEELY, J. A. (org.) **National Parks, and development: the role of protected areas in sustaining society.** Washington, D. C.: Smithsonian Institution Press, 1984.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MORIN, E. **Método IV: As idéias. “O pensamento dissimulado (paradigmatologia)”.** Porto Alegre: Sulina, 1998.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

MORSELLO, C. **Unidades de conservação públicas e privadas: seleção e manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense.** Programa de pós-graduação da USP. São Paulo: Annablume, 1999 p. 15-17.

OLIVA, A. **Programa de manejo fronteiras para o parque estadual de Xixová-Japuú-SP.** Dissertação – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003, 238p.

OLMOS, F. Et al. **Correção política da biodiversidade:** a crescente ameaça das populações tradicionais à Mata Atlântica In: Ornitologia e Conservação: da Ciência as Estratégias. Conservation International/CNPQ/Sociedade Brasileira de Ornitologia, 2002, p. 281.

PADUA, M. T. J. **“Sistema brasileiro de Unidade de Conservação”.** In: Congresso brasileiro de unidade de conservação. Anais. Curitiba: IAP/UNILIVRE, 1997.

PÁDUA, M. T. J. **Parques nacionais e reservas biológicas do Brasil.** Brasília, IBDF, 1983 162p.

PÁDUA, M. T. J. **Efetividade de políticas de conservação da biodiversidade**. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais. Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 1 v, 2000, p. 132-141.

PÁDUA, M. T. J. Unidades de conservação: mito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: MILANO, M. S. (Org.) **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – FBPN, 2002, p. 07-13.

PERES, C.; TERBORGH, J. **Amazonian nature reserves: an analysis of the defensibility states of existing conservation units and design criteria for the future**. Xerox, 1994.

BRASIL. Portaria 647 - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente/Constituição Federal. Brasília, 30 de julho de 1987.

QUINTÃO, A. T. B. **Evolução do conceito de parques nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento**. Brasil Florestal, (54): 1983, p. 13-28.

REZENDE, R. **Das Colocações à Vila: processos de urbanização no Alto Rio Tejo**, Acre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2010, p. 04.

REYDON, P. B.; CAVALCANTI, C. F. **As Reservas Extrativistas como mecanismo de regulação fundiária e de desenvolvimento sustentável local**. 2002 Disponível em [http://www.eco.unicamp.br/nea/gestao\\_ambiental/gestaoambiental.html](http://www.eco.unicamp.br/nea/gestao_ambiental/gestaoambiental.html) Acesso em 29 de junho de 2011.

RODRIGUEZ, P. A. **Dynamics of regional growth in Europe**. Claredon Press, Oxford, 1998, p. 218.

ROVEDA, E. B.; MERENSON, C. E. **El Protocolo de Kioto y el mecanismo para desarrollo limpio – nuevas posibilidades para el sector forestal de América Latina y el Caribe**. Santiago – Chile: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 1999, 99p

RUEDA, P. R. **A defesa do extrativismo na Amazônia: as Reservas Extrativistas**. IBAMA, 2009, p. 03.

SALOMÃO, M. L. F. “**Florestas Nacionais no Brasil: contradições e desafios**”. In: I congresso Brasileiro de Unidade de Conservação. Anais, Curitiba: IAP/UNILIVRE, 1997.

SCARDUA, F. P. **Governabilidade e descentralização da gestão ambiental no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), universidade de Brasília, Brasília-DF, 2003a.

SACHS, I. **Stratégies de L’ écodéveloppement**. Paris: editions ouvrières, 1980.

**SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**. Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, 2000.

STOHR, W. B. **“Development from below: the bottom-up and periphery-inward development paradigm”**, dalam W. B. Stohr dan D. R. F. Taylor (eds.), *Development from above or below*, Sussex, Chichester, John Wiley, 1981, p. 39-72.

SWIKOLO, M. T. **Legislação Federal: evolução e avaliação**. In: Congresso Florestal Brasileiro, 6°. Campos do Jordão, SP. *Anais do Congresso Florestal Brasileiro*. Campos do Jordão: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 1990. V. 1, p. 53-58.

TAYLOR, P. **Theory and social welfare**. Londres: Edward Arnold, 1981.

TEIXEIRA, P. F. **Gestão do conhecimento aplicada à gestão sustentável do turismo em parques nacionais**. PEGC-UFSC. Florianópolis, 2010.

TODTLING, F. **The changing location of advanced producer services in Austria**. *Progress in planning*, v.43, parts 2-3, 1979.

VÁZQUEZ, B. **Desarrollo local endógeno em Espanã**. *Sian* 83, mimeros, 1983, p.25.

VICTOR, M. A. M. **A devastação da floresta**. São Paulo: Unipress/Sociedade Brasileira Silvicultura, 1975, 48p.

WEAVER, P. L. **Tree growth in several tropical forest of Puerto Rico**. USDA forest service research paper SO-152. Southern forest experiment station, New Orleans, Louisiana, 15pp, 1979.

WORLD RESOURCES INSTITUTE – WRI. **People and ecosystems: the fraying web life**. Washington/USA, 2000.

## **ANEXO 1 – Lista de entrevistados**

Antônio de Paula, 84, ex-presidente da REAJ e atual coordenador da AMAJ: entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Cruzeiro do Sul-AC, 2011. Gravação digital, 29 min. e 20 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

Chico Ginu, 52, ex-presidente da REAJ e atual gestor da Reserva Extrativista do Alto Liberdade: entrevista – [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Cruzeiro do Sul-AC, 2011. Gravação digital, 31 min. e 34 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

Esterlite Calixto, 62, produtor rural da comunidade Prainha/REAJ: entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Marechal Thaumaturgo-AC, 2011. Gravação digital, 14 min. e 9 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

Francisco Nino, 52, produtor rural e sub-prefeito da comunidade Restauração/REAJ: entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Marechal Thaumaturgo-AC, 2011. Gravação digital, 23 min. e 28 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

José Domingos, 55, presidente da Reserva Extrativista do Alto Juruá/REAJ: entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Marechal Thaumaturgo-AC, 2011. Gravação digital, 27 min. e 3 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

José Figueiredo, 51, técnico do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO): entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Cruzeiro do Sul-AC, 2011. Gravação digital, 41 min. e 19 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

José Rodrigues, 66, gestor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Cruzeiro do Sul-AC, 2011. Gravação digital, 17 min. e 42 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

Maria Pereira, 55, produtora rural da comunidade Maranguape Velho/REAJ: entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Marechal Thaumaturgo-AC, 2011. Gravação digital, 15 min. e 51 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

## APÊNDICE A – Formulário com comunitários da REAJ



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS - FES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PRODERE**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Projeto de pesquisa Institucional: **Efeitos da Intervenção Governamental na Reserva Extrativista do Alto Juruá no período de 1990 a 2010: Identificação dos Pontos Fortes e Fracos**

Eu \_\_\_\_\_, com \_\_\_\_ anos de idade, fui convidado (a) a participar do projeto de pesquisa: **Intervenção Governamental e Estratégias Sustentáveis para Reserva Extrativista do Alto Juruá no Período de 1990 a 2010: Identificação dos Pontos Fortes e Fracos**, que tem como objetivo: **Avaliar os resultados das intervenções públicas de duas décadas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, considerando o modelo implementado pelo Estado no gerenciamento das unidades de conservação na Amazônia.** Fui informado (a) que este estudo esta sendo realizado pela Universidade Federal do Amazonas, através do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, orientado pelo Prof. Dr. Alexandre Almir Ferreira Rivas. Estou consciente, após a leitura deste questionário que minha participação neste projeto se dará de forma livre e sem nenhum constrangimento a perguntas previamente lidas por mim ou para mim, abordando questões sobre produção, formas organizativas, instrumentos de políticas públicas, trabalho e geração de renda no âmbito da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Fui informado (a) que:

Durante o processo de entrevista, posso interromper o entrevistador e pedir esclarecimentos.

- a) A minha participação na pesquisa é voluntária e se eu tomar a decisão de não participar não me trará qualquer prejuízo.
  - b) Posso deixar de responder qualquer questão.
  - c) A pesquisa é confidencial e o sigilo de minha identidade será completamente preservado.
  - d) Minha participação neste estudo poderá beneficiar a sociedade, ajudando na compreensão na consciência na cidadania do povo amazonense.
  - e) Em caso de dúvida posso solicitar informações ao responsável: Josimar da Silva Freitas – telefone (0xx92) 9173-9416 ou pelo e-mail: josimar-freitas@hotmail.com
- Declaro que Li ou leram para mim, e concordo em participar da entrevista.

Marechal Thaumaturgo-AC..... /...../.....

.....  
Assinatura do entrevistado ou impressão datiloscópica

MIGRAÇÃO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS									
Data / /		Início(h):			Término(h):				
Nome:									
Localidade (ID01)				Comunidade (ID02)					
PID01 NÚMERO DO QUESTIONÁRIO.					PID02 SITUAÇÃO DO RIO E/OU IGARAPÉ				
					1. Seco 2. Enchendo 3. Cheio 4. Vazando				
P.1 SEXO		P.2 MÊS E ANO DE NASCIMENTO			P.3 QUE IDADE TEM?				
1 Masculino 2 Feminino		<i>(Se não souber o mês ou ano de nascimento, registrar 9 em cada espaço)</i>							
		MÊS	ANO		ANOS				
		P0021	P0022		P0031				
P.4 FREQUENTA ESCOLA?		P.5 QUE CURSO FREQUENTA?					P.6 QUE SÉRIE FREQUENTA?		
1 – Sim 2 – Não, já freqüentou (→ P.7) 3 – Não, nunca freqüentou (→ P.8)		1 – Creche 2 – Pré-escolar 3 – Alfabetização 4 – Ensino Fundamental 5 – Supletivo do Ensino Fundamental 6 – Ensino Médio 7 – Supletivo do Ensino Médio 8 – Superior 9 – Alfabetização de adultos 10- Outro (especificar em P0501)					1 – Primeira 7 – Sétima 2 – Segunda 8 – Oitava 3 – Terceira 9 – Curso não-seriado 4 – Quarta 5 – Quinta 6 – Sexta		
		P0501					<i>Se tiver 15 anos ou mais de idade, passe para o quesito P.9. Caso contrário, encerre a entrevista</i>		
P.7 QUAL FOI O CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU, NO QUAL CONCLUIU AO MENOS UMA SÉRIE?		P.8 QUAL FOI A ÚLTIMA SÉRIE CONCLUÍDA COM APROVAÇÃO?			P.9 ESTADO CIVIL ATUAL				
1 – Ensino Fundamental 2 – Supletivo do Ensino Fundamental 3 – Ensino Médio 4 – Supletivo do Ensino Médio 5 – Superior (inclusive mestrado ou doutorado) 6 – Alfabetização de adultos 7 – Outro (especificar em P0701) 8 – Nenhum		1 – Primeira 2 – Segunda 3 – Terceira 4 – Quarta 5 – Quinta 6 – Sexta 7 – Sétima 8 – Oitava 9 – Curso não-seriado 10 – Nenhuma			1 – Solteiro (a) 2 – União consensual/ amigado (a)/casado (a) (religioso/civil) 3 – Desquitado(a)/divorciado(a)/separado(a)/deixado(a) 4 – Viúvo(a)				
P0701									
P.10 RELIGIÃO OU CULTO				P.11 EM QUE MUNICÍPIO NASCEU?					
1 Nenhuma 2 Católica 3 Adventista do 7º dia 4 Batista 5 Assembléia de Deus									
				P.12 EM QUE ESTADO NASCEU?					

<b>P.13 HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ MORANDO NA COMUNIDADE?</b> 1 – Menos de 1 ano 2 – De 1 a 4 anos 3 – De 5 a 9 anos 4 – 10 anos ou mais		<b>P.14 POR QUE MUDOU-SE PARA A COMUNIDADE?</b> 1 – Constituição de família 2 – Transferência de trabalho 3 – Escassez de alimentos (caça, pesca, roça, etc.) 4 – Procura de trabalho 5 – Procura de melhores condições de educação 6 – Procura de melhores condições de saúde 7 – Acompanhando os pais, o(a) esposo(a) ou outros familiares 8 – Outro motivo (especificar em <b>P1501</b> ) 9 – Não sabe	
		<b>P1401</b>	
<b>P.15 VOCÊ TEM FILHOS?</b> 1 – Sim 2 – Não (→ <b>P.16</b> )		<b>P.16 VIVE COM ELES?</b> 1 – Sim, com todos 2 – Sim, mas não com todos 3 – Não	
<b>P.17 TIPO DE RESIDÊNCIA</b> 1- Maloca 2- Madeira 3-Alvenaria 4-Outra		<b>P.18 TRANSPORTE</b> 1-Barco com motor 2-Carroça com animal 3-Bicicleta 4-Outro	<b>P.19 MEIO COMUNICAÇÃO</b> 1-Rádio e TV 2-Rádio 3-Televisão 4-Outro
<b>P1701</b>		<b>P1801</b>	
<b>P.20 QUAL ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA VOCÊ FAZ PARTE?</b> 1-Associação comunitária 2-Associação de produtores 3-Cooperativa 4-Sindicato 5-Nenhuma		<b>P.21 HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ RECEBEU CRÉDITO PARA ATIVIDADES PRODUTIVAS?</b> 1 – Menos de 1 ano 2 – De 1 a 4 anos 3 – De 5 a 9 anos 4 – 10 anos ou mais 5 - Nenhuma	
<b>P.22 QUAIS SÃO SUAS PRINCIPAIS FONTES DE RENDIMENTO?</b> (Marcar 1 para as respostas que o entrevistado der e anotar o valor (mensal) correspondente ao lado)			
<b>P2201</b>	Rendimento do trabalho assalariado		<b>R\$</b>
<b>P2202</b>	Aposentadoria, pensão ou salário-desemprego		<b>R\$</b>
<b>P2203</b>	Bolsa-família, seguro-defeso ou outros auxílios do Governo		<b>R\$</b>
<b>P2204</b>	Produção agrícola e/ou extrativista		<b>R\$</b>
<b>P2205</b>	Trabalho não assalariado		<b>R\$</b>
<b>P2206</b>	Outra ( <b>220609</b> )		<b>R\$</b>
<b>P2207</b>	Nenhuma		<b>R\$</b>
<b>P220609</b>			<b>R\$</b>
<b>P.23 DE QUE MODO VOCÊ APROVEITA SUA TERRA EM SUA COMUNIDADE?</b> 1-Cultivos agrícolas 2-Agropecuário 3-Manejo florestal 4-Todos supracitado 5-Outro		<b>P.24 QUAL SUA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E EXTRATIVISTA ANUAL DOS RESPECTIVOS PRODUTOS: ARROZ, FEIJÃO, MILHO, FARINHA, BORRACHA, CASTANHA, E OUTROS?</b> 1- Menos de cem sacas 2- De cem a duzentas sacas 3- Entre duzentas a trezentas sacas 4- De trezentos a quinhentas sacas 5- De quinhentas a mil sacas	
<b>P2301</b>			

<b>P.25 QUAL A MÉDIA DE FATURAMENTO ANUAL DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E EXTRATIVISTAS TAIS COMO O ARROZ, FEIJÃO, MILHO, FARINHA, BORRACHA, CASTANHA, E OUTROS?</b> 1-Cinco a dez mil 2-Dez a vinte mil 3-Vinte a trinta mil 4-Trinta a quarenta mil 5-Mais de quarenta mil 6-Outro		<b>P.26 QUAL DOENÇA QUE MAIS TEM ATACADO SUA FAMÍLIA?</b> 1-Malária 2-Hepatite 3-Dengue 4-Sarampo 5-Outra		
<b>P26501</b>		<b>P2601</b>		
<b>P.27 QUE ATIVIDADE COSTUMA REALIZAR DURANTE O DIA?</b> <i>(Marque: 1 – Mais importante, 2 – Segunda mais importante, 3 – Terceira em importância)</i>				
1. Afazeres domésticos (cuidar da casa, das crianças, etc.)			<b>P2701</b>	
2. Agricultura (trabalho na roça)			<b>P2702</b>	
3. Produção familiar (derivados da mandioca e outros produtos)			<b>P2703</b>	
4. Comércio de pesca			<b>P2704</b>	
5. Artesanato			<b>P2705</b>	
6. Caça			<b>P2706</b>	
7. Extração vegetal			<b>P2707</b>	
8. Criação de animais			<b>P2708</b>	
9. Educação (magistério, funcionários, etc.)			<b>P2709</b>	
10. Saúde (Agente comunitário e outros)			<b>P2710</b>	
11. Atividades estudantis			<b>P2711</b>	
12. Trabalho eventual para terceiros			<b>P2712</b>	
13. Outra (especificar em <b>P27131</b> )			<b>P2713</b>	
<b>P27131</b>				
<b>P.28 ASSOCIE A FORMA DE REMUNERAÇÃO</b> (de acordo com as atividades marcadas na questão anterior)				
1 – Venda de Produtos		2 – Troca de Produtos		3 – Não remunerado
				4 – Não se aplica
<b>Mais importante</b>	<b>P2801</b>		<b>R\$</b>	<i>Se a forma de remuneração for venda de produtos, estimar e anotar os valores mensais respectivos.</i>
<b>Segunda</b>	<b>P2802</b>		<b>R\$</b>	
<b>Terceira</b>	<b>P2803</b>		<b>R\$</b>	
<b>P.29 SOME O VALOR DOS RENDIMENTOS REFERENTES A P.21, ANOTE O RESULTADO E TRANSFIRA-O PARA P1804</b>				<b>R\$</b>
<b>DADOS COMPLEMENTARES / AMBIENTAIS E PERCEPTIVOS</b>				
<b>P.30 A CAÇA DE ANIMAIS SILVESTRES É PERMITIDA:</b> 1 – Para consumo próprio e de sua família 2 – Para qualquer pessoa não pertencente à comunidade 3 – Para venda local				
<b>P.31 A MADEIRA PODE SER EXTRAÍDA:</b> 1 – Para construção local 2 – Comercialização 3 – Outras (especificar em <b>P3101</b> ) 4 – Outro (especificar em <b>P3102</b> )				
<b>P3101</b>		<b>P3102</b>		

<b>P.32 EM QUE CONDIÇÕES SE UTILIZA A RESEX?</b> 1 – Para plantio de pastagens 2 – Cultivos agrícolas 3 – Manejo florestal 4 – Não se desmata 5 – Outro (especifique em P2601)		<b>P.33 HÁ ALGUMA REMUNERAÇÃO GOVERNAMENTAL PARA SUA COMUNIDADE?</b> 1 – Sim 2 - Não 3 – Em andamento	
<b>P3201</b>		<b>P3301-Qual?</b>	
<b>P.34 QUAIS OS TRÊS MAIORES PROBLEMAS QUE ENFRENTA A SUA COMUNIDADE?</b> 1 – Educação 2 – Redução do pescado 3 – Saúde 4 – Falta de assistência técnica para a produção 5 – Dificuldade de comunicação 6- Transporte 7 – Desaparecimento de caça 8 – Não sei 9 – Outros (Especificar em <b>P3404</b> )			
<b>P3401</b> Primeira alternativa		<b>P3402</b> Segunda alternativa	<b>P3403</b> Terceira alternativa
<b>P3404</b>			
<b>P.35 A PESCA É PERMITIDA:</b> 1 – Para consumo próprio e de sua família 2 – Para a venda nos mercados mais próximos 3 – Questão 1 e 2 4 – Não é permitida			
<b>P.36 DURANTE A PESCARIA VOCÊ OBSERVA SE EXISTE ALGUM OU ALGUNS DOS PROBLEMAS ABAIXO EM SUA COMUNIDADE? (<i>Marque os três mais importantes</i>)</b> 1 – Poluição do Rio (lixo, óleo, outro tipo de contaminação) 2 – Retirada de madeira por madeireiros 3 – Retirada de pedra / areia 4 – Pesca nos lagos 5 – Não sei 6 – Outro (especificar em <b>P3704</b> )			
<b>P3601</b> Primeira alternativa		<b>P3602</b> Segunda alternativa	<b>P3603</b> Terceira alternativa
<b>P3604</b>			
<b>P.37 QUAL OU QUAIS ATIVIDADES PRATICADAS NA RESEX PREJUDICA(M) OS MORADORES?</b> 1 – Entrada de gado vizinho nas plantações 2 – Retirada ilegal de madeira 3 – Fogos provocado por queimadas 4 - Doenças 5 – Outro (especificar em <b>P3801</b> )	<b>P.38 COMO VOCÊ AVALIA A EDUCAÇÃO EM SUA COMUNIDADE?</b> 1 – Péssima 2 – Ruim 3 - Boa 4 - Ótima 5 – Outra	<b>P.39 QUAL O CONCEITO QUE VOCÊ ATRIBUI À SAÚDE DE SUA COMUNIDADE?</b> 1 – 3 a 5 2 – 5 a 7 3 – 7 a 10	
<b>P3901</b>	<b>P3902</b>		

<p><b>P. 40</b> EXISTEM AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ICMBIO PARA A RESEX?</p> <p>1-Sim 2-Não 3-Qual(s)</p>		<p><b>P. 41</b> O ICMBIO REALIZA VISITAS PERIODICAS A CADA:</p> <p>1-Trinta dias 2-Sessenta dias 3-Noventa dias 4-Cento e vinte dias ou mais 5-Não faz</p>	<p><b>P.42</b> O ICMBIO E/OU OUTRA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DESENVOLVEU PROJETO E/OU PROGRAMA SOCIAL?</p> <p>1-Sim 2- Não 3-Qual(s)</p>
<b>P401</b>			<b>P4201</b>
<p><b>P.43</b> O Sr.(a) ESTÁ AQUI NA RESEX ANTES OU DEPOIS DE 1990?</p> <p>1-Sim, passar para a próxima questão 2-Não, encerra a entrevista</p>		<p><b>P.44</b> AO COMPARAR A ÉPOCA ANTERIOR DA FUNDAÇÃO DA RESEX COM O ATUAL MODELO IMPLEMENTADO PELO ESTADO BRASILEIRO, O Sr.(a) PREFERE:</p> <p>1-O antigo por ser mais liberal e nos dar mais condições de bem-estar 2-O novo porque trouxe mais qualidade de vida a nossa família 3-Nenhum</p>	
<b>DADOS DA PROPRIEDADE</b>			
<p><b>P.45</b> VOCÊ POSSUI ÁREA NA MARGEM DO RIO?</p> <p>1 – Sim 2 – Não (<b>encerrar a entrevista</b>)</p>	<p><b>P.46</b> VOCÊ É POSSEIRO?</p> <p>1 – Sim 2 – Não</p>	<p><b>P.47</b> VOCÊ É ARRENDATÁRIO?</p> <p>1 – Sim 2 – Não</p>	

## APÊNDICE B – Questionário com gestores do ICMBIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS - FES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PRODERE**

Projeto de pesquisa Institucional – **Efeitos da Intervenção Governamental na Extrativista do Alto Juruá no Período de 1990 a 2010: Identificação dos Pontos Fortes e Fracos**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Eu \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ anos de idade, fui convidado (a) a participar do projeto de pesquisa: **Efeitos da Intervenção Governamental na Reserva Extrativista do Alto Juruá no Período de 1990 a 2010: Identificação dos Pontos Fortes e Fracos**, que tem como objetivo: **Avaliar os resultados das intervenções públicas de duas décadas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, considerando o modelo implementado pelo Estado no gerenciamento das unidades de conservação na Amazônia**”. Fui informado (a) que este estudo esta sendo realizado pela Universidade Federal do Amazonas, por meio do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, orientado pelo Prof. Dr. Alexandre Almir Ferreira Rivas. Estou consciente, após a leitura deste questionário, que minha participação neste projeto se dará de forma livre e sem nenhum constrangimento a perguntas previamente lidas por mim (ou para mim), abordando questões sobre produção, formas organizacionais, instrumentos de políticas públicas, trabalho e geração de renda no âmbito da Unidade de Conservação do Alto Juruá. Fui informado(a) que: a) Durante o processo de entrevista, posso interromper o entrevistador e pedir esclarecimentos. b) A minha participação na pesquisa é voluntária e se eu tomar a decisão de não participar não me trará qualquer prejuízo. c) Posso deixar de responder qualquer questão. d) A pesquisa é confidencial e o sigilo de minha identidade será completamente preservado. e) Minha participação neste estudo poderá beneficiar a sociedade, ajudando na consciência na cidadania do povo acriano. f) Em caso de dúvida posso solicitar informações ao responsável: Josimar da Silva Freitas – telefone (0xx92) 9173-9416 ou pelo e-mail: josimar-freitas@hotmail.com. Declaro que Li ou leram para mim, e concordo em participar da entrevista.

Cruzeiro do Sul-AC ..... /...../.....

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do entrevistado

Entrevistado(a):.....Órgão:.....  
Função:..... Data: .....

1. Há quanto tempo você trabalha neste órgão?
2. Qual a sua função nesta instituição?
3. Existem ações desenvolvidas pelo ICMBIO para a RESEX? Quais?
4. Como são realizadas as visitas técnicas referente ao acompanhamento e monitoramento na RESEX Juruá?
5. Como você compreende as ações do Estado com vistas à qualidade de vida dos povos tradicionais da RESEX Juruá?
6. Como ocorre a caça de animais silvestres pelos moradores da RESEX Juruá?
7. A pesca é permitida em todas as estações do ano nos igarapés e rios pertencentes à RESEX?
8. Quais as condições para o morador extrair madeira na Unidade de conservação?
9. Existe algum plano de manejo para extração da madeira para construções interna e comercialização externa?
10. Em quais condições os moradores da RESEX desmatam suas áreas?
11. O que têm sido feito para evitar o desmatamento de novas áreas?
12. Há algum programa remunerado para os comunitários manter a floresta em pé?
13. Você conhece programas sociais permanentes na UC? Correlacione-os conforme sua eficácia.
14. Quais as regras para os trabalhadores conviverem com esse modelo de florestania imposto pelo o Estado?
15. Apesar de todas as diretrizes legais imposta numa UC, os resultados obtidos são condizentes aos esperados?

## APÊNDICE C – Registros fotográficos da pesquisa in loco



1. Rio Juruá



2. Marco inicial da Reserva



3. Rio Bajé



4. Rio Tejo



5. Reunião com os moradores da Vila Restauração



6. Entrevista em áudio com moradora da comunidade Maranguape Velho



7. Entrevista com morador da comunidade Alegria



8. Canoa de apóio a viagem



9. Acesso a casa de uma família da Iracema



10. Entrevista com morador da Iracema



11. ASAREAJ



12. Presidente da ASAREAJ



13. Casa construída por morador



14. Casa construída com recursos do crédito moradia



15. Área de floresta na REAJ



16. Área com pastagens na REAJ

## ANEXO 2 – Síntese de eventos mundiais

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Comentários</b>
1821	Sugestão de criação de um setor administrativo específico para a conservação de matas e bosques.	Pois várias áreas da Mata Atlântica, principalmente no Nordeste do Brasil, tinham sido destruídos para a construção de barcos. Sugestão feita por José Bonifácio de Andrade e Silva e não implementada.
1872	Criação do Parque Nacional de Yellowstone, EUA	Marco fundamental da estratégia do estabelecimento dos sistemas de áreas Naturais protegidas, ainda que tenham existido outros tipos de áreas protegidas definidas anteriormente com características e objetivos diversos (CÂMARA, 1993)
1876	Proposição dos Parques Nacionais de Sete Quedas e Ilha do Bananal	Por André Rebouças. Suas idéias não foram contempladas. O primeiro parque nacional brasileiro surge 57 anos depois. Durante o período imperial foram definidos nomes que buscavam restringir a exploração de algumas espécies florestais.
1886	Criação do Parque Estadual de São Paulo	1º Parque Estadual criado no Brasil (PÁDUA, 1997)
1898	Criação Kruger National Park, África do Sul	1ª área protegida com o intuito de preservar recursos naturais (QUINTÃO, 1983)
1921	Criação do Serviço Florestal do Brasil	Durante a República, a situação das florestas nativas não foi melhor. A legislação federal do primeiro período republicano repetiu a omissão do período colonial (VICTOR, 1975)
1933	Convenção para a Preservação da Fauna e da flora em seu Estado Natural, em Londres	Nesta Convenção definiram-se características que definem um parque nacional e assinou-se a convenção sobre a preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural pela maioria dos países coloniais africanos, que visava restringir à ameaça a vida selvagem africana (MCCORMICK, 1992)
1937	Criação do Parque Nacional de Itatiaia	1º Parque Nacional Brasileiro (Decreto Federal nº 1.713). A idéia de transformar as terras, adquiridas pela fazenda federal em 1900, em parque data de 1913 e foi aconselho pelo Botânico Alberto Lofgren. Itália significa “Penhasco cheio de pombas”.
1940	Conferência para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da America – Convenção Pan-americana, em Washington	Visou discutir as experiências dos países participantes e os resultados da Conferência realizada em Londres de 1933; comprometer os países sul-americanos a instalar áreas naturais protegidas em seus territórios, e unificar os conceitos e objetivos dessas áreas (AMEND & AMEND, 1992). Entre os países signatários cita-se o Brasil, data assinada em 27/12/1948, data entrada em vigor em 26/11/1965.
	Aprovação das disposições da	Através do Decreto Legislativo nº 3 foram estabelecidas novas categorias de unidades de conservação: parque nacional;

1948	Convenção para proteção da Flora, Fauna, e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da America ocorrida em Washington em 1940	reserva nacional; monumento natural e reserva de região virgem. A aprovação das disposições da Convenção não inverteu o rumo da destruição dos recursos florestais do país. Um exemplo disso foi à demora da regularização do Fundo Florestal, instituído em 1934 e concretizado 27 anos depois (SWIOKLO, 1990)
1948	Fundação da União Internacional para Proteção da Natureza (UIPN), na França (Atual UICN)	Criada com o objetivo de iniciar os trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza. Englobava agências governamentais e não governamentais (AMEND, 1991). Dentro da UIPN foram criadas várias instâncias que tratavam das questões relacionadas aos parques nacionais, instalada em 1960.
1960	Criação da Comissão de Parques e Áreas Protegidas da UIPN	Esta entidade passou a patrocinar conferências internacionais que tomaram norteadoras das políticas mundiais de áreas protegidas.
1962	I Conferencia Mundial sobre Parques Nacionais, em Seattle (EUA)	Discutiu-se a conservação de ambientes marinhos; a realização de interpretação de atributos dos parques nacionais – educação ambiental; planejar e coordenar pesquisas científica com base interdisciplinar (AMEND, 1991).
1965	Novo Código Florestal	Ocorre uma divisão conceitual entre as unidades que não permitiam a exploração dos recursos naturais – restritas ou de uso indireto (parques naturais e reservas biológicas) e as áreas que permitiam a exploração – não restrita ou de uso direto (florestas naturais, florestas protetoras, florestas remanescentes, reservas florestais e, parque de caças florestais)
1965	Troca da denominação União Internacional para Proteção da Natureza (UIPN) para União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)	A constatação do aumento do número de plantas e animais em extinção levou a mudança no foco de proteção para a conservação, de manutenção dos habitats em vez de espécies específicas
1967	Criação do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF) – autarquia do Ministério da Agricultura	IBDF substituiu o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, criado em 1963, que por sua vez substituiu o Serviço Florestal Federal.
1967	Lei Federal nº 5.197	Lei de proteção a Fauna.
1968	Conferência da	Esta Conferência tratou do uso e Conservação mais racionais

	Biosfera, França.	da biosfera – impacto humano; efeitos da poluição da água e do ar; dos desmatamentos; excesso e monoculturas e drenagem de áreas inundadas (MCCORMICK, 1992).
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, Estocolmo.	Pela primeira vez foram discutidos os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente, com o intuito de empreender ações corretivas (MCCORMICK, 1992). Como resultado desta Conferência houve: o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); estabelecimento do conceito de que os problemas ambientais transcendem fronteiras, e estão relacionados a questões de ordem política, econômica, social e cultural, inserção das questões ambientais na agenda mundial.
1972	11ª Assembléia Geral da UINC, Canadá.	Como resultado dessa assembléia cita-se: a criação do conceito de Reservas da Biosfera e a incorporação oficial do princípio de zoneamento as definições de parques nacionais.
1972	II Congresso Mundial de Parques Nacionais, Yellowstone, USA.	Ratificação dos resultados da 11ª Assembléia Geral da UINC, Canadá.
1973	Criação da 1ª Agência Ambiental Federal a SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente (Decreto nº 73.030)	Conforme Diegues (1994) o fato de ter sido criada no âmbito das responsabilidades do Ministério do Interior gera uma contradição, pois este é um dos principais responsáveis pela implantação da estratégia de crescimento econômico acelerado, em flagrante oposição às atribuições de controle ambiental. Scardua (2003a) crê que a despeito das fragilidades institucionais a SEMA teve papel primordial na disseminação e no fortalecimento da questão ambiental brasileira.
1975	12ª Assembléia Geral da UINC, Zaire	Esta Assembléia enfatizou que o estabelecimento de áreas naturais protegidas não deveria como consequência a desagregação cultural e econômica dos grupos étnicos que não afetavam a integridade ecológica da área (AMEND & AMEND, 1992).
1979	Proposição da 1ª Etapa do Plano do Sistema de Unidade de Conservação da Natureza para o Brasil.	Este Plano proposto pelo IBDF estabelecia a região Amazônica como prioritária para a criação de novas unidades de conservação (MILANO, 1990).
1980	Lançamento do documento – Estratégia Mundial para Conservação pela UICN/PNUMAW WF.	Os principais objetivos do documento foram: manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas vitais; preservar a diversidade genética e assegurar o aproveitamento sustentado das espécies e do ecossistema (MCCORMICK, 1992).
1981	Lei Federal nº 6938 da Política Nacional do Meio Ambiente – Brasil	Cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

1982	III Congresso Mundial de Parques Bali, Indonésia.	Neste congresso foram reafirmados os direitos das comunidades com características culturais específicas, com recomendações para o exercício de manejo para essas áreas em conjunto com seus habitantes originais (DIEGUES, 1994). Bem como, se avaliou que a expansão do número de áreas protegidas seria fundamental para manutenção dos recursos naturais do planeta (MILLER, 1984).
1987	Lançamento do Relatório Nosso Futuro Comum, pela Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (Brudtland)	Este relatório enfatiza a importância da proteção do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.
1989	Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA	Resultado da fusão de quatro órgãos federais (SEMA, IBDF, SUDEPE, SUDHEVEA) que tratavam a questão ambiental de forma fragmentada (SCARDUA, 2002a, p.54).
1989	Criado o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	Brasil
1992	Enviada ao Congresso Nova Proposta para o Sistema Nacional de UC's – SNUC	O texto não menciona o uso sustentado dos recursos naturais nas áreas fora dos limites das unidades de conservação, nem valoriza o comportamento das comunidades tradicionais (DIEGUES, 1994).
1992	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)	Documentos importantes produzidos: Agenda 21 e convenção da biodiversidade.
1992	Criado o Ministério do Meio Ambiente	Brasil
1994	IUCN propõe novo Sistema de Classificação para Áreas Protegidas	Este sistema é baseado nos objetivos de manejo, sendo recomendado aos países que pretendam rever seus sistemas.
1997	Protocolo de Kioto, Japão	Foi negociado durante a 3ª Conferência das Partes (COP-3) da Convenção das Nações Unidas e Mudanças Climáticas (CMCC). Nele os 38 países industrializados signatários se comprometem reduzir as emissões de seis gases como efeito estufa mais importante em 5,2% para o período de 2008-2012 (denominado 1º Período do Compromisso) (ROVEDA & MERENSON, 1999).
1997	I CBDU – Congresso Brasileiro de	Com a organização da Universidade Livre do Meio Ambiente, Rede Nacional Pró Unidades de Conservação e o Instituto Ambiental do Paraná – IAP/ Diretoria de Biodiversidade e

	Unidades de Conservação	Áreas Protegidas, ocorre em Curitiba, PR, o congresso que se tornaria referência no Brasil para profissionais pesquisadores e estudantes do tema unidade de conservação.
1997	Lei Federal nº 9.433/97	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos - Brasil
1998	Lei Federal nº 9.605/98	Define a Lei de Crimes Ambientais – Brasil
1998	Congresso Latino-americano de Parque Nacionais	Caracterização do uso das Zonas de amortecimento de países da América do Sul e Central referente ao período de 1992 a 1997 (OLIVA, 2003).
2000	II CBUC – Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação	Organização da Rede Nacional Pró Unidades de Conservação e Fundação O Boticário de Preservação a Natureza, Campo Grande-MT.
2000	Publica-se a Lei Federal nº 9.985/00	Lei cria o Sistema de Unidade de Conservação da Natureza Brasileiro.
2002	III CBUC – Congresso Brasileiro de Unidade de Conservação	Organização da Rede Pró Unidades de Conservação e Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, Fortaleza-CE
2002	Decreto Federal nº 4.340	Regulamenta a Lei Federal 9.985, de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.
2002	Criação do Parque Nacional Montanha do Tumucumaque	Maior parque nacional terrestre do mundo com 3,8 milhões de hectares. Localizam-se na Região Norte, nos Estados do Amapá e Pará, no Bioma da Floresta Amazônica.
2003	1ª Conferência Mundial do Meio Ambiente	No evento discutiu-se a política de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais por meio das áreas protegidas (FERREIRA, 2004).
2003	7ª Conferência das Partes, na Malásia	O Brasil ratificou seu compromisso com as áreas protegidas, no âmbito da Conferência sobre a Diversidade Biológica CDB. Assumiu o desafio de alcançar até 2010, para as áreas terrestres, e até 2012 para as áreas marinhas, as metas definidas no programa (FERREIRA, 2004).
2003	V Congresso Mundial de Parques, Durban, África do Sul	Enfocou a necessidade de áreas protegidas serem gerenciadas por meio de fortes vínculos com o programa de conservação e desenvolvimento, de modo que haja harmonia equitativa entre os interesses dos diversos setores envolvidos (FERREIRA, 2004).
2004	IV CBUC – Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação	Organização da Rede Nacional Pró Unidades de Conservação e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba, PR.
2008	Criação de um Grupo de Trabalho para Discutir o Código Florestal	Contou com representantes dos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário.

	Vigente	
2009	Ainda sobre o Grupo de Trabalho	O grupo foi dissolvido por falta de consenso entre os participantes.
2010	Discussão para Reformulação do Código Florestal no Legislativo Brasileiro	Na pauta o entorno das BRs 163 (Cuiabá Santarém) e 230 (Transamazônica), a redução da reserva legal na Amazônia de 80% para 25% da propriedade e terras indígenas.
2011	Entra em Votação na Câmara dos Deputados o Novo Código Florestal Brasileiro	Em maio deste ano muitas polêmicas foram o foco de atenção deste projeto de lei, logo foi aprovado pela Câmara dos Deputados, porém, ainda aguarda o resultado do Senado para voltar a Câmara e, somente depois, sanção ou veto da presidente.

Fonte: Adaptado de Debetir, 2006; Teixeira, 2010.

**Anexo 3 – Autorização para atividades com finalidade científica**

	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS</b> <b>COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM</b>	
<b>PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA</b>		
<p>O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº 0208.0.115.000-11, intitulado: <b>"INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL E ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS PARA A RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ-AC"</b>, tendo como Pesquisador Responsável Josimar da Silva Freitas.</p> <p>Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 06 de julho 2011.</p>		
		
Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro Coordenador CEP/UFAM		
<small>Escola de Enfermagem de Manaus – EEM/UFAM Rua Teresina, 4850 – Adrianópolis – CEP: 69057-070 – Manaus-AM – Fone: (92) 3305-5120 – E-mail: cep@ufam.edu.br</small>		